

**AS
INTERROGATIVAS
DE CONTEÚDO
NA HISTÓRIA
DO PORTUGUÊS
BRASILEIRO**

UMA ABORDAGEM
DISCURSIVO-FUNCIONAL

**MICHEL GUSTAVO FONTES E
EROTILDE GORETI PEZATTI**

AS INTERROGATIVAS DE
CONTEÚDO NA HISTÓRIA
DO PORTUGUÊS
BRASILEIRO

CONSELHO EDITORIAL ACADÊMICO
Responsável pela publicação desta obra

Sanderléia Roberta Longhin-Thomazi

Ana Mariza Benedetti

Luciani Ester Tenani

Sandra Denise Gasparini Bastos

MICHEL GUSTAVO FONTES
EROTILDE GORETI PEZATTI

**AS INTERROGATIVAS DE
CONTEÚDO NA HISTÓRIA
DO PORTUGUÊS
BRASILEIRO**

UMA ABORDAGEM DISCURSIVO-
-FUNCIONAL

**CULTURA
ACADÊMICA** 
Editora

© 2012 Editora UNESP

Cultura Acadêmica

Praça da Sé, 108

01001-900 – São Paulo – SP

Tel.: (0xx11) 3242-7171

Fax: (0xx11) 3242-7172

www.culturaacademica.com.br

feu@editora.unesp.br

CIP – BRASIL. Catalogação na fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

F767i

Fontes, Michel Gustavo

As interrogativas de conteúdo na história do português brasileiro:
uma abordagem discursivo-funcional / Michel Gustavo Fontes, Erotilde
Goreti Pezatti. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7983-361-8

1. Língua portuguesa – Gramática. I. Pezatti, Erotilde Goreti.
II. Título.

12-9299.

CDD: 469.5

CDU: 811.134.3'36

Este livro é publicado pelo Programa de Publicações Digitais da Pró-Reitoria de Pós-Graduação da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP)

Editora afiliada:



Asociación de Editoriales Universitarias
de América Latina y el Caribe



Associação Brasileira de
Editoras Universitárias

SUMÁRIO

Introdução 7

1 Pressupostos teóricos 15

2 Uma tipologia para as interrogativas de conteúdo 55

3 padrões de ordenação e clivagem nas interrogativas
de conteúdo na história do português brasileiro 81

Considerações finais 147

Referências bibliográficas 153

INTRODUÇÃO

Neste livro, investigam-se o uso e a estrutura morfossintática de sentenças interrogativas do português brasileiro (doravante PB), especificamente de sentenças interrogativas diretas que contêm um pronome ou advérbio interrogativo, como em (1), tradicionalmente denominadas *Interrogativas-Qu* (cf. Lopes-Rossi, 1996; Kato; Miotto, 2005) e, neste trabalho, denominadas *Interrogativas de Conteúdo*.

- (1)
- a. **o que** a senhora gostaria de fazer? (SP-D2-360)
 - b. **que** é que um professor faz...? (SA-DID-231)
 - c. **qual** é o problema? (PA-EF-278)
 - d. **quem** é que vai comprar? (RJ-EF-379)
 - e. elas têm origem... **onde**? (SA-EF-049)
 - f. **Quando** é que o aluno evidencia conhecimento? (PA-EF-278)
 - g. **Quantos** o senhor deseja? (RE-EF-337)
 - h. **como** que nós chegamos a ela? (SP-EF-405)
 - i. não poderia **por quê**? (RJ-EF-379)

As *Interrogativas de Conteúdo*, de acordo com o modelo da Gramática Discursivo-Funcional (doravante GDF) proposto por Hengeveld e Mackenzie (2008), consistem em Atos Illocutivos dotados de uma Ilocução Interrogativa, com a qual o falante requer do ouvinte

uma resposta para o Conteúdo Proposicional evocado pelo Conteúdo Comunicado. Essa resposta pode ser uma confirmação ou não do ouvinte em relação a um conteúdo cuja verdade não era muito clara para o falante, o que define uma Interrogativa Polar (cf. (2a)), ou pode conter uma informação nova trazida pelo ouvinte que preencha uma lacuna de informação existente na informação pragmática do falante, o que define uma Interrogativa de Conteúdo (cf. (2b)).

- (2) a. então você ahn:: têm irmãos pequenos? (SP-EF-405)
 b. como ela desenha? (SP-EF-405)

Na literatura linguística brasileira, a investigação acerca das Interrogativas de Conteúdo tem despertado a atenção de alguns pesquisadores, que enfocam as possibilidades de ordenação de constituintes dentro dessas sentenças, principalmente as possíveis inversões entre sujeito e verbo e a ocorrência de clivagem. Destacam-se os trabalhos de Duarte (1992), Mioto (1989, 1994), Sikansi (1994), Mioto e Figueiredo Silva (1995), Lopes-Rossi (1996; 1998), Kato et al. (2002) e Kato e Mioto (2005), todos de orientação gerativista.

Diferentemente desses estudos, este trabalho, ao adotar a perspectiva funcional da linguagem e os pressupostos teórico-metodológicos da GDF, procura explicar as diferentes formas assumidas pelas Interrogativas de Conteúdo, com base no alinhamento entre sua codificação no nível Morfossintático e as formulações ocorridas nos níveis Interpessoal e Representacional. Na verdade, como este trabalho se insere no campo dos estudos funcionalistas, torna-se improvável conceber as diferentes ordens de constituintes e a ocorrência de clivagem nas Interrogativas de Conteúdo como decorrentes de operações transformacionais/derivacionais, ou de processo de extração-WH, de elevação de verbos, de apagamento de constituintes. Julgamos, aqui, que a estrutura subjacente da oração, uma vez construída, permanece intocável em todas as representações pertinentes até receber sua forma final na expressão morfossintática (cf. Dik, 1997a).

No campo funcionalista, são poucos os estudos sobre as Interrogativas de Conteúdo, destacando-se algumas considerações em Dik (1997b) e Hengeveld et al. (2007) e o estudo tipológico de Macken-

zie (2008). Esses trabalhos, no entanto, apresentam preocupações que se voltam prioritariamente aos estudos tipológicos, analisando, portanto, várias línguas. Do trabalho de Mackenzie (2008), é interessante destacar que as Interrogativas de Conteúdo codificam categorias semânticas distintas, as quais se enquadram numa escala de abstraticidade, ou melhor, numa escala que vai do mais concreto ao mais abstrato: indivíduo(x) > locação(l) > tempo(t) > modo(m) > quantidade(q) > razão(r). Assim, ao se selecionar, no nível Representacional, uma determinada categoria semântica, será selecionado, no nível Morfossintático, um pronome ou advérbio interrogativo correspondente. Dessa forma, pode-se construir a seguinte correspondência:

- (3) a. indivíduo(x)>locação(l)>tempo(t)>modo(m)>quantidade(q)>razão(r)
 b. {quê; o quê; qual; quem} > {onde} > {quando} > {como} > {quanto} > {por que; por quê}

Na estrutura formal das Interrogativas de Conteúdo, dois fenômenos morfossintáticos se destacam – a ordenação de constituintes e a clivagem – e estão articulados a dois constituintes dessa estrutura: o pronome ou advérbio interrogativo, a partir de agora denominado de *constituente interrogativo*, e o sujeito, quando expresso.

O estudo que aqui se propõe busca analisar a natureza semântico-pragmática e a disposição linear na estrutura morfossintática do constituinte interrogativo, já que esse constituinte pode se situar (ia) na margem esquerda da oração interrogativa, ocupando a posição inicial (cf. (4a)), ou (iib) na margem direita da oração interrogativa, ocupando a posição final (cf. (4b)). Além disso, quando em posição inicial, esse constituinte pode ser clivado por meio dos expletivos *é que* (cf. (4c)) e *que* (cf. (4d)).

- (4) a. **o que** significa isso? (REC-EF-337)
 b. ele também pode fazer **o quê**? (SA-DID-231)
 c. **como é que** ela funciona? (REC-EF-337)
 d. **que que** a senhora acha das Olimpíadas? (PA-DID-45)

Do mesmo modo, propõe-se uma análise a respeito da natureza do sujeito nas Interrogativas de Conteúdo e de sua disposição em relação ao verbo, uma vez que esse constituinte sentencial pode (ia) anteceder o verbo, ocupando o campo inicial da oração junto ao constituinte interrogativo (cf. (5a)), ou (iib) pospor o verbo, ocupando o campo final da oração (cf. (5b)).

- (5) a. o que **a senhora** gostaria de fazer? (SP-D2-360)
 b. o que significa **isso**? (REC-EF-337)

Objetiva-se, portanto, discutir os condicionamentos discursivo-pragmáticos envolvidos (ia) na ordenação do constituinte interrogativo e do sujeito e (iib) na clivagem do constituinte interrogativo em posição inicial. Este trabalho, dessa forma, é conduzido sob a hipótese geral de que o peso de propriedades pragmáticas, como a aplicação da função pragmática Foco e do operador de Ênfase ao constituinte interrogativo no Nível Interpessoal, sobrepuja o das categorias do Nível Representacional e Morfossintático na estruturação das Interrogativas de Conteúdo. Especificamente, este trabalho mostra que há um alinhamento entre esses três níveis: a estruturação da Interrogativa de Conteúdo (isto é, a posição assumida pelo constituinte interrogativo e pelo sujeito e a ocorrência da clivagem) está condicionada a pressões pragmáticas, ao passo que, no Nível Interpessoal, a codificação morfossintática do constituinte interrogativo, isto é, a forma assumida pelo constituinte interrogativo (a seleção dos pronomes ou proadvérbios interrogativos) está condicionada aos valores semânticos por eles designados no Nível Representacional.

No entanto, considerando os resultados apresentados por Lopes-Rossi (1996), este estudo procura mostrar que a disposição linear do constituinte interrogativo em posição final e a possibilidade de clivagem desse mesmo constituinte em posição inicial são fenômenos inovadores na história do PB. Para tanto, adotando uma abordagem diacrônica, verificamos como os diferentes padrões de estruturação das Interrogativas de Conteúdo convivem e se processam ao longo da história do PB, de forma que possamos recuperar

as mudanças que atingiram a estrutura das Interrogativas de Conteúdo. A hipótese que nos dirige nessa investigação diacrônica é a de que a ordenação do constituinte interrogativo em posição final e a possibilidade de clivagem do constituinte interrogativo em posição inicial são frutos de uma mudança no sistema de estruturação das Interrogativas de Conteúdo ligada, essencialmente, à mudança na disposição linear do sujeito no PB. Tal mudança, de acordo com Berlinck (1989, p.97), consiste no “progressivo ‘enrijecimento’ da ordem SN V, que começa a dominar, aos poucos, os contextos antes divididos com V SN”; segundo Ribeiro (2001), essa mudança sintática do PB se caracteriza pela perda da ordem VS em relação ao português europeu (doravante PE).

A viabilidade no cumprimento de tais objetivos exigiu-nos alguns recortes em relação ao objeto de estudo e, assim, excluímos: (ia) casos como (6a) e (6b) abaixo, em que o constituinte interrogativo é parte de um sintagma mais complexo e, então, submete-se aos padrões de ordenação sintagmática; (iib) casos como (6c) abaixo, em que o constituinte interrogativo, apesar de estar no início do período, pertence à oração subordinada; e, por fim, (iiic) casos como (6d), que representam interrogativas indiretas.

- (6) a. é uma transferência **a partir de quê?** (PA-EF-278)
 b. **em que ocasiões** você costuma visitar seus amigos? (PA-DID-45)
 c. **quem** a senhora acha que é responsável pra::por um bom sucesso de um filme? (SP-DID-234)
 d. ele pode simplesmente me dizer **o que foi que o conferencista disse** (PA-EF-278)

Focamos, portanto, os casos de Interrogativas de Conteúdo diretas, que configuram períodos absolutos, cujo constituinte interrogativo atua na camada da oração, isto é, não faz parte de sintagmas interrogativos.

Na seleção dos dados, baseamo-nos em textos escritos dos séculos XIX e XX, especificamente em cartas pessoais trocadas entre brasileiros e em peças de teatro, comédias, em geral, de autores brasileiros. Paralelamente ao estudo diacrônico com base em textos

escritos, desenvolvemos um estudo de língua falada, utilizando textos orais provenientes de um banco de dados representativo do português falado na segunda metade do século XX.

O gênero *carta* se mostra propício a este estudo (e, também, aos estudos de linguística histórica no geral), pois consiste em “um texto produzido em situações reais, por falantes que desejam se comunicar, com um caráter interativo (uma espécie de ‘diálogo’), em que a presença do receptor está constantemente marcada no texto” (Berlinck et al., 2008, p.191). A constituição do *corpus* a partir de cartas foi bastante heterogênea à medida que recorreremos a variados bancos de dados, como (ia) “Cartas brasileiras (1809-1904): um estudo linguístico-filológico”, tese defendida pela Profa. Dra. Zenaide Carneiro na Unicamp, em 2005; (iib) “Laboratório de História do Português Brasileiro”, coordenado pela Profa. Dra. Célia Regina dos Santos Lopes, na Universidade Federal do Rio de Janeiro; e (iiic) “Corpus diacrônico do português”, organizado pela Profa. Dra. Sanderléia Roberta Longhin-Thomazi, da Unesp de São José do Rio Preto.

As peças de teatro, por sua vez, conforme Berlinck et al. (2008), mantêm uma relação indireta com o uso da linguagem em situações concretas de enunciação à medida que, sendo um texto literário, é possível observar, no conjunto das falas dos personagens, uma tentativa de reprodução da língua falada em uma determinada época, em diferentes contextos. Na seleção das peças de teatro que compõem o *corpus* aqui utilizado, o estilo do autor e a data de primeira representação das peças nos guiaram à seleção de obras da página seguinte:

Para compor o estudo paralelo de língua falada, recorreremos ao *corpus* mínimo do Projeto da Gramática do Português Falado, composto a partir de uma seleção de entrevistas do Projeto NURC/Brasil (Norma Urbana Culta).

Eis a seleção:

Este livro se divide em três partes. A primeira parte preocupa-se em apresentar os fundamentos teóricos que guiam a investigação e, assim, expõe uma visão geral a respeito do funcionalismo em

Quadro 1: Peças de teatro selecionadas e períodos de análise

SÉCULO XIX				SÉCULO XX			
1ª metade		2ª metade		1ª metade		2ª metade	
1838	1844	1890	1892	1932	1954	1960	1966
<i>O juiz de paz na roça</i>	<i>Judas no sábado de aleluia</i>	<i>Viagem ao Parnaso</i>	<i>O Tribofe</i>	<i>Deus lhe pague</i>	<i>Figueira do Inferno</i>	<i>A invasão</i>	<i>O santo inquérito</i>
(19TMPa)	(19TMPb)	(19TAAa)	(19TAAb)	(20TJCa)	(20TJCb)	(20TDGa)	(20TDGb)
Martins Pena		Artur Azevedo		Joracy Camargo		Dias Gomes	

Quadro 2: *Corpus* mínimo do Projeto da Gramática do Português Falado

	POA	RJ	SP	REC	SSA
EF	278	379	405	337	049
DID	045	328	234	131	231
D2	291	355	360	005	098

linguística para, então, descrever o arcabouço gramatical da GDF. A segunda parte, por sua vez, traz uma proposta de classificação tripartida para as Interrogativas de Conteúdo baseada em seu uso. A terceira parte, por fim, analisa as diferentes estratégias morfosintáticas que estruturam as Interrogativas de Conteúdo, no caso, a ordenação de constituintes e a clivagem, buscando as motivações semânticas e pragmáticas para a ocorrência de tais fenômenos; além disso, investiga o comportamento diacrônico das diferentes formas de se estruturar as Interrogativas de Conteúdo do PB, lançando a hipótese de que são fenômenos inovadores na estruturação das Interrogativas de Conteúdo: (ia) a possibilidade de posicionar o constituinte interrogativo no campo final da oração, (iib) a possibilidade de clivar o constituinte interrogativo posicionado no campo inicial da oração por meio do expletivo *é que* ou *que* e (iiic) a mudança na ordem do sujeito em relação ao verbo. Seguem-se a essa parte as considerações finais e as referências bibliográficas.

1

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

A abordagem funcionalista

De acordo com Butler (2003), o ponto de partida para os funcionalistas está na definição de língua como um instrumento de comunicação entre os seres humanos, ou seja, a língua é concebida em sua instrumentalidade perante o ato de se comunicar. Segundo Neves (1994, p.109), “a determinação do modo como as pessoas conseguem comunicar-se pela língua” é um apontamento que sintetiza bem o pensamento básico das teorias funcionalistas, o que, para Dik (1997a), coloca a língua como um instrumento de interação social cujo objetivo está em estabelecer relações comunicativas. Para a abordagem funcionalista, portanto, a língua é revelada em sua instrumentalidade em relação ao que as pessoas fazem e alcançam por meio de seu manuseio na interação verbal.

Embora concebam a língua em sua instrumentalidade comunicativa e interativa, os funcionalistas não excluem seu caráter cognitivo e elencam, como aponta Nuyts (1993 apud Butler, 2003, p.3), algumas funções subsidiárias que não se restringem apenas à função primordial de estabelecer a comunicação, como (ia) a informativa (com a qual o usuário da língua explicita um conteúdo necessário para o contexto comunicativo em que se insere), (iib) a

intencional (com a qual o usuário da língua pretende alcançar seus objetivos com determinada mensagem), (iiic) a socialização (com a qual o usuário da língua entende as normas e regras da sociedade e se conforma com elas de forma a se relacionar interpessoal e socialmente com seus parceiros de interação) e (ivd) a contextualização (com a qual o usuário da língua é capaz de adaptar sua mensagem às diferentes situações comunicativas).

Segundo Butler (2003), a comunicação consiste em qualquer evento discursivo das sociedades humanas, de forma que até o ato de falar sozinho pode ser visto como uma forma de comunicação: o falante, dotado de um propósito comunicacional e reflexivo, desdobra seu papel, sendo falante e destinatário ao mesmo tempo. Já a interação verbal, segundo Dik (1997a), é uma atividade cooperativa e regrada: (ia) cooperativa, pois envolve a participação de duas ou mais pessoas contribuindo entre si na tentativa de alcançar seus propósitos interacionais, e (iib) regrada, por ser governada por regras linguísticas (construção formal da expressão linguística) e não linguísticas (normas e convenções sociais).

Na interação verbal, falante e destinatário dispõem, cada um, de um amontoado de informações pragmáticas, as quais, segundo Dik (1997a), compreendem o arranjo completo de conhecimento, crenças, suposições, opiniões e sentimentos disponíveis a um indivíduo em qualquer momento da interação. A informação pragmática do falante e do destinatário normalmente coincidem (informação partilhada), porém também haverá informações que só estão disponíveis para um dos participantes (informações não partilhadas). Com base nessa distinção, pode-se dizer que a função primordial do falante, durante a interação, é traçar algumas modificações na informação pragmática do destinatário.

Essa figura, que representa o modelo de interação verbal apresentado por Dik (1997a), caracteriza bem a cooperatividade da interação verbal: o falante modela sua intenção com base em sua informação pragmática, levando em consideração não só seu conhecimento de mundo mas também a previsão da informação pragmática do destinatário. Ao elaborar sua expressão linguística, o falante

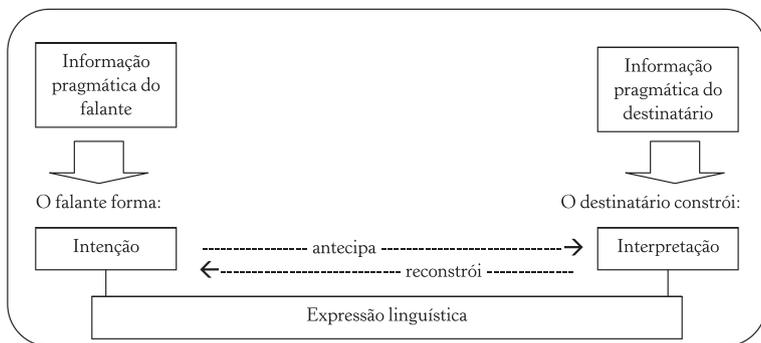


Figura 1.1: Modelo de interação verbal (cf. Dik, 1997a, p.8)

pretende modificar a informação pragmática de seu destinatário e, assim, antecipa a possível interpretação que o destinatário poderá ter de sua expressão linguística. O destinatário, por sua vez, interpreta a expressão linguística do falante com base em sua informação pragmática, ou melhor, com base em seu conhecimento geral de mundo e com base na avaliação que faz da informação pragmática desse falante. Assim, o destinatário tenta reconstruir a intenção comunicativa do falante. Como se percebe, a relação entre intenção do falante e interpretação do destinatário é mediada pela expressão linguística.

As expressões linguísticas são entidades estruturadas, uma vez que sua construção formal é governada por algumas regras e princípios. Se a perspectiva funcionalista considera a língua em sua instrumentalidade em relação à interação social e aos propósitos comunicativos de seu usuário, as expressões linguísticas devem ser entendidas, conforme propõe Dik (1997a), com base em dois tipos de sistemas de regras, ambos ratificados pela convenção social: (i1) as regras que governam a constituição das expressões linguísticas (regras semânticas, morfossintáticas e fonológicas) e (ii2) as regras que governam os padrões de interação verbal em que essas expressões linguísticas são usadas (regras pragmáticas).

O sistema de regra (i1) é visto como instrumental com relação aos objetivos e propósitos do sistema de regra (ii2): o requisito básico do paradigma funcional é que as expressões linguísticas sejam

descritas e explicadas em termos da organização geral estabelecida pelo sistema pragmático de interação verbal – ou seja, para os funcionalistas, a pragmática representa o componente mais abrangente, no interior do qual se consideram a semântica e a sintaxe: a semântica é dependente da pragmática e a sintaxe, da semântica. Essa metodologia, conforme aponta Pezatti (2004), parte do princípio de que toda explicação linguística deve estar ancorada na relação entre linguagem e uso, ou melhor, na linguagem em uso no contexto social. Especificamente, o funcionalismo clama que o estudo do sistema linguístico deve se subordinar ao uso e, assim, qualquer explicação funcional verá seu fenômeno linguístico inserido em uma complexa rede de determinações que amalgama, dentro de um contexto sócio-histórico, o falante, o destinatário e a informação pragmática de ambos.

A subordinação das propriedades das expressões linguísticas às regras que regem a interação verbal define o princípio de adequação pragmática, um dos princípios de adequação explanatória que, segundo Dik (1997a), devem estar presentes em uma Gramática Funcional. Como se pôde observar, a adequação pragmática é o que dá maior peso à teoria: a intenção de uma Gramática Funcional é a de construir um Modelo de Usuário de Língua Natural (MULN), ou seja, está integrada a esse modelo e a uma teoria pragmática da interação verbal.

Além desse princípio, Dik (1997a) prevê outros dois para a construção de uma Gramática Funcional: (ia) adequação psicológica e (iib) adequação tipológica. O primeiro prevê que uma descrição gramatical deve ser compatível com hipóteses psicológicas fortemente evidentes a respeito do processamento linguístico, isto é, deve levar em conta tanto o modo como o falante constrói sua expressão (modelos de produção) como a maneira pela qual o destinatário processa a expressão de forma a interpretá-la (modelos de compreensão). Já o segundo prevê que uma Gramática Funcional deve ser capaz de fornecer gramáticas para línguas tipologicamente diferentes e, além disso, de explicitar as similaridades e as diferenças entre os diversos sistemas linguísticos (cf. Pezatti, 2004, p.171-2).

Com base no que se expôs, observa-se que o funcionalismo, aliando-se a uma concepção de linguagem como instrumento de interação verbal, observa as expressões linguísticas como mediadoras da comunicação e da interação estabelecida entre os interlocutores e, assim, relaciona a configuração morfossintática de uma sentença a questões de uso. É no uso e na interação entre pragmática, semântica e sintaxe que um funcionalista buscará as explanações para um determinado fenômeno linguístico e, dessa forma, buscará estar em conformidade com os princípios de adequação pragmática, psicológica e tipológica.

Discurso & Gramática: a Gramática Discursivo-Funcional

Hengeveld e Mackenzie (2008) definem a GDF como uma teoria gramatical que ocupa uma posição intermediária entre funcionalismo e formalismo radicais.¹ Segundo Camacho (2006), os rótulos “formal” e “funcional” não são esclarecedores, uma vez que, primeiramente, conforme já apontava Newmeyer (1998 apud Camacho, 2006, p.4), há uma ambiguidade por trás do uso do termo “formal”:

ele pode referir-se tanto à forma ou estrutura gramatical em oposição ao significado ou uso, quanto à utilização de um sistema notacional para expressar de modo preciso e exato as observações e as generalizações linguísticas.

Em segundo lugar, Camacho (2006) esclarece que a formalização não é um traço metodológico restrito apenas às teorias formalistas; ao contrário, muitas teorias funcionalistas, como a GF e a GDF, utilizam-se de um alto grau de formalismo e explicitude notacio-

1 Hengeveld e Mackenzie (2008, p.26): “FDG occupies a position halfway between radically functional and radically formal approaches to grammatical analysis”.

nal para fundamentar suas análises. A diferença entre “formal” e “funcional”, portanto, não está na utilização de notações formais, mas associa-se ao “grau de independência ou de autonomia das relações formais ou gramaticais em relação ao significado e ao uso que os falantes fazem delas no contexto comunicativo” (Camacho, 2006, p.4-5). A esse respeito, Butler (2003) afirma que o coração do debate entre formalistas e funcionalistas se relaciona à questão de até que ponto as gramáticas são autônomas em relação a fatores externos a elas ou se podem ser explicadas com base nesses fatores.

Recorrendo a Croft (1995 apud Butler, 2003, p.5), Butler (2003) mostra três maneiras de se entender a autonomia:

- a) autonomia da sintaxe: os fenômenos sintáticos são essencialmente independentes das funções pragmáticas, semânticas e sintáticas desses fenômenos;
- b) autonomia da gramática: a gramática de uma língua é essencialmente independente de fatores funcionais externos relacionados ao uso da linguagem como um instrumento comunicativo em contextos sociais;
- c) autonomia da faculdade da linguagem: as capacidades linguísticas constituem um módulo essencialmente independente de outras capacidades cognitivas.

Além desses três caminhos de se compreender a autonomia, Croft (1995 apud Butler, 2003, p.6) distingue dois aspectos que perpassam o conceito de autonomia:

- a) arbitrariedade: no caso da autonomia da sintaxe, a arbitrariedade significa que elementos ou regras sintáticas não derivam de propriedades semânticas ou pragmáticas; já no caso da autonomia da gramática, a arbitrariedade concebe que propriedades gramaticais não se relacionam a funções sociais e comunicativas;
- a) autossuficiência:² com relação à autonomia da sintaxe, prevê-se que os sistemas sintáticos das línguas apresentam elemen-

2 No original, em inglês, o termo é *self-containedness* (cf. Butler, 2003, p.6).

tos e regras que interagem entre si, porém não com propriedades pragmáticas e discursivas; já com relação à autonomia da gramática, ela é autossuficiente com relação aos fatores comunicativos e sociais.

Com base nesses princípios, Croft (2003 apud Butler, 2003, p.7) caracteriza três tipos de posicionamentos tomados pelas vertentes funcionalistas a partir da aceitação ou rejeição da arbitrariedade e da autossuficiência:

- a) funcionalismo autônomo: a sintaxe é arbitrária e autossuficiente;
- b) funcionalismo misto (formal/funcional) e tipológico: a sintaxe é arbitrária, mas não autossuficiente;
- c) funcionalismo extremo: a sintaxe não é arbitrária nem autossuficiente.

Camacho (2006), estabelecendo distinções semelhantes às demonstradas por Butler (2003), visualiza dois sistemas de oposições teóricas que conjugam quatro perspectivas segundo as quais se pode entender a gramática de uma língua: (ia) em uma primeira oposição, a gramática pode ser considerada tanto um sistema estrutural autônomo, o que caracteriza uma teoria autônoma da gramática, quanto um instrumento de interação social, o que caracteriza uma teoria funcionalista da gramática; (iib) já em um segundo sistema de oposição, se, por um lado, há teorias que manifestam um desejo claro em construir sistemas de representação formal, o que é característico de uma abordagem formalizada da gramática, por outro lado existem enfoques cujo objetivo não está em construir esses tipos de formalização, o que caracteriza uma abordagem não formalizada da gramática. Esses parâmetros podem ser perfeitamente associados, criando-se o quadro a seguir.

Com este quadro, visualizam-se quatro diferentes tipos de teorias linguísticas que estão na base de dois sistemas de oposição: (ia) o tipo A, autônoma e formalizada, caracterizando a abordagem gerativista, e seu tipo oposto, D, representando uma teoria funcional

Quadro 1.1: Funcionalismo e formalismo (Hengeveld, 1998 apud Camacho, 2006)

	Formalizada	Não formalizada
Autônoma	A	B
Funcional	C	D

não formalizada, como os enfoques de Halliday e de Givón; e (iib) o tipo B, uma teoria autônoma não formalizada, para a qual não se encontra um enfoque representante, e seu tipo oposto, C, cujos expoentes, além da Gramática de Papel e Referência, são a GF e a GDF.

A GDF, portanto, como uma teoria gramatical intermediária entre o funcionalismo radical e o formalismo radical, postula que as propriedades de expressões linguísticas são adaptadas aos objetivos comunicativos que os usuários da língua pretendem atingir na interação e, além disso, está fortemente ligada à existência de uma estrutura mental: a estrutura de uma expressão linguística reflete um sistema subjacente que é governado por regras que predizem a forma tomada por unidades linguísticas idealizadas. De certa forma, a pretensão da GDF está em estudar o grau em que uma descrição linguística é relevante para explicar o uso da língua com objetivos comunicativos na interação verbal e o grau em que uma descrição linguística é compatível com o conhecimento sobre o processamento mental envolvido na interpretação e na produção das expressões linguísticas.

Princípios básicos

A GDF aborda a linguagem como um instrumento de interação verbal e, assim, captura as propriedades formais das unidades linguísticas e as descreve em termos da intenção comunicativa em que são produzidas. A Figura 1.2 a seguir mostra a GDF como o Componente Gramatical de um modelo mais global de interação verbal que se liga a um Componente Conceitual, a um Componente Contextual e a um Componente de Saída.

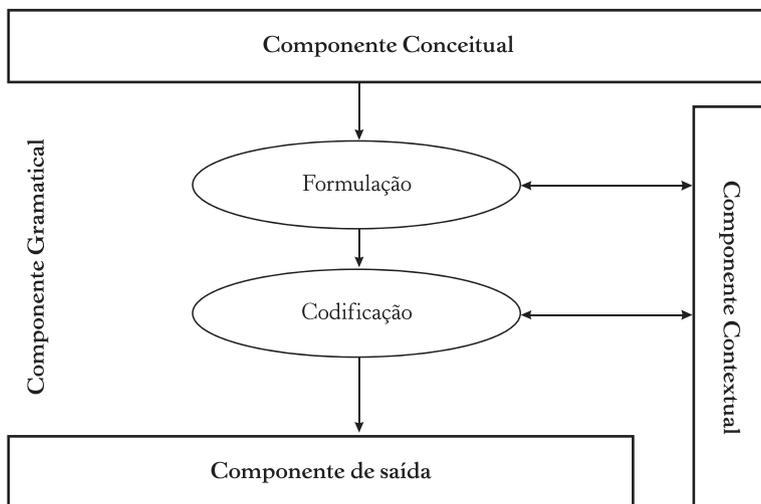


Figura 1.2: A GDF como parte de uma teoria da interação verbal (cf. Hengeveld & Mackenzie, no prelo)

O Componente Conceitual, além de ser responsável pelo desenvolvimento da intenção comunicativa e das conceituações relevantes em determinado evento comunicativo, oferece o *input* necessário para o Componente Gramatical, representando, assim, sua força motriz. É junto a esse componente não verbal que é representado o material ideacional e interativo pressuposto por cada unidade discursiva sob análise.

Já o Componente Contextual contém informações a respeito do conteúdo e da forma do discurso anterior, do cenário real em que o evento comunicativo ocorre e das relações sociais entre os Participantes da interação. A GDF assume que a intenção do Falante³ não surge no vácuo, mas sim em um multifacetado contexto

³ Para nos referirmos aos participantes da interação usamos, nas seções anteriores, os termos “falante e destinatário”. A partir de agora, passamos a usar “Falante e Ouvinte” por aludirmos aos participantes conforme concebe a GDF.

comunicativo e, dessa forma, esse segundo componente não verbal pode conter dois tipos de informação: (i) a informação imediata (de curto prazo) recebida do Componente Gramatical relativa a um enunciado particular que é relevante para a forma que os enunciados subsequentes assumem e (ii) a informações de longo prazo sobre a interação corrente que é relevante para as distinções que são requeridas na língua em uso e que influenciam a formulação e a codificação nesta língua.

Por fim, o último componente não verbal, o Componente de Saída, é o que gera expressões acústicas, simbólicas ou ortográficas com base nas informações provenientes do Componente Gramatical. É, portanto, o Componente Gramatical que gera *input* para o Componente de Saída. Há variadas maneiras de esses três componentes não verbais interagirem com a GDF, especificamente, com o Componente Gramatical da interação verbal. Para a GDF, um meio muito importante de interação entre os quatro componentes se dá com os processos de Formulação e de Codificação.

Partindo da ideia de que um modelo gramatical é mais eficiente à medida que reflete o processamento linguístico individual e de que, segundo alguns estudos psicolinguísticos, a produção linguística é um processo *top-down*, que começa com as intenções e termina com a articulação da expressão linguística, a implementação dinâmica da GDF reflete esse processo de produção linguística e está devidamente organizada em um modelo *top-down*, isto é, em um modelo descendente. Isso quer dizer que a GDF é um modelo do falante: as intenções comunicativas de um falante são processadas em direção descendente até chegar à articulação da expressão linguística, ou melhor, o falante primeiro decide um propósito comunicativo, seleciona a informação mais adequada para alcançar seu propósito e a codifica, então, gramatical e fonologicamente; por fim, progride para a articulação. Por conseguinte, como afirma Pezatti (no prelo), “a GDF adota uma perspectiva orientada para a produção do falante (ou escritor) e não uma perspectiva orientada para a interpretação do destinatário (ou leitor)”.

Para a GDF, no nível pré-linguístico, ou seja, no Componente Conceitual, uma intenção comunicativa e sua representação mental são convertidas, por meio da operação de Formulação, em representações interpessoais e representacionais, que, transportadas para o nível morfossintático e fonológico pela Codificação, recebem diferentes representações. Portanto, é dentro dessa organização descendente descrita que se devem distinguir as operações principais de Formulação e de Codificação.

A Formulação abriga as regras que determinam o que constitui a representação semântica e pragmática subjacente na língua. Essas regras são chamadas de “regras de mapeamento”. Já a Codificação envolve regras que convertem a representação pragmática e semântica em representações morfológicas e fonológicas. Essas regras são denominadas “regras de expressão”. Dessa forma, ao adotar um modelo teórico de arquitetura modular cuja organização é orientada de cima para baixo, a GDF, como teoria da gramática, toma como proposta a descrição de unidades discursivas, os atos discursivos, tornando-se, então, um modelo orientado para o discurso.

Uma gramática orientada para o discurso necessita tanto do reconhecimento de vários níveis de análise como da aplicação de uma organização em camadas que se estendam ao nível do discurso. A GDF, então, incorpora a estrutura hierárquica em camadas da oração da GF e combina uma neutralidade tipológica com rigor formal. Além disso, Hengeveld e Mackenzie (2008) reconhecem a necessidade de uma gramática organizada a partir de quatro níveis: o Interpessoal, o Representacional, o Morfossintático e o Fonológico. Cada nível é concebido como um módulo separado e internamente organizado em camadas.

Na Figura 1.3 a seguir, observa-se um quadro no qual é demonstrada a organização geral da GDF. As elipses correspondem às operações (formulação ou codificação), os retângulos são os níveis de representação produzidos pelas operações e os quadrados contêm os primitivos usados nas duas operações citadas. Primitivos, *grosso modo*, são blocos construtores usados pelas operações para construir seus respectivos níveis de atuação.

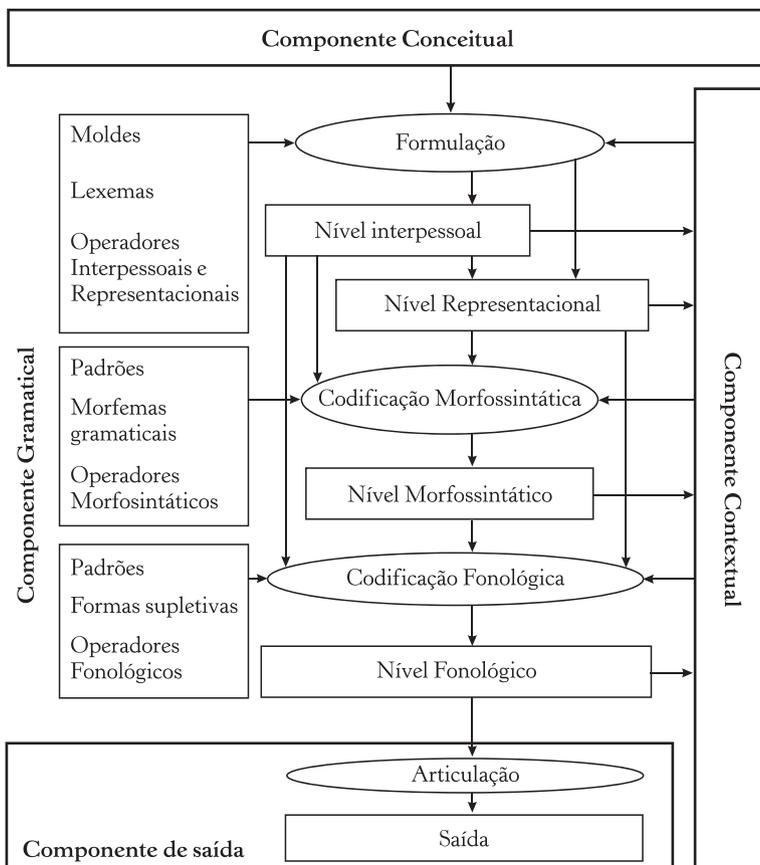


Figura 1.3: Arquitetura geral da GDF (cf. Hengselved & Mackenzie, 2010)

Níveis e camadas de organização da GDF

Cada um dos níveis distinguidos na GDF (Interpessoal, Representacional, Morfosintático e Fonológico) corresponde, respectivamente, aos níveis de análise linguística: pragmática, semântica, morfosintaxe e fonologia. Além disso, cada um se estrutura de um modo particular; todos, entretanto, apresentam uma organização hierarquicamente ordenada em camadas. Assim, em (7), dispõe-se de uma estrutura geral das camadas dentro dos níveis.

(7) $(\pi v_1: [\text{núcleo } (v_1)_\Phi]: [\sigma (v_1)_\Phi])$

Nesse esquema em (7), a variável v_1 corresponde à camada relevante restringida por um núcleo que a toma como seu argumento. O modificador σ , por um lado, toma a variável como seu argumento de forma a restringi-la ainda mais, ao passo que o operador π a especifica. A camada, ainda, pode conter uma função Φ . Núcleos e modificadores são estratégias lexicais, ao passo que operadores e funções representam estratégias gramaticais. A diferença entre operadores e funções reside no fato de que estas são relacionais, atuando entre uma unidade inteira e outras unidades da mesma camada, ao passo que aqueles se aplicam apenas à própria unidade (Hengeveld & Mackenzie, no prelo).

A seguir, traça-se uma caracterização geral dos níveis que compõem a GDF, destacando alguns aspectos teóricos fundamentais a respeito desse modelo gramatical.⁴

O Nível Interpessoal

De acordo com Hengeveld e Mackenzie (2008), o Nível Interpessoal trata dos aspectos formais que refletem o papel de uma unidade linguística dentro da interação. Cabe, dessa forma, a esse nível captar as distinções que envolvem o processo de Formulação e que dizem respeito ao modo como Falante e Ouvinte interagem entre si.

A camada mais alta dentro da hierarquia do Nível Interpessoal é o *Movimento* (M), estruturado por um ou mais *Atos Discursivos* (A). O Ato é organizado a partir de quatro posições, sendo que nem todas precisam estar presentes: a *Ilocução* (F), que combina o ato de fala dos *Participantes* (Falante e Ouvinte), e o *Conteúdo Comunicado* (C) evocado pelo Falante. O Conteúdo comunicado pode conter *Subatos de Atribuição* (T) e de *Referência* (R). Dispõem-se, na Figura 1.4 a seguir, as relações hierárquicas que se aplicam a esse nível.

4 Os exemplos apresentados nesta seção foram retirados do *corpus* oral organizado pelo Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, em parceria com as universidades de Toulouse-le-Mirail e de Provença-Aix-Marselha, intitulado "Português oral", que abriga amostragens das variedades do português falado em Portugal, no Brasil, nos países africanos de língua oficial portuguesa e em Macau.

$(\pi M_1: [$	Movimento
$(\pi A_1: [$	Ato Discursivo
$(\pi F_1: ILL (F_1): \Sigma (F_1))$	Ilocução
$(\pi P_1: \dots (P_1): \Sigma (P_1))_S$	Falante
$(\pi P_2: \dots (P_2): \Sigma (P_2))_A$	Ouvinte
$(\pi C_1: [$	Conteúdo Comunicado
$(\pi T_1: [...] (T_1): \Sigma (T_1))_\Phi$	Subato de atribuição
$(\pi R_1: [...] (R_1): \Sigma (R_1))_\Phi$	Subato de referência
$] (C_1): \Sigma (C_1))_\Phi$	Conteúdo Comunicado
$] (A_1): \Sigma (A_1))_\Phi$	Ato Discursivo
$] (M_1): \Sigma (M_1))$	Movimento

Figura 1.4: Relações hierárquicas do Nível Interpessoal (cf. Hengeveld & Mackenzie, no prelo)

O Movimento, de acordo com Hengeveld e Mackenzie (2008), corresponde a uma contribuição autônoma para o avanço da interação ou a uma reação, já que tem um efeito perlocucionário. O Ato pode provocar uma conversação (no inglês, um *backchannel*), ou seja, uma resposta que encoraje o Falante a continuar a interação, ao passo que somente o Movimento pode provocar uma reação por parte do interlocutor. O Movimento, dessa forma, associa-se a uma ação dentro da interação.

Na verdade, o Movimento corresponde a contribuições para a interação que podem tanto exigir uma reação, no caso dos Movimentos de Iniciação (cf. (8a)), como ser a própria reação, no caso dos Movimentos de Reação (cf. (8b)).

- (8) a. L_1 : vocês nunca entraram lá? M1
 b. L_2 : a gente entra, a gente faz aposta, sabe, de passar tempo lá etc.
 etc. M2
 (Bra80: Fazenda)⁵

5 Esse é um exemplo extraído do banco de dados “Português oral”. Ao final de cada exemplo, há a indicação de sua fonte entre parênteses, com a sigla do país representado, o ano do documento e o título do texto: Bra: Brasil; PT: Portugal; Ang: Angola; CV: Cabo Verde; GB: Guiné-Bissau; Moç: Moçambique; To-Pr: São Tomé e Príncipe; TL: Timor Leste.

Em (8), o turno de L_1 é, claramente, um Movimento de Iniciação, uma vez que dá abertura para a troca conversacional; já o turno de L_2 encerra, de certa forma, essa troca, uma vez que responde adequadamente à informação solicitada por L_1 , o que dá a ele o estatuto de Movimento de Reação. Dessa forma, nos termos de Hengeveld (2004), o Movimento é o veículo de expressão de uma simples intenção comunicativa do falante e, nos termos de Kroon (1995, p.66 apud Hengeveld, 2004, p.5), uma unidade discursiva mínima e livre capaz de entrar em uma estrutura de troca.

O núcleo do Movimento pode ser um único Ato Discursivo, como acontece em (9), exemplo em que tanto os Movimentos de L_1 como de L_2 constituem-se de um único Ato ou de mais de um Ato, como acontece no Movimento de L_2 em (10) e em (11).

- | | | |
|------|--|-------|
| (9) | L_1 : [e você lembra alguma festa na escola?] A_1 | M_1 |
| | L_2 : [esse ano?] A_2 | M_2 |
| | L_1 : [que aconteceu assim de bom?] A_3 | M_3 |
| | L_2 : [lembro sim.] A_4 | M_4 |
| | (Bra93: FestaEstudante) | |
| (10) | L_1 : [vocês nunca entraram lá?] A_1 | M_1 |
| | L_2 : [a gente entra] A_2 , [a gente faz aposta, sabe, de passar tempo lá etc. etc.] A_3 | M_2 |
| | (Bra80: Fazenda) | |
| (11) | [o macarrão] A_1 , [eu faço com bastante carne] A_2 | M_1 |
| | (Bra80: Macarronada) | |

Os Atos Discursivos, segundo Kroon (1995 apud Hengeveld; Mackenzie, 2008, p.60), correspondem a unidades minimamente identificáveis do comportamento comunicativo que não necessariamente promovem a conversação na tentativa de se alcançar um objetivo comunicativo.⁶ Assim como os Movimentos não apresentam

6 No original: "the smallest identifiable units of communicative behaviour. In contrast to the higher-order units called Moves they do not necessarily further the communication in terms of approaching a conversational goal" (Kroon, 1995, p.65 apud Hengeveld; Mackenzie, 2008, p.60).

um correlato linguístico na expressão formal, não há nenhuma relação unívoca entre Atos Discursivos e qualquer unidade linguística. Qualquer elemento linguístico que seja capaz de transmitir, em um determinado contexto, a intenção do falante pode funcionar como um Ato Discursivo.

Os Atos Discursivos se constituem de no máximo quatro componentes: uma Ilocução (F_1), um Falante ($(P_1)_S$), um Destinatário ($(P_2)_A$) e um Conteúdo Comunicado (C_1). A partir desses componentes, distinguem-se três diferentes esquemas para os Atos (cf. (12) a (14)):

(12) $(A_1: [F_1: \blacklozenge (F_1)] (P_1)_S] (A_1))$, para Atos Expressivos;

(13) $(A_1: [(F_1: \blacklozenge (F_1) (P_1)_S (P_2)_A] (A_1))$, para Atos Interativos;

(14) $(A_1: [(F_1: \blacklozenge /ILL (F_1) (P_1)_S (P_2)_A (C_1)] (A_1))$, para Atos Illocutivos.

Como podemos observar em (12), o Ato pode conter, minimamente, uma Ilocução e um único Participante – no caso, o Falante. Essa disposição estrutura o Ato Expressivo, que revela uma expressão direta do sentimento do Falante sem um propósito comunicativo, quer dizer, o Falante, ao utilizar-se de tal categoria, deseja prioritariamente realçar sua emoção em vez de comunicar ao Ouvinte alguma informação (cf. (15)).

(15) L_1 : não come menos que dois, três [ovos], o garoto
 L_2 : **poxa**, é muito ovo, heim? (Bra80: Macarronada)
 $A_1: [F_1: poxa (F_1)] (P_1)_F] (A_1))$

Conforme defendem Hengeveld e Mackenzie (2008) e demonstra Fontes (2010), é da classe de interjeições da língua que se originam os Atos Expressivos. No exemplo em (15), o Ato Expressivo em destaque assinala o sentimento de surpresa do Falante sem necessariamente transmitir uma informação ao Destinatário. Dessa forma, o Ato Expressivo não contém posições para o Conteúdo Comunicado e para o Ouvinte, mas somente para a Ilocução e para o Falante, o que dá a ele a qualidade de autodirecionado.

Em segundo lugar, conforme disposto em (13), o Ato discursivo só tem preenchidas as posições da Ilocução, do Falante e do Desti-

natário, não preenchendo, por conseguinte, a posição do Conteúdo Comunicado. Tal disposição é observada no exemplo em (16), com a saudação em destaque.

(16) **Boa tarde!**

(A_I: [(F_I: *boa tarde* (F_I) (P₁)_F (P₂)_O] (A_I))

Conforme assinalam Fontes e Pezatti (2011b), os Atos Expressivos estão subordinados à transmissão de emoções, ao passo que os Atos Interativos são os responsáveis pela manutenção da interação verbal, ou seja, subordinam-se a um uso interacional. Precisamente, os Atos Interativos constituem pistas linguísticas da presença dos interlocutores e de sua relação comunicativa na interação verbal. Dessa forma, aos Atos Interativos cabe a manutenção do canal interlocutivo estabelecido entre os enunciadorees, o que nos leva a enxergar, no uso de tal categoria, uma constante busca do ouvinte (aquele a quem se dirige o ato) por parte do falante (aquele que toma o ato enunciativo para si). Em outras palavras, os Atos Interativos envolvem-se em uma estratégia do falante para chamar a atenção do ouvinte. É essa propriedade que faz com que os Atos Interativos se caracterizem como nitidamente orientados para o ouvinte, ou para a interação entre falante e ouvinte, propriedade que exemplarmente demonstra o aspecto interacional desse tipo de Ato.

Em português (cf. Fontes; Pezatti, 2011b), os Atos Interativos formam uma classe bastante heterogênea por se constituírem a partir de diversos elementos lexicais da língua. São eles: (ia) as formas de saudação, de despedida e de polidez (cf. (17a)); (iib) alguns MDs, principalmente aqueles denominados, por Risso et al. (2006), de orientadores da interação (cf. (17b), (17c) e (17d)); e (iii c) as expressões vocativas (cf. (17e)).

(17) a. L₁: **boa tarde!**

L₂: **viva**, dona Conceição! (PT97: TrabalhoPosseTerra)

b. L₁: o senhor não se importaria se ela trabalhasse?

L₂: **olha**, eu acho que é, se ela fosse trabalhar fora, ela teria que ganhar muito dinheiro. (Bra80: CriarFilhos)

- c. L₁: mas não acha que agora dá mais apoio, se calhar, que os irmãos, não?
 L₂: sim! agora está aqui
 L₁: **ah!**
 L₂: na, mora aqui pegado mesmo
 L₁: **hum, hum.** (PT95: JuventudeOntemHoje)
- d. L₁: Toni, como é que era este trabalho, vocês saíam às noites, iam ao encontro dos grupos de meninos de rua, meninas de rua, também, **não é**, (Ang97: Meninos de Rua)
- e. – eh, **ó padre Francisco**, há aí um, um ponto que de facto, eh, a mim surge-me, pessoalmente, algumas dúvidas: havia alguns casos em que a língua portuguesa era ensinada como língua materna? portanto, eu digo, antigamente, ou o português era aprendido mais tarde como língua estrangeira? (TL99: Regras)

Os Atos Interativos comportam-se como os Atos Expressivos na visão hierárquica de gramática da GDF: são gerados no Nível Interpessoal e, por não apresentarem um Conteúdo Comunicado, não têm representação no Nível Representacional. Além disso, pelo fato de serem formas invariáveis, não passam pelo Nível Morfosintático, sendo enviados do Nível Interpessoal diretamente para o Nível Fonológico, no qual recebem propriedades fonéticas, fonológicas e prosódicas para sua articulação.

Por fim, como se demonstra em (14) acima e nos exemplos abaixo (cf. (18)), um Ato pode ter preenchidas todas as posições disponíveis no Nível Interpessoal: Ilocução, Participantes (falante e ouvinte) e Conteúdo Comunicado. Esses Atos são denominados Atos Ilocutivos e estão relacionados à transmissão de alguma informação por parte do falante para seu ouvinte, o que condiciona a presença de um Conteúdo Comunicado em sua estrutura. Dessa forma, sua produção no componente gramatical envolve a passagem por todos os níveis: Interpessoal, Representacional, Morfosintático e Fonológico.

- (18) a. – e quem cozinha, você ou seu marido?
 – **eu que cozinho mesmo.** Ele não sabe fazer nada, sabe nem fritar um ovo!
 (Bra80: Macarronada)

- b. – é. o **salário satisfaz**?
 → sim, sim. de facto. satisfaz. (Ang97: JovemGaspar)
- c. – mas como é que foi? **conte-me tudo!** (PT97:NamoroOutros Tempos)

Os exemplos de (18) estão relacionados, de alguma forma, à transmissão de uma informação: em (18a), o Falante declara um determinado Conteúdo Comunicado de forma que o Ouvinte adicione tal informação a sua informação pragmática; já em (18b), o falante deseja obter uma resposta do ouvinte para uma informação que ainda não está totalmente clara para ele (o falante) e, por fim, em (18c), o falante transmite uma ordem ao ouvinte.

O Ato tem como núcleo a Ilocução, que pode ser expressiva ou comunicativa. É a Ilocução que captura as propriedades lexicais e formais que podem ser atribuídas ao uso interpessoal convencionalizado do Ato para atingir uma determinada intenção comunicativa. O esquema geral de representação da Ilocução está disposto em (19):

$$(19) (\pi F_1: \blacklozenge/ILL(F_1): \Sigma(F_1))$$

O núcleo de uma Ilocução pode ser preenchido por (i) verbos performativos, (ii) ilocuições abstratas e (iii) expressões fixas ou interjeições que compõem o quadro dos Atos Expressivos e Interativos.

A distinção entre performativos implícitos e explícitos implica, na GDF, a escolha entre uma expansão verbal ou abstrata da variável da Ilocução. Em (20), observam-se Atos discursivos cujas Ilocuições são especificadas por meio de verbos performativos:

- (20) a. Eu **prometo** que não faltarei mais às reuniões.
 b. Estou te **informando** que desejo reconciliar-me.

Dik (1997a), seguindo Austin (1962), afirma que as construções performativas explícitas são caracterizadas, principalmente, por conter um verbo matriz como “perguntar”, “prometer”, “adver-

tir”, que indicam algum tipo de ato comunicativo e que sempre estão no presente do indicativo. O autor ainda acrescenta que os performativos explícitos só ocorrem em contextos pragmaticamente marcados, ou seja, eles são usados em interações espontâneas e, geralmente, constituem repetições enfáticas de atos comunicativos já ditos.

Por sua vez, Atos discursivos sem qualquer especificação lexicai da Ilocução são chamados de “performativos implícitos” e envolvem a escolha de uma Ilocução abstrata, definida por Sadock e Zwick (1985, p.155 apud Hengeveld; Mackenzie, 2008, p.70) como “a coincidência entre estrutura gramatical e uso conversacional convencionalizado”. Na visão da GDF, de um conjunto de Ilocuções abstratas, cada língua inclui em sua gramática apenas as que têm reflexos nos níveis Morfossintáticos e Fonológicos. A lista a seguir contém um conjunto de Ilocuções possíveis:⁷

DECLarativas: o falante informa ao ouvinte um Conteúdo Proposicional evocado pelo Conteúdo Comunicado.

- (21) L₁: você disse que tem uma piscina de água natural, quer dizer, a, a água vem de, de onde?
L₂: **a água vem de um rio...** (Bra80: Fazenda)

INTERrogativas: o falante solicita ao ouvinte uma resposta para o Conteúdo Proposicional evocado pelo Conteúdo Comunicado.

- (22) L₁: **e o senhor daria liberdade para o seu filho furar, fumar?**
L₂: dou! (Bra80: CriarFilhos)
- (23) L₁: **onde é que aprendeu a coser?**
L₂: aprendi a coser cá em São Tomé, nas madres canossianas. (To-Pr96: Costureira)

⁷ Com base em estudo desenvolvido anteriormente (Fontes, 2009), pôde-se observar que o português dispõe de especificações morfossintáticas para algumas das ilocuções abstratas disponíveis. Para as ilocuções não codificadas no português, trazemos exemplos retirados de Hengeveld e Mackenzie (2008).

IMPERativas: o falante conduz o ouvinte a realizar a ação evocada pelo Conteúdo Comunicado.

- (24) L₁: **conte esse acidente**. como foi esse acidente? (Bra80: Acidente)

PROIBitivas: o falante proíbe o ouvinte de realizar a ação evocada pelo Conteúdo Comunicado.

- (25) É proibido fumar neste local!

OPTativas: o falante demonstra ao ouvinte seu desejo de que a situação positiva evocada pelo Conteúdo Comunicado venha a ocorrer.

- (26) L₁: uma vez ia... devagarinho, ali... perto dum cruzamento, veio um ciclista – **oxalá não vão pôr isto no computador**, não deve haver muitos q[...], a dizer ciclista (PT72: AoVolante)

IMPRecativas: o falante indica ao ouvinte seu desejo de que a situação negativa evocada pelo Conteúdo Comunicado venha a acontecer.

- (27) Geber-*esi!*
morrer.como.um.cachorro-IMPR.3.SG
Que morra como um cachorro! (cf. Hengeveld; Mackenzie, 2008, p.72)

EXORTativas: o falante encoraja a si próprio ou a um ouvinte para que, junto a ele, realizem uma ação evocada pelo Conteúdo Comunicado.

- (28) L₁: **vamos à conversa com o jovem Gaspar**, com... um jovem de vinte e dois anos que em Luanda como outros jovens tem uma situação particular. (Ang97: Jovem Gaspar)

DESEXORTativas: o falante desencoraja a si próprio ou a um ouvinte de realizar uma ação evocada pelo Conteúdo Comunicado.

- (29) L₁: **não vamos dizer que é o pensamento moçambicano**. é um sentimento de desportista. porque toda a pessoa que vai para o campo espera ganhar. (Moç97: SentimentoDesport)

ADMOESTativas: o falante aconselha o ouvinte a realizar a ação evocada pelo Conteúdo Comunicado.

- (30) L₁: mas eu nunca dei um tapa nele. eu só prometo. “ó! **tu se cuida**, malandro! **te cuida** que eu vou, eu, eu vou te achar, heim!” (Bra80: CriarFilhos)

COMPROMissivas: o falante se compromete com a realização de uma situação futura evocada pelo Conteúdo Comunicado em que falante e ouvinte estão envolvidos.

- (31) L₁: **a próxima vez eu venho almoçar**.
L₂: pode vir. (Bra80: Macarronada)

SUPLICATivas: o falante pede permissão ao ouvinte para realizar a situação evocada pelo Conteúdo Comunicado.

- (32) L₁: espera aí, **deixa eu pensar**, do samba. eh, teve uma vez que, eh, numa constituição, eles lançaram que o samba era proibido no território nacional, aqui, certo, (Bra80: MundoDireito)

ADMIRATivas: o falante expressa sua surpresa em relação ao Conteúdo Proposicional evocado pelo Conteúdo Comunicado.

- (33) H-ajme-ma'e te' an pa
3SG-ter.corte.NMLZ FOC PROXMIR.MS
Nossa, **como (essa faca) corta!** (cf. Hengeveld; Mackenzie, 2008, p.73)

Por fim, o núcleo da Ilocução pode ser ocupado por interjeições e expressões similares, o que gera os Atos Expressivos (cf. (34)) e Interativos (cf. (35)):

- (34) L₁: **epa**, eu tenho várias histórias, tenho várias histórias de caça. concretamente agora dessa, não estou a ver exactamente qual é que a história...
- (35) L₁: **boa tarde**.
L₂: **viva**, dona Conceição.
L₁: diga.

O Conteúdo Comunicado, por fim, contém a totalidade do que o Falante deseja evocar na comunicação com o seu Ouvinte, ou melhor, corresponde, em termos acionais, às escolhas que o Falante faz para evocar uma imagem do mundo exterior sobre a qual deseja falar (Hengeveld; Mackenzie, 2008, p.87). É com o Conteúdo Comunicado que se tem o *input* necessário para a passagem pelo Nível Representacional, tanto que, em alguns Atos, como os Expressivos e os Interativos, a sua ausência faz com que, do Nível Interpessoal, sejam enviados diretamente para o Nível Interpessoal.

Em cada Conteúdo Comunicado, pode haver um ou mais Subatos, hierarquicamente subordinados aos Atos Discursivos. Esses Subatos são de dois tipos: Atributivo, que representa a tentativa do Falante em evocar uma propriedade, e Referencial, que, por sua vez, representa a tentativa do falante em evocar um referente. Um Conteúdo Comunicado deve conter no mínimo um subato, não sendo delimitado o número máximo.

A camada dos Subatos traz em si o tipo de abordagem feita pela GDF em relação aos processos de referência e de atribuição: uma abordagem acional. Dik (1997a; 1997b), na construção da GF, já assumia que o ato de referir deve ser tomado como uma atividade cooperativa e pragmática, sendo a pragmática entendida como a função primária da linguagem: realizar mudanças na informação pragmática do ouvinte. Para a GDF, segundo Hengeveld e Mackenzie (2008), não só a referência como a atribuição envolvem uma tentativa do falante de influenciar, de alguma forma, a informação pragmática do ouvinte. Essas duas operações, portanto, fazem parte de uma ação mais global: a de evocação. Pode-se dizer, assim, que o falante evoca um Conteúdo Comunicado por meio da realização dos Subatos de Atribuição e de Referência.

Como se explicitou acima, o Subato de Atribuição corresponde à tentativa do falante de evocar uma propriedade. Seu núcleo é, em princípio, vazio, já que a Propriedade designada por ele será representada no Nível Representacional.

Enquanto o Subato Atributivo está envolvido na evocação de uma Propriedade, o falante realiza Subatos Referenciais ao evocar uma entidade – ou melhor, o Subato Referencial corresponde à tentativa do falante de evocar um referente. O núcleo de um Subato Referencial pode ser um Subato Atributivo (cf. (36)), um nome próprio (cf. (37)) ou, até mesmo, um núcleo abstrato, correspondente aos pronomes pessoais e aos afixos que se referem aos participantes da interação ou à não pessoa discursiva, por meios dêiticos ou fóricos (cf. (38)):

(36) A: O que você comprou nesta loja?

B: *O chapéu.*

(37) *Maria* estava na festa.

(38) Eu comprei um carro novo. *Ele* é muito bonito.

Em síntese, notamos como o Nível Interpessoal lida com os aspectos pragmáticos da língua que têm um reflexo formal em sua gramática. É o Nível Interpessoal que dá conta da operação de Formulação e, assim, oferece o *input* inicial para os outros três níveis envolvidos na produção linguística: os níveis Representacional, Morfossintático e Fonológico. Além disso, esse nível abriga a unidade básica de análise da GDF, o Ato Discursivo, o que define o caráter discursivo e funcional desse modelo de gramática. Desse nível, nos são importantes três processos pragmáticos que serão tratados mais à frente: a Ênfase, a Referenciação e a Atribuição de Funções Pragmáticas.

O Nível Representacional

O Nível Representacional explica todos os aspectos formais de uma unidade linguística que reflete seu papel no estabelecimento de uma relação com o mundo real ou imaginário que ela descreve e, desse modo, refere-se mais a uma designação do que a uma evocação, tarefa do Nível Interpessoal. Portanto, é função do Nível Representacional dar conta dos aspectos semânticos de uma unidade linguística.

Na GDF, a semântica pode ser compreendida em duas vias: (i) limitada ao modo como a linguagem se relaciona com o mundo extralinguístico que descreve, lembrando a função ideacional de Halliday (1978), ou (ii) restrita aos significados de unidades lexicais (semântica lexical) ou complexas (semântica composicional) isoladas do modo como são utilizadas na comunicação.

Como as unidades do Nível Representacional são caracterizadas de acordo com os fatos que designam, as diferenças entre essas unidades estão nas categorias ontológicas que elas representam. Assim, à medida que essas categorias ontológicas apresentam um reflexo na gramática da língua, elas serão denominadas de *categorias semânticas*, cada uma contendo sua própria variável, assim como as unidades pragmáticas do Nível Interpessoal.

Na distinção das categorias semânticas, Hengeveld e Mackenzie (2008) tomam como ponto de partida a tripartição de Lyons (1977): (i) Indivíduo, ou entidade de primeira ordem, que pode ser localizado no espaço e avaliado em termos de sua existência, (ii); Estado de Coisas, ou entidade de segunda ordem, que pode ser localizado no tempo e no espaço e avaliado em termos de realidade; e (iii) Conteúdo Proposicional, ou entidade de terceira ordem, um construto mental, que não pode ser localizado no tempo nem no espaço, mas pode ser avaliado em termos de verdade. A essas três entidades, a GDF, com base em investigações de línguas variadas do mundo, acrescenta outras que assumem um papel determinante para a gramática da língua: (i) Propriedade, uma entidade de ordem mais baixa que as três acima definidas, que não tem existência independente nem pode ser situada com base nos parâmetros de tempo e espaço, sendo avaliada em termos de sua aplicabilidade; (ii) Localização e (iii) Tempo, entidades que, mesmo especificando dimensões das outras categorias semânticas, constituem categorias independentes; (iv) Episódio, categoria semântica que corresponde à combinação tematicamente coerente das unidades de Tempo, Localização e Indivíduo; (v) Modo; (vi) Quantidade; e (vii) Razão. As categorias semânticas relevantes no Nível Representacional estão sumarizadas no Quadro 1.2.

Quadro 1.2: Categorias semânticas do Nível Representacional

Descrição	Variável	Exemplo
Propriedade	f	colorir
Indivíduo	x	cadeira
Estado de Coisas	e	encontro
Conteúdo Proposicional	p	ideia
Localização	l	topo
Tempo	t	semana
Episódio	ep	incidente
Modo	m	maneira
Razão	r	razão
Quantidade	q	litro

Dessa forma, com base nessa distribuição das categorias semânticas, a estrutura do Nível Representacional está organizada de acordo com a seguinte hierarquia:

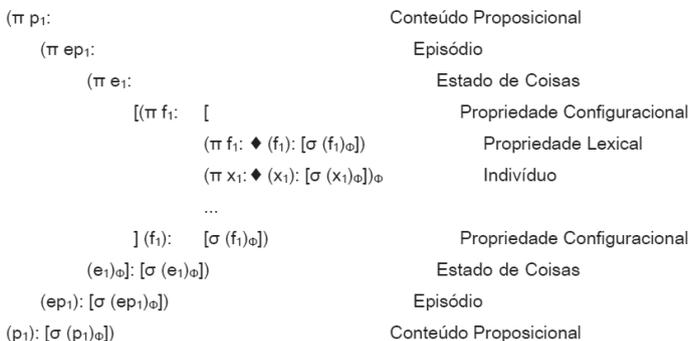


Figura 1.5: Relações hierárquicas do Nível Representacional (cf. Hengeveld; Mackenzie, no prelo)

Conteúdos Proposicionais, camada mais alta do Nível Representacional, são construtos mentais que não podem ser localizados no espaço ou no tempo, mas existem na mente dos interlocutores da interação verbal. Especificamente, representam conhecimentos, crenças e desejos e podem ser factuais, quando correspondem a conhecimentos ou crenças sobre o mundo real, ou não factuais,

quando correspondem a desejos ou expectativas em relação a um mundo imaginário.

Não se pode confundir a camada do Conteúdo Proposicional com a do Conteúdo Comunicado, já que este corresponde ao conteúdo da mensagem do Ato Discursivo sem necessariamente ser de natureza proposicional. Uma diferença marcante entre eles, conforme apontam Hengeveld e Mackenzie (2008), reside no fato de o Conteúdo Comunicado ser atribuído ao falante, ao passo que o Conteúdo Proposicional não, ou seja, o Conteúdo Proposicional pode ser atribuído a qualquer outra pessoa que não seja o falante.

Souza (2009, p.49) ilustra bem essa diferença ao analisar as seguintes orações:

(39) João viu pela expressão do rosto que Maria estava triste.

(40) João viu no Jornal que o preço do petróleo subiu.

Segundo o autor, em (39) o complemento do verbo *ver* constitui um Conteúdo Proposicional, manifesto na forma de uma oração finita [que Maria estava triste], pois João chega a essa conclusão com base na informação visual expressa no rosto de Maria – ou melhor, a partir da expressão triste de Maria, João tira sua conclusão. Já em (40), o complemento do verbo “ver”, manifesto por meio da oração finita [que o preço do petróleo subiu], constitui um Conteúdo Comunicado em razão do fato de essa informação não passar pelo filtro do falante, quer dizer, a informação é comunicada da mesma forma como foi veiculada ou expressa na fonte da informação, a qual é explicitada na sentença.

De acordo com a hierarquia acima disposta, Conteúdos Proposicionais contêm Episódios que correspondem a um conjunto de um ou mais Estados de Coisas tematicamente coerentes, no sentido de que apresentam uma unidade ou continuidade de Tempo (t), Localização (l) e Indivíduo (x). O Episódio consiste minimamente de um Estado de Coisas, podendo conter mais de um – e, além disso, pode conter modificadores e operadores, como está representado em (41):

$$(41) (\pi ep_1: [(e_1) \dots (e_{1+N})_{\{\Phi\}}] (ep_1): [\sigma (ep_1)_{\Phi}])$$

A categoria semântica de Episódio tem se mostrado pertinente na gramática de várias línguas, principalmente naquelas que apresentam a ligação *Tail-Head*. Em português, o seguinte período em (42), retirado de Hengeveld e Mackenzie (no prelo), mostra também a necessidade de distinção dessa categoria na gramática da língua:

- (42) Ao sair, parando para verificar a caixa de correio, dando uma olhada para a calça e parando para ajustar o seu chapéu, ele caminhou até seu carro.

Esse trecho, como parte de uma narrativa maior, consiste em uma série de formas verbais não finitas e finitas que, juntas, descrevem um Episódio. Basta notar que todos os eventos conectados apresentam a mesma unidade de tempo, de espaço e de indivíduo. Esse trecho também mostra um aspecto importante dos Episódios capaz de diferenciá-los dos Estados de Coisas: a localização em tempo absoluto. Todas as orações do exemplo em (42) representam Estados de Coisas que, ao integrar um conjunto único, são localizados temporalmente de forma absoluta, ou seja, a localização temporal ocorre apenas uma vez para a série como um todo (cf. Hengeveld; Mackenzie, no prelo).

A diferença entre Episódios e Estados de Coisas, de acordo com Hengeveld e Mackenzie (2008), reside, portanto, na modificação temporal: este só admite modificadores de tempo relativo (cf. (43)), ao passo que aquele só admite modificadores de tempo absoluto (cf. (44)).

- (43) a. *hoje* tinha um problema que era ver se amanhã a chapa do carro (PF-438:18)
 b. ...eu tive *uma vez* com ele em casa (PF-589:51)
- (44) a. embora eu *nessa altura* ainda esteja com uma dúvida (PF-416:35)
 b. e a prova de que ele era responsável é que ele foi *no dia seguinte* à companhia (PF-383:45)

A partir dessas explicações e dos exemplos dispostos, é fácil ver que o Estado de Coisas representa uma categoria semântica que inclui eventos e estados caracterizados pelo fato de serem localizados no tempo e no espaço e poderem ser avaliados em termos de seu estatuto de realidade. No exemplo a seguir (cf. (45)), Hengeveld e Mackenzie (no prelo) mostram como o tempo absoluto, característico do Episódio, pode se combinar com o tempo relativo, característico do Estado de Coisas:

(45) Ontem Sheila saiu antes de jantar.

Segundo Hengeveld e Mackenzie (no prelo), a noção de tempo absoluto indicado pelo modificador adverbial *ontem* se relaciona aos dois Estados de Coisas presentes no exemplo, ambos constituindo o mesmo Episódio. A locução prepositiva “antes de” marca a relação temporal relativa entre esses dois Estados de Coisas.

O núcleo de um Estado de Coisas pode ser uma Propriedade lexical ou (uma combinação de Propriedades configuracionais, quer dizer, “o Estado de Coisas é caracterizado por uma Propriedade Configuracional (f)” (Hengeveld; Mackenzie, no prelo). A Propriedade Configuracional tem uma natureza composicional e contém uma combinação de unidades semânticas que não estabelecem uma relação hierárquica entre si. Na verdade, constituem o inventário de esquemas de predicação relevantes numa língua, ao passo que as camadas das Propriedades Não Configuracionais abrigam os lexemas da língua.

Entre as línguas, a natureza e o número de esquemas de predicação podem variar bastante de acordo com a valência quantitativa e qualitativa de cada língua. A possibilidade de combinação de categorias semânticas não é universal e deve ser determinada para cada língua individualmente. As restrições quantitativas dizem respeito ao número mínimo e máximo de unidades que compõem um esquema de predicação; já as restrições qualitativas cuidam das categorias semânticas que compõem as unidades e do modo como essas unidades se relacionam em termos de funções semânticas. A GDF estabelece os seguintes tipos de Propriedades Configuracionais:

Quadro 1.3: Tipos de Propriedades Configuracionais

Tipo de Propriedade Configuracional	Representação geral nos níveis Interpessoal e Representacional	Exemplos
Propriedades de zero lugar	T ($f_1; \dots (f_1)$)	Choveu.
Propriedades de um lugar	T R ($f_1; (f_2) (v_1)_\Phi (f_1)$)	O garoto nadou. Esta cor é feia. É uma pena ele não vir.
Propriedades de dois lugares	T R R ($f_1; [(f_2) (v_1)_\Phi (v_2)_\Phi] (f_1)$)	O homem chutou o bandido. O encontro levou duas horas.
Propriedades de três lugares	T R R R ($f_1; [(f_2) (v_1)_\Phi (v_2)_\Phi (v_3)_\Phi] (f_1)$)	A mulher forçou o homem a sair. João emprestou o livro a Maria.
Propriedades Relacionais	T R R ($f_1; [(f_2; (v_1)_\Phi (f_2)) (v_2)_\Phi] (f_1)$)	Esta peça é de Shakespeare. O encontro é às sete da noite. A reunião é na sala de jantar. John é de Londres.
Propriedades Classificacionais	T R ($f_1; [(v_1) (v_2)_\Phi] (f_1)$)	Este homem é um pintor. John é um professor.
Propriedades Identificacionais	R R ($f_1; [(v_1) (v_1)] (f_1)$)	Meu professor é John. John é meu melhor amigo.
Propriedades Existenciais	R ($f_1; [(v_1)] (f_1)$)	Há leões no zoológico. Há curso de verão aqui.

Na camada das Propriedades Configuracionais, nos esquemas de predicação é que podemos determinar as *funções semânticas* exercidas pelos argumentos. As *funções semânticas* são reflexos gramaticais da consciência cognitiva de que os participantes de um Estado de Coisas desempenham (i) diferentes papéis, (ii) o mesmo papel ou (iii) nenhum papel nesse estado de coisas. A GDF considera três macrofunções: (i) Ativo (*Actor*), com a entidade designando um participante que apresenta um papel ativo; (ii) Inativo (*Undergoer*), com a entidade designando um participante com papel passivo dentro do Estado de Coisas; e (iii) Locativo (*Locative*), com um constituinte argumental tendo a função de localizar o estado de coisas. No exemplo seguinte (cf. (46)), que constitui uma propriedade de três lugares, podemos ver os três argumentos desempenhando as funções semânticas representadas no Nível Representacional:

- (46) a. os fluxos migratórios [...] teriam provocado graves consequências ao ambiente (Ang97:Guerra e Ambiente)
- b. [os fluxos migratórios] = Argumento Ativo
 [graves consequências] = Argumento Inativo
 [ao ambiente] = Argumento Locativo

Hengeveld e Mackenzie (no prelo) afirmam que as Propriedades Configuracionais são construídas por meio de categorias semânticas que estabelecem uma relação hierárquica entre si e que podem ser de vários tipos, especificamente (i) Indivíduos (x), ou seja, objetos concretos que podem ser localizados no espaço e (ii) Propriedades Lexicais (f), que não têm existência autônoma e só podem ser avaliadas em termos de sua aplicabilidade a outras entidades. Outras categorias semânticas podem entrar na composição das Propriedades Configuracionais a depender do reflexo formal que elas tiverem para a gramática dessa língua: (i) Localização, (ii) Tempo, (iii) Modo, (iv) Razão e (v) Quantidade.

O Nível Morfossintático

Os dois níveis explicitados até aqui se preocupam com a operação de formulação, isto é, com a tradução das intenções conceituais em estruturas específicas da língua que subjazem a forma linguística. A operação de codificação fica a cargo dos níveis Morfossintático e Fonológico, sendo tarefa do Nível Morfossintático tomar o duplo *input* vindo dos níveis Interpessoal e Representacional e amalgamá-los em uma representação estrutural simples, a qual, por sua vez, será convertida em um construto fonológico no próximo nível.

Dessa forma, o Nível Morfossintático é dependente do *input* que lhe é fornecido, já que é esse *input* que fornece a informação necessária para que o Nível Morfossintático aplique seus princípios de organização. O *input* contém informações lexicais, que devem ser preservadas no *output*, e informações não lexicais, como (i) informações a respeito de *dependência* (entre modificadores e núcleos ou entre atos), (ii) informações sobre *funções* (como as funções retó-

ricas, pragmáticas e semânticas), (iii) informações sobre *operadores* e, por fim, (iv) informações abstratas do tipo que devem ser convertidas em pró-formas de várias espécies. O Nível Morfossintático deve estar organizado de forma a preservar todas essas informações e representá-las corretamente na estrutura sintática e morfológica.

A relação entre o Nível Morfossintático e os *inputs* oferecidos pelos dois níveis anteriores é governada por três princípios: (i) iconicidade, (ii) integridade de domínio e (iii) estabilidade funcional. Segundo o princípio de iconicidade, uma expressão linguística tende a refletir a ordem natural dos elementos no mundo extralinguístico, como se vê no exemplo (47), em que os dois Atos Discursivos estão ordenados de forma a refletir a sequência cronológica dos Estados de Coisas evocados por cada Ato Discursivo.

(47) O jogo começou às 7h30 e terminou com empate.

Já o princípio de integridade de domínio estabelece que elementos de um mesmo domínio ou, na GDF, de um mesmo nível ou camada, tendem a permanecer juntos na expressão linguística; modificadores tendem, por exemplo, a se posicionar próximos aos núcleos que modificam, assim como funções e operadores tendem a ser realizados por expressões que se encontram próximas às unidades morfossintáticas a que eles se aplicam. Por fim, o princípio de estabilidade funcional – ou melhor, de preservação das relações de escopo – exige que os elementos de mesma especificação, interpe-soal ou representacional, sejam alocados na mesma posição relativa a outras categorias; em algumas línguas, por exemplo, a ordem dos constituintes que carregam a função de Foco é determinada pela posição relativa ao verbo.

As camadas que compõem o Nível Morfossintático e o estruturam estão dispostas na Figura 1.6 a seguir. Como se pode observar, no Nível Morfossintático, a unidade linguística mais alta é a Expressão Linguística, estruturada a partir de Orações, as quais, por sua vez, se estruturam a partir de Sintagmas e de Palavras. Além disso, segundo Hengeveld e Mackenzie (2008), é possível, ainda, distinguir, dentro de cada palavra, Morfemas e Afixos.

(Le ₁ :	Expressão Linguística
(Cl ₁ :	Oração
(Xp ₁ :	Sintagma
(Xw ₁ :	Palavra
(Xs ₁)	Raiz
(Aff ₁)	Afixo
(Xw ₁)	Palavra
(Xp ₁)	Sintagma
(Cl ₁)	Oração
(Le ₁)	Expressão Linguística

Figura 1.6: Relações hierárquicas do Nível Morfossintático (cf. Hengeveld; Mackenzie, no prelo)

Uma Expressão Linguística é qualquer conjunto de pelo menos uma unidade morfossintática que pode ser usada independentemente; quando houver mais de uma unidade dentro da Expressão Linguística, elas compartilharão entre si propriedades morfossintáticas sem, necessariamente, serem parte uma da outra. As unidades que podem se combinar dentro de uma Expressão Linguística são Orações e Sintagmas.

Assim como assinala Souza (2009), a introdução da camada da Expressão Linguística cria, dentro da GDF, a possibilidade de se investigar melhor expressões menores que a oração, como as holófrases e frases nominais, já que estas estarão sob o escopo de estruturas linguísticas completas. Por exemplo, (48) abaixo representa uma Expressão Linguística constituída de dois Sintagmas adjetivais arranjados numa estrutura correlativa sem a presença de qualquer expressão verbal (cf. Souza, 2009, p.52):

(48) Quanto menor, melhor!

Esse exemplo, assim como os exemplos (49) e (50) a seguir, ilustra casos de dependência mútua, já que, por meio do uso dos elementos correlativos, nenhuma das duas unidades que constituem a Expressão Linguística poderia ser usada independentemente. Além disso, uma unidade não é constituinte da outra. Casos assim são chamados, na GDF, de Equiordenação.

(49) Ela canta tão bem como seu pai costumava cantar.

(50) O discípulo é como o mestre.

Em (48), os dois Sintagmas que compõem a Expressão Linguística estão sob uma relação de mútua dependência, constituindo um caso de Equiordenação Sintagmática. Já em (49) e (50), por envolverem o uso de expressões verbais numa relação de mútua dependência, temos casos de Equiordenação Oracional.

Além dos exemplos de dependência mútua, Expressões Linguísticas podem ser construídas a partir de unidades que têm um estatuto independente conjuntamente com outras que não podem ser usadas independentemente. Denominam-se esses casos Cossubordinação, como exemplifica (51).

(51) Se for jogado cuidadosamente, o copo não vai quebrar.

Nesse exemplo, a primeira oração, uma oração condicional, não é autônoma, já que não pode ocorrer sozinha, independentemente; além disso, não constitui um constituinte da segunda oração, a qual, por sua vez, pode ser usada independentemente. Esses casos são classificados como Cossubordinação.

Uma terceira situação diz respeito a casos em que duas ou mais unidades são combinadas de forma a compor uma unidade, uma Expressão Linguística, mas essas unidades não são dependentes entre si, nem são constituintes uma das outras. São casos de Coordenação (cf. (52)) e de Lista (cf. (53)).

(52) O professor começou a aula e não liberou mais cedo para o intervalo.

(53) (o que é que eu não sei fazer na cozinha?) **feijão, arroz, fritar um bife.**

Por fim, há a Extraoracionalidade, que dá conta dos casos de Constituintes Extraoracionais de Dik (1997b), os quais se situam em posições não oracionais, chamadas, na GDF, de P^{Pré} ou P^{Pós} (cf. (54)).

(54) Jogo do bicho, isso é um roubo, rapaz!

(54a)	P ^{Pré}	P ^M			P ^{Pós}
	jogo do bicho	isso	é	um roubo	rapaz

Todos esses casos podem ser representados da seguinte forma:

- | | | |
|-------|---|-------------------------------|
| (i) | $(Le_1: [(^{dep}Cl_1) (^{dep}Cl_2)] (Le_1))$ | Equiordenação
Oracional |
| (ii) | $(Le_1: [(XP_1) (XP_2)] (Le_1))$ | Equiordenação
Sintagmática |
| (iii) | $(Le_1: [(^{dep}Cl_1) (^{dep}Cl_{n-1}) (Cl_n)] (Le_1))$ | Cossubordinação |
| (iv) | $(Le_1: [(XP_1) (Cl_1)] (Le_1))$ | Extraoracionalidade |
| (v) | $(Le_1: [(Cl_1) (Cl_{n-1}) (Gw_1) (Cl_n)] (Le_1))$ | Coordenação |
| (vi) | $(Le_1: [(XP_1) (XP_{n-1}) (Gw_1) (XP_n)] (Le_1))$ | Listagem |

A Oração (Cl), por sua vez, segundo Hengeveld e Mackenzie (2008), consiste no agrupamento de um ou mais Sintagmas (X_p), Palavras (X_w) e, possivelmente, de outras Orações (as encaixadas), conforme demonstra (55) abaixo. Além disso, Orações (Cl) e Sintagmas (X_p) podem carregar funções sintáticas (Φ). A oração é caracterizada por um padrão de ordenação dos Sintagmas e, também, por conter expressões morfológicas de conexão, em especial, para aqueles que marcam regência e concordância.

- (55) $(Cl_1: [(X_w) (X_p)_{i\Phi_i} (Cl)_{i\Phi_i}] (Cl_1))$

É na camada da oração que concentraremos nossa atenção no estudo da ordenação do constituinte interrogativo e do sujeito. Conforme se demonstrou em (54a) acima, na Expressão Linguística, os Constituintes Extraoracionais ocupam posições periféricas, especificamente as posições $P^{pré}$ e $P^{pós}$, e a Oração ocupa a posição medial (P^M). Na camada da Oração, Hengeveld e Mackenzie distinguem três posições absolutas – P^I , P^M e P^F – e, assim, a frase em (54) poderia ser analisada como em (54b). O Sintagma, por fim, também apresenta um padrão de ordenação baseado em três posições absolutas: P^I , P^M e P^F . Dessa forma, podemos notar que, na GDF, a ordenação de constituintes se concentra no Nível Morfosintático e que as três camadas mais altas (Expressão Linguística, Oração e Sintagma) apresentam, cada uma, seu próprio padrão de ordenação.

(54b)	Expressão Linguística	P ^{pré}	P ^M			P ^{pós}
		jogo do bicho	isso	é	um roubo	rapaz
	Oração	P ^{pré}	P ^I	P ^M	P ^F	P ^{pós}

O Sintagma (X_p) apresenta, segundo Hengeveld e Mackenzie (no prelo), um núcleo lexical transmitido a partir do Nível Interpessoal ou do Nível Representacional; além disso, consiste em uma sequência de Palavras (X_w) ou, também, de outros Sintagmas ou Orações (Cl) (encaixadas, como as relativas), conforme se observa no esquema (56) abaixo:

$$(56) \quad (X_{p_1}: [(X_w)(X_p)(Cl)](X_{p_1}))$$

A GDF distingue os seguintes tipos de Sintagmas: Sintagma Verbal (V_p), Sintagma Nominal (N_p), Sintagma Adjetival (Adj_p), Sintagma Adverbial (Adv_p) e Sintagma Adposicional (Ad_p). Quanto aos Sintagmas, há um ponto em que a GDF difere da corrente tradicionalista: por Sintagma Verbal, a GDF compreende um Sintagma que contém apenas uma Palavra Verbal como núcleo e não a combinação de um verbo e seu objeto.

Uma Palavra, por fim, consiste basicamente em uma sequência de Morfemas (X_m), outras Palavras (X_w), Sintagmas (X_p) e Orações (Cl). Como se vê, a Palavra apresenta-se como uma categoria bastante complexa e, em algumas línguas, especialmente as polissintéticas, a Palavra pode encaixar camadas superiores, como o Sintagma e a Oração. Uma representação possível para a Palavra está em (57):

$$(57) \quad (X_{w_1}: [(X_m)(X_w)(X_p)(Cl)](X_{w_1}))$$

A GDF faz uma distinção entre Lexemas e Palavras: os Lexemas operam no Nível Representacional, ao passo que as Palavras operam no Nível Morfossintático. Há várias razões que levaram Hengeveld e Mackenzie (2008) a distinguir essas duas categorias, entre elas: (i) uma simples Palavra pode corresponder, no Nível Morfossintático, a vários Lexemas no Nível Representacional; (ii) o contrário também é verdade: um simples Lexema, no Nível

Representacional, pode corresponder, no Nível Morfossintático, a várias Palavras; (iii) uma terceira razão consiste no fato de que, nas línguas, mesmo as que não fazem uma distinção muito clara entre os Lexemas, há uma variedade de classes de Palavras; e, por fim, (iv) há muitas Palavras que não apresentam um Lexema correspondente.

O Nível Fonológico

É no Nível Fonológico que todos os aspectos linguísticos não codificados no Nível Morfossintático serão abrigados e receberão uma representação fonológica: ele recebe o *input* de todos os três outros níveis e fornece o *input* para o Componente de Saída. O Nível Fonológico, como parte do Componente Gramatical da interação verbal, é “digital” no sentido de que contém representações em fonemas baseadas, em última análise, em oposições binárias fonológicas; já o Componente de Saída lida com questões análogas como frequência dos formantes, intensidade, duração e outras características espectrais. Em síntese, a diferença entre o Nível Fonológico e o Componente de Saída está no fato de que aquele não se preocupa em mostrar a “melodia” da frase entoacional, mas sim em fornecer um número de indicações com relação a cada camada gramatical as quais serão convertidas pelo Componente de Saída em um resultado articulatório final (cf. Hengeveld; Mackenzie, no prelo).

O Nível Fonológico lida com os seguintes aspectos fonológicos: (i) padrões prosódicos que se aplicam a cada camada sob análise; (ii) inventário de sequências segmentais que expressam configurações específicas de morfemas ou marcadores de posição; e (iii) aspectos prosódicos que apresentam um efeito final no Componente de Saída.

O Nível Fonológico abriga, por conseguinte, tanto a representação segmental quanto a representação suprasegmental de um Ato Discursivo e, assim como acontece nos outros níveis da GDF, suas representações fonológicas são de natureza hierárquica, refletindo, basicamente, a tradição da Fonologia Prosódica proposta por Nespor e Vogel (1986). Na Figura 1.7, demonstra-se a estratificação do Nível Fonológico:

(π U _i : [Enunciado
(π IP ₁ : [Frase Entonacional
(π PP ₁ : [Frase Fonológica
(π PW ₁ : [Palavra Fonológica
(π F ₁ : [Pé
(π S ₁) ⁿ	Sílaba
](F ₁)	Pé
](PW ₁)	Palavra Fonológica
](PP ₁)	Frase Fonológica
](IP ₁)	Frase Entonacional
](U _i)	Enunciado

Figura 1.7: Relações hierárquicas do Nível Fonológico (cf. Hengeveld & Mackenzie, no prelo)

Hengeveld e Mackenzie (2008) propõem que a Expressão Linguística, no Nível Fonológico, deve ser analisada com base em suas unidades fonológicas, que são (i) o Enunciado (U), a camada mais alta desse nível; (ii) a Frase Entoacional (IP), (iii); a Frase Fonológica (PP), (iv); a Palavra Fonológica (PW), (v); o Pé (F); e (vi) a Sílaba (S). Conforme apontam os autores, e reafirma Souza (2009, p.55), mesmo reconhecendo a importância dessas duas últimas camadas para as línguas, a GDF observa os reflexos da prosódia nas expressões linguísticas, já que é nelas que ocorre boa parte dos fenômenos funcionais relevantes para o modelo e codificados pela língua.

O Enunciado é o maior trecho discursivo abrangido pelo Nível Fonológico. Ele tende a se separar de outros Enunciados por meio de pausas mais substanciais que aquelas que separam Frases Entoacionais de outras. Hengeveld e Mackenzie (2008) tomam a proposta de Hayes (1989 apud Hengeveld; Mackenzie, 2008, p.430) de que as pausas mais longas, atuantes na definição e distinção de um Enunciado, nunca serão interpretadas pelo ouvinte como hesitações. O Enunciado pode, ainda, ser marcado por distinções de altura que ajudam a defini-lo como um grupo autônomo de Frase Entoacional.

A Frase Entoacional, que estrutura o Enunciado, é caracterizada por apresentar propriedades internas e externas: (i) internamente, ela contém um núcleo, isto é, um movimento tonal localizado em

uma ou mais sílabas; já (ii) externamente, a Frase Entoacional é separada de outras por meio de pausas, menos longas do que as pausas usadas na separação de Enunciados. Frases Entoacionais, segundo Hengeveld e Mackenzie (2008), tipicamente correspondem a Atos Discursivos no Nível Interpessoal.

Já a Frase Fonológica pode corresponder a um Subato. Em línguas acentuais, na Frase Fonológica, há sílabas mais fortemente acentuadas do que outras. Essas sílabas fortemente marcadas são o núcleo da Frase Fonológica e constituem locais principais para a queda ou subida global dentro da Frase Entoacional. Já em línguas tonais, segundo Hengeveld e Mackenzie (no prelo), como o movimento tonal é utilizado para distinções lexicais, as Frases Fonológicas têm uma razão de ser diferente, o domínio de sândi tonal.

Para as línguas que necessitam distingui-la, a Palavra Fonológica é um segmento da estrutura fonológica que exibe pelo menos uma característica fonológica capaz de defini-la como Palavra Fonológica e, junto a outras Palavras Fonológicas, forma um Sintagma Fonológico. Essa característica pode estar associada ao número de segmentos, aos recursos prosódicos ou ao domínio das regras fonológicas. Por fim, as Palavras Fonológicas são divididas em Sílabas que, em línguas acentuais, agrupam-se em Pés.

2

UMA TIPOLOGIA PARA AS INTERROGATIVAS DE CONTEÚDO

Introdução

Hengeveld e Mackenzie (2008), definindo a Ilocução Interrogativa como um requerimento de resposta feito pelo falante para o ouvinte, associam-na a uma das funções discursivas desempenhada por uma estrutura interrogativa, especificamente à função de *pedido de informação*, que, na definição de Fávero et al. (2006, p.151), corresponde a “algo que o interlocutor deseja saber por uma questão de necessidade”.

É muito comum equipararem-se os termos *interrogativa* e *pergunta*, este último compreendido somente como um pedido de informação. Autores como Lyons (1970) e Vidal (1999), entretanto, mostram que tal equiparação não corresponde à realidade da língua, uma vez que uma estrutura interrogativa pode servir a diversos propósitos comunicativos, sendo um deles o de perguntar, o de solicitar uma informação. Vidal (1999), por exemplo, mostra que as razões e os propósitos de um usuário da língua ao formular uma estrutura interrogativa são variados, como manifestar desconhecimento, expressar dúvida, investir em uma hipótese, insinuar algo, apresentar um conteúdo polêmico, entre outros. Neste trabalho, em razão dessa multifuncionalidade das estruturas interrogativas,

foi necessário delimitar nosso objeto de estudo a sentenças formalmente marcadas, ou seja, que contêm um pronome ou advérbio interrogativo.

O falante, portanto, ao formular uma estrutura interrogativa, apresenta diferentes propósitos comunicativos que não se limitam apenas a um *pedido de informação*. Neste capítulo, precisam-se os diferentes propósitos comunicativos do uso das Interrogativas de Conteúdo de modo a (i) caracterizar sua multifuncionalidade na interação, (ii) depreender as diferentes funções discursivas e interativas exercidas por elas e, por fim, (iii) propor uma tipologia para elas.

O modelo gramatical da GDF fornece o principal critério para a caracterização das funções das Interrogativas de Conteúdo e para a proposição de uma tipologia, que é a configuração do operador de identificabilidade atribuído ao constituinte interrogativo correspondente a um Subato Referencial no Nível Interpessoal. A hipótese que guia essa investigação é a de que os diferentes usos e funções das Interrogativas de Conteúdos, determinados pelas diferentes intenções comunicativas e interacionais do falante, refletem-se na configuração do operador de identificabilidade atribuído ao constituinte interrogativo.

Interrogação e pergunta: encontros e desencontros

Para qualquer funcionalista, a definição e a avaliação da natureza de qualquer fenômeno linguístico deve levar em conta que seu uso está associado ao dinamismo da interação verbal. Um exemplo é a abordagem acerca da Ilocução interrogativa proposta por Hengeveld e Mackenzie (2008), que, conforme já se explicitou, leva em conta os objetivos comunicativos do falante ao interagir com o ouvinte, ou melhor, toma como base o fato de o falante, durante a interação verbal, avaliar a informação pragmática de seu ouvinte e, assim, desejar modificá-la ou influenciá-la de alguma maneira. Com as Interrogativas de Conteúdo, o falante não apenas deseja

resgatar um conteúdo desconhecido da informação pragmática do ouvinte como pode, também, tentar ativar um conhecimento, ou trazer uma informação nova para seu ouvinte, entre outros propósitos. Diversos autores, como Lyons (1977), Chafe (1979), Halliday (1994), Dik (1997a), Vidal (1999) e Givón (2001), já avaliavam a ilocução a partir dessa visão comunicativo-interativa.

Chafe (1979) é muito conhecido não só por seus trabalhos com os aspectos cognitivos da linguagem, mas também pela abordagem que faz a respeito do estatuto informacional dos constituintes da expressão linguística. Para o autor, o funcionamento da língua está subordinado à avaliação que o falante faz do estado mental do ouvinte e, assim, a comunicação só é produtiva à medida que o falante ajusta sua mensagem às imagens que cria do estado cognitivo do ouvinte. Sua distinção entre estatuto novo e dado revela muito dessa abordagem interacional, uma vez que, para ele, é importante destacar o modo como o falante modela sua fala, sua mensagem, à informação pragmática do ouvinte.

Nessa linha, quanto à estrutura interrogativa, Chafe (1979) a assemelha, semanticamente, a *imperativos*, uma vez que consistem em “pedidos de um tipo especial” (p.323). A diferença entre *imperativo* e *interrogativa*, segundo o autor, está no fato de aqueles exigirem, em geral, alguma forma de comportamento ou ação não linguísticos, ao passo que “as perguntas se relacionam primariamente com respostas linguísticas” (p.323). O autor, então, propõe uma classificação para as perguntas: (i) perguntas disjuntivas, (ii) perguntas com lacunas lexicais, (iii) perguntas confirmativas e (iv) perguntas eco.

As *perguntas disjuntivas*, segundo o autor, são estruturas marcadas pela relação de disjunção e influenciadas pela presença de um operador *interrogativo*. Segundo Chafe:

o significado do *interrogativo* é que o falante pede ao ouvinte que lhe forneça informação nova (e verdadeira) de um tipo tornado explícito pelo restante da oração. Quando o *interrogativo* é ligado a uma disjunção, [...] a oração como um todo é um pedido para que

o ouvinte forneça informação sobre qual dos termos disjuntos se ajusta a seu conhecimento dos fatos. (Chafe, 1979, p.326, grifos do autor)

Tomando o exemplo (58) a seguir, Chafe (1979) argumenta que o falante deseja saber do ouvinte se a oração (58a) ou (58b) é verdadeira, ou melhor, a pergunta limita-se a uma escolha e o ouvinte responde repetindo (58a) ou (58b).

(58) Miguel quebrou o relógio ou o rádio caiu da mesa? (Chafe, 1979, p.326)

(58a) Miguel quebrou o relógio.

(58b) O rádio caiu da mesa.

Uma Interrogativa Polar ou, conforme denomina o autor, uma pergunta de “*yes-no*” parte de uma relação disjuntiva especificada por *interrogativo* cujo segundo termo disjuntivo difere do primeiro somente pela presença do operador *negativo* (cf. (59)). Nesse tipo de pergunta, como se nota no exemplo abaixo, a disjunção opera por meio da pressuposição de uma resposta esperada (“*sim*” **ou** “*não*”).

(59) Miguel quebrou o relógio? (Chafe, 1979, p.337)

(59a) Miguel quebrou o relógio. (ou)

(59b) Miguel **não** quebrou o relógio.

Já as *perguntas com lacunas lexicais* se dão quando o elemento *interrogativo* ocorre, na estrutura semântica, no lugar de uma unidade lexical. Para Chafe (1979, p.342), “nessa posição ele indica que o falante quer que o ouvinte preencha a unidade lexical que falta – quer que ele preencha a lacuna lexical”. Em (60), por exemplo, há uma lacuna lexical no nome agente, e o falante espera que o ouvinte responda com uma unidade lexical que a complete.

(60) Quem quebrou o relógio? (Chafe, 1979, p.342)

Por sua vez, as *perguntas confirmativas* assemelham-se às estruturas de perguntas disjuntivas, porém Chafe (1979) admite que, junto ao verbo, atua uma unidade flexional denominada *confirma-*

tivo, com o significado de “confirme que o restante desta oração é verdadeiro” (Chafe, 1979, p.351). Para o autor, as perguntas confirmativas estão em distribuição complementar com as que contêm *interrogativo*, e a presença do *confirmativo* se refletiria na entoação. No inglês, língua analisada pelo autor, essa distinção é vista, uma vez que uma pergunta “yes-no” se constrói com os auxiliares, como o *did* (cf. (61)), e uma entoação ascendente no elemento final da oração, ao passo que uma pergunta confirmativa não se vale dos auxiliares, apenas requer a entoação (cf. (61)).

(61) Did Michael break the clock? (Chafe, 1979, p.350)

(62) Michael broke the clock? (Chafe, 1979, p.350)

Por fim, as *perguntas eco* correspondem a estruturas interrogativas que repetem aquilo que alguém acaba de dizer, porém sob influência da interrogação (cf. (63)). Para Chafe (1979), essas perguntas contêm a unidade semântica *eco*, “cujo significado é que o falante procura confirmar se o restante da oração é uma repetição correta do que acabou de ser dito” (Chafe, 1979, p.356).

(63) A: Miguel quebrou o relógio.

B: Miguel quebrou o relógio? (adaptado de Chafe, 1979, p.356)

No português, Bechara (1977) afirma que a interrogativa em (64) pode ser compreendida de duas maneiras distintas a depender da entoação aplicada a ela.

(64) Quem viu o filme?

(64a) Quem viu o filme?

(64b) Quem viu o filme?

Segundo Bechara (1977), em (64a), a sentença interrogativa é afetada pela entoação de uma interrogativa parcial e, assim, funciona como um pedido de informação, ou seja, pergunta-se pela pessoa que viu o filme. Já em (64b), a sentença interrogativa é afetada pela entoação de uma interrogativa geral, ou total, e dessa

forma pergunta ao ouvinte se é realmente aquilo que ele quer saber, funcionando como uma pergunta eco, conforme definida por Chafe (1979).

Essa proposta de Chafe (1979) mostra um caminho para conceituar *pergunta*, levando em consideração a interação entre dois participantes que dispõem de um conjunto de informações compartilhadas e não compartilhadas e que, além disso, interagem de forma a atingir um objetivo comunicativo, essencialmente o de um modificador do estado mental do outro.

Halliday (1994) inicia uma distinção entre interrogação e pergunta, ao afirmar que “a função típica de uma oração interrogativa é a de fazer uma pergunta; e do ponto de vista do falante fazer uma pergunta é uma indicação de que ele deseja saber algo”¹ (p.45). Já Dik (1997a; 1997b), ao considerar as Ilocuções básicas (Declarativa, Interrogativa e Imperativa) como instruções do falante para seu ouvinte efetuar mudanças em sua (do ouvinte) informação pragmática, define a Ilocução Interrogativa como uma instrução do falante para que o ouvinte forneça a ele a informação verbal especificada na proposição. Portanto, na visão dos autores, a noção de interrogação está bastante associada à noção de pedido de informação.

Por um lado, Halliday (1994) não ignora os variados usos a que servem as estruturas interrogativas, apenas concebe um uso prototípico para elas. Segundo o autor, as pessoas utilizam as perguntas por diversos motivos e razões; isso, entretanto, não interfere na observação de que o significado básico, ou típico, de uma pergunta é um pedido de resposta. Por outro lado, Dik (1997a) também se vale de um uso prototípico, porém o próprio autor aceita a possibilidade de uma determinada expressão linguística com uma dada ilocução ser interpretada ou usada como uma ilocução diferente, uma ilocução convertida, ao que o autor denomina *conversão ilocucionária*.

1 No original: “The typical function of an interrogative clause is to ask a question; and from the speaker’s point of view asking a question is an indication that he wants to be told something” (Halliday, 1994, p.45).

Com suas afirmações, Halliday (1994) e Dik (1997a; 1997b) sugerem um critério fundamental para entender a natureza da interrogação. Ao afirmar que toda estrutura interrogativa é um pedido de resposta, Halliday (1994) inicia uma definição acerca da natureza de um Ilocução Interrogativa, em contraposição à natureza de Ilocuções Declarativas, por exemplo. Este trabalho defende que, ao elaborar uma Interrogativa de Conteúdo, o falante pode assumir que a informação (i) não está disponível para ele próprio, mas sim para seu ouvinte, e a interrogativa funciona como um pedido de informação; que (ii) ela está disponível para ele, mas não para seu ouvinte, e a pergunta funciona como uma forma de ativar ou acrescentar um determinado conhecimento na informação pragmática do Ouvinte; por fim, (iii) que está ausente para ambos, falante e ouvinte, sendo a pergunta uma exposição das dúvidas e inquietações do falante, o que coloca o ouvinte no papel de testemunha. O que há por trás desses três contextos de uso da interrogação é que, para pelo menos um dos participantes, a informação lexical requerida está ausente, ou seja, não faz parte de sua informação pragmática, é nova. É assim que se define, neste trabalho, Interrogativas: a ausência de uma informação no estado mental de pelo menos um dos participantes da interação verbal que provoque uma expressão verbal indiciária dessa ausência.

Segundo Givón (2001, p.30), as Interrogativas de Conteúdo “são tipicamente usadas quando o falante pressupõe que o ouvinte compartilha com ele o conhecimento sobre um evento, um estado, mas o falante ainda perde algum elemento desse evento, desse estado”,² o que leva o autor a enxergar sua estrutura como organizada a partir de duas “porções”: a porção focal, correspondente ao elemento interrogativo, que sinaliza a informação ausente para o falante, e a porção pressuposta, que corresponde ao restante da estrutura interrogativa.

2 No original: “wh-questions (also called ‘constituent questions’) are used typically when the speaker presupposes that the hearer shares with them the knowledge of a state/event, but the speaker still misses one element of that state/event” (Givón, 2001, p.300).

Já para Lyons (1977) e Vidal (1999), há uma multifuncionalidade de uso para as estruturas interrogativas; assim, tais estruturas não se associam somente à função de pedido de informação, mas servem também a outros propósitos comunicativos.

Lyons (1977), ao tratar das interrogativas como atos de fala, afirma que há uma diferença entre *fazer uma pergunta* (*asking a question*) e *expor uma pergunta* (*posing a question*); por sua vez, Vidal (1999), ao tratar dos enunciados interrogativos no espanhol, afirma que a equiparação entre “oração interrogativa” e “pergunta” não é conveniente.

Segundo Lyons (1977), quando se expõe uma pergunta, somente se exterioriza ou se expressa uma dúvida, para a qual, muitas vezes, não se sabe uma resposta ou não se espera que o ouvinte a responda, ou melhor, geralmente elas não são endereçadas a uma segunda pessoa. Todavia, quando se faz uma pergunta, expõe-se a questão e indica-se para o ouvinte que essa questão deve ser respondida, isto é, há claramente um direcionamento do ato de fala interrogativo para a segunda pessoa da interlocução.

Já para Vidal (1999), de um ponto de vista descritivo, a equiparação entre “interrogativas” e “perguntas” não corresponde à realidade, pois nem toda estrutura interrogativa corresponde a uma estratégia do falante para solicitar ao ouvinte uma informação que lhe (ao falante) falta – ou seja, uma pergunta. Para a autora, as razões que levam um usuário da língua a formular uma estrutura interrogativa são variadas – manifestar desconhecimento, expressar dúvida, investir numa hipótese, insinuar algo, apresentar um conteúdo polêmico – e, assim, as perguntas constituem casos prototípicos de interrogativas.

Essa alusão de Lyons (1977) e Vidal (1999) à multifuncionalidade das estruturas interrogativas, que não só se prestam à busca de informação, mas a outros propósitos comunicativos, reflete-se, dentro da GDF, na representação pragmática da estrutura subjacente, especificamente na aplicação dos operadores de identificabilidade ao Subato Referencial. É valendo-nos da análise desse operador e das funções discursivas e interativas das Interrogativas de Conteúdo que propomos uma tipologia para tal estrutura linguística.

Referenciação na GDF: o operador de identificabilidade

Numa perspectiva sociocognitivo-interacionista da linguagem (cf. Mondada; Dubois, 2003; Jubran, 2005; Koch; Marcuschi, 2006; Neves, 2007), a referenciação não é vista a partir de uma correspondência biunívoca entre palavras e objetos do mundo, mas os referentes são considerados objetos de discurso. Segundo Mondada e Dubois (2003), os sujeitos – usuários da língua –, por meio de práticas discursivas e cognitivas social e culturalmente situadas, constroem versões públicas do mundo. Tal concepção dá base para os autores criarem uma concepção de referenciação que toma os referentes como objetos de discurso: segundo eles, as categorias e os objetos de discurso com os quais os sujeitos compreendem o mundo não são dados previamente, mas construídos ao longo das atividades humanas, transformando-se em diferentes contextos. Por trás dessa visão, há a concepção de uma instabilidade constitutiva, já que a referenciação, uma operação cognitiva, está ancorada em práticas e em negociações de uma interação verbal. Resumindo:

Os objetos de discurso são elaborados pelos sujeitos, em um processo dinâmico e intersubjetivo, ancorado em práticas discursivas e cognitivas situadas social e culturalmente, bem como em negociações que se estabelecem no âmbito das relações interacionais (Jubran, 2005, p.219).

Nessa linha, Marcuschi e Koch (2006, p.382) afirmam que “a discursivização ou textualização do mundo por via da linguagem não se dá como um simples processo de elaboração informacional, mas de construção, estruturação e fundação do próprio real”. Essa visão de referenciação como um processo que se constrói com base em práticas sociais encaixa-se bem com a noção de referenciação da GDF, uma vez que a atividade referencial é vista como acional e situada no Nível Interpessoal, especificamente na camada dos Subatos.

O ato de referência, para Dik (1978, p.55 apud Hengeveld; Mackenzie, 2008, p.107) e para Hengeveld e Mackenzie (2008), consiste numa ação pragmática e cooperativa entre o falante e seu parceiro na interação verbal. Por ação “pragmática”, Dik (1978) se refere à função primordial da interação, a de causar efeitos na informação pragmática do ouvinte; por “cooperativa”, à disposição de ambos os participantes em contribuir entre si para atingirem seus objetivos comunicativos.

Na GDF, além de acional, a referência está envolvida numa ação mais global, a de evocação. Assim, “um Falante evoca um Conteúdo Comunicado executando um número de Subatos Atributivos ou Referenciais”³ (Hengeveld; Mackenzie, 2008, p.107). Podemos perceber, então, um diálogo significativo entre as abordagens da GDF e da perspectiva sociocognitivista-interacional: esta assume que a referência se dá por meio de objetos de discurso que se constroem ao longo de práticas sociais, ao passo que aquela atribui um caráter acional para tal processo, que se liga aos lances da interação, isto é, à prática interacional e aos objetivos comunicativos do falante em relação ao que pressupõe acerca do estado mental do ouvinte.

Enquanto os Subatos Atributivos envolvem a evocação de uma Propriedade, um Subato Referencial evoca uma Entidade. Segundo Hengeveld e Mackenzie (2008, p.113), muitas línguas distinguem entre “construção do referente”, quando o falante deseja que o ouvinte introduza um referente em seu modelo mental, e “identificação do referente”, quando o falante pede ao ouvinte que identifique um referente disponível em sua (do ouvinte) informação pragmática. Essa distinção reflete-se no operador de identificabilidade do Subato Referencial, conforme veiculada pelo falante. Tal ponto é bastante importante para nossa abordagem: a identificabilidade de um referente, na GDF, é tratada em termos da avaliação que o

3 No original: “a Speaker evokes a Communicated Content by carrying ou a number of Subacts of Ascription or Reference” (Hengeveld; Mackenzie, 2008, p.107).

falante faz de sua própria informação pragmática e de seu ouvinte, quer dizer, é a perspectiva, a visão, do falante que se leva em conta na determinação da identificabilidade do referente.

A GDF distingue dois aspectos da identificabilidade: o primeiro relaciona-se com a concepção do falante a respeito da identificabilidade do referente para o ouvinte, o que resulta nos operadores $\{+id, -id\}$ para identificável e não identificável; (ii) o segundo, por sua vez, relaciona-se à indicação dada pelo falante a respeito da identificabilidade do referente para si próprio, o que se reflete nos operadores $\{+s, -s\}$ para específico e não específico. A partir desses operadores, podemos prever quatro combinações possíveis para um Subato Referencial: (i) $\{+id, +s\}$, (ii) $\{+id, -s\}$, (iii) $\{-id, +s\}$ e (iv) $\{-id, -s\}$.

A primeira combinação – $\{+id, +s\}$ – aplica-se aos casos em que o referente, na pressuposição do falante, é identificável para ambos os participantes (cf. (65)). Já a segunda – $\{+id, -s\}$ –, é aplicada aos casos em que o falante assume o referente como identificável para o ouvinte, porém não específico para ele próprio, o que está naturalmente associado à Ilocução Interrogativa (cf. (66)). A terceira combinação, por sua vez – $\{-id, +s\}$ –, associa-se aos casos em que o falante assume que conhece a identidade do referente, porém acredita que não ocorre o mesmo para seu ouvinte (cf. (67)). E, por fim, a quarta combinação – $\{-id, -s\}$ – corresponde aos casos em que o falante considera que o referente não é identificável para nenhum dos participantes, nem para ele próprio, nem para seu ouvinte (cf. (68)).

(65) *O professor* perguntou a todos os alunos da sala.

(66) *Quem* roubou minha bicicleta?

(67) Eu tenho *alguns problemas* com este texto.

(68) Eu estou procurando por *alguém que possa me ajudar*.

Os próprios autores, conforme se verifica acima, associam o operador $\{+id, -s\}$ à Ilocução Interrogativa. Dessa forma, podemos concluir que o item interrogado, correspondente a um Subato Referencial no Nível Interpessoal, é sempre marcado como $\{+id, -s\}$, ou seja, identificado para o ouvinte, mas não especificado para o fa-

lante. Assim, o Subato Referencial (R) marcado {+id, -s} no Nível Interpessoal será expresso, no Nível Morfossintático, por meio de um constituinte interrogativo e, no Nível Fonológico, por entonação apropriada, resultante da Ilocução Interrogativa, conforme se visualiza no exemplo (69) abaixo, retirado do NURC.

(69) Doc. e quando vocês quiseram...escolher uma carreira...**o que as levou escolher a carreira?** (SP-D2-360)

Em (69), o Subato Referencial interrogado *o que* é marcado pelo operador {+id, -s}, já que o falante, desconhecendo tal informação referencial, busca a identificação dessa informação junto ao ouvinte, que, na pressuposição do falante, detém esse conhecimento. Essa configuração {+id, -s}, entretanto, não é verificada para todos os casos de Interrogativas de Conteúdo encontradas. Com base em informações contextuais, podem-se perceber diferentes configurações do operador de Identificabilidade aplicadas ao Subato sob interrogação, e é isso que se procura apresentar e defender na próxima seção.

Uma tipologia tripartida para as Interrogativas de Conteúdo

Como as Interrogativas de Conteúdo servem a diferentes e variados propósitos comunicativos na interação entre falante e destinatário, ao constituinte interrogativo se aplicam diferentes configurações do operador de identificabilidade. Trata-se, portanto, de um reflexo na estrutura subjacente da interrogativa, uma vez que é o falante o responsável por avaliar a identificabilidade do referente interrogado para seu ouvinte e por assumir a especificidade desse mesmo referente para si próprio.

Ao partir da configuração do operador de identificabilidade do Subato Referencial conforme veiculada pelo falante para propor uma tipologia para as Interrogativas de Conteúdo, conta-se com quatro possibilidades de configuração desse operador – {+id, +s},

{+id, -s}, {-id, +s} e {-id, -s} –, sendo a segunda associada naturalmente à tradicional definição de *interrogativas*: o falante, assumindo seu desconhecimento em relação a alguma informação, busca-a junto a alguém que, em sua avaliação prévia, a detém.

As Interrogativas de Conteúdo podem, contudo, estar associadas a outras configurações do operador de identificabilidade a depender da intenção comunicativa do falante com o uso da estrutura interrogativa, que não é só o de buscar uma informação. Das três outras combinações, a primeira {+id, +s} não poderia associar-se a uma estrutura interrogativa, uma vez que, para haver interrogação, uma informação deve ser, na visão do falante, desconhecida por, pelo menos, um dos participantes da interação: (i) para o próprio falante, o que é refletido no operador {+id, -s}, e caracteriza o que denominamos *perguntas típicas*; (ii) para o ouvinte, o que se reflete no operador {-id, +s}, caracterizando o que denominamos *perguntas retóricas*; e, por fim, (iii) para ambos os participantes, o que implica o operador {-id, -s}, que caracteriza as aqui denominadas *perguntas meditativas*. Dessa forma, chega-se a uma classificação tripartida: perguntas típicas, perguntas retóricas e perguntas meditativas.

Outras classificações, com base em diferentes perspectivas teóricas, já foram propostas para as estruturas interrogativas. Fávero et al. (2006), com base na perspectiva textual-interativa, propõe três tipos de perguntas levando em conta a natureza do par pergunta-resposta: pedido de informação, de confirmação e de esclarecimento. Contudo, Araújo e Freitag (2010), em uma visão funcionalista, classificam as perguntas em plenas, retóricas e semiretóricas. Oushiro e Nasser (2010), por fim, com base na perspectiva da Análise da Conversação Etnometodológica e da Sociolinguística, consideram três tipos de perguntas: sinceras, retóricas e de estruturação do discurso.

A classificação de Araújo e Freitag (2010) e a de Oushiro e Nasser (2010), de certa forma, dialogam e apresentam bastante pontos em comum entre si; já a proposta de Fávero et al. (2006) se diferencia das demais por focar a natureza do par dialógico P-R, deixando de abordar algumas questões formais que interessam às outras au-

toras. Nossa proposta dialoga em grande parte com as propostas de Araújo e Freitag (2010) e de Oushiro e Nasser (2010), porém, como se verá ao longo do desenvolvimento desta seção, reestruturamos as classificações propostas pelas autoras, integrando sob o rótulo de perguntas retóricas as perguntas retórica e semirretórica, propostas por Araújo e Freitag (2010), e as perguntas retórica e de estruturação do discurso, propostas por Oushiro e Nasser (2010); além disso, avançamos em relação a essas classificações ao propor um terceiro tipo não previsto pelas duas duplas de autoras: as perguntas meditativas. No quadro a seguir, organiza-se uma equivalência entre a proposta de classificação aqui apresentada e as propostas de Oushiro e Nasser (2010) e Araújo e Freitag (2010):

Quadro 2.1: Propostas de classificação para as interrogativas

Oushiro e Nasser (2010)	Araújo e Freitag (2010)	Nossa proposta
pergunta sincera	pergunta plena	pergunta típica
pergunta retórica	pergunta retórica	pergunta retórica
pergunta de estruturação do discurso	pergunta semirretórica	
		pergunta meditativa

As perguntas típicas

As *perguntas típicas* relacionam-se a momentos da interação em que o falante, assumindo o desconhecimento de uma informação, assinala seu desejo de que o ouvinte, que para ele detém esse conteúdo, forneça a informação nova adequada. Esse referente, identificável para o ouvinte (+id) e não específico para o falante (-s), corresponde, no Nível Interpessoal, a um Subato marcado pelo operador (+id, -s R). Esse tipo de pergunta, conforme se nota por sua definição, funciona como um pedido de informação: a necessidade do falante em obter uma resposta de seu ouvinte de forma a preencher uma lacuna presente em sua (do Falante) informação pragmática.

Dik (1997b), por um lado, sustenta que as interrogativas assinalam que o falante tem uma lacuna de informação que deve ser

preenchida por seu ouvinte; já Halliday (1994) afirma que, por meio das perguntas, o falante procura uma informação ausente para ele próprio, isto é, uma informação nova. Chafe (1979), por fim, admite que o traço interrogativo, atuando na estrutura semântica das interrogativas, liga-se a um elemento especificador da informação nova a ser fornecida.

O falante, dessa forma, interage com o ouvinte com o propósito de solicitar uma informação nova que satisfaça seu desejo de conhecer o conteúdo interrogado, ou seja: a intenção do falante com as perguntas típicas é a de buscar uma informação nova no conhecimento de seu ouvinte, o que se observa nos exemplos dispostos em (70).

- (70) a. Examinei o Ne- | gocio; e achando que assim era, e que de nenhum modo | lhe servia o pôr-se na cauda de quanto regimento ou batalhão | se possesse em marcha, concordei com o Mont'alegre | em mandar saber – **quem he ahi o Encarregado da Vacina?** ... tem | familia a quem sustentar, e não tem outro modo de vida | senão esse?... pode ser nomeado para outra comissão, que | que dê pão, quando delle careça?... Responda-me, depois | de informar-se bem, sobre estes quesitos pelo Vapor In- | gles ou antes, se houver occasião. O Mont'alegre e o | Euzebio estão promptos á lhe servirem, e só lhes faltam | saber como. (19CZC)
- b. Manuel João – Adeus, rapariga. **Aonde está tua mãe?**
Aninha – Está lá dentro preparando a jacuba. (19TMPa)
- c. L2 **onde é que elas estao?**...
L1 no Fernão Dias em Pinheiros (SP-D2-360)
- d. *Doc.* mas falando em piquenique **como era esse piquenique?**... lembra? (PA-DID-45)
- e. Inf pronto... no quarto e me... digam o que vocês encontraram... expliquem com suas próprias palavras o que foi que vocês encontraram? existe diferença? HA diferença? ou nao?... talvez seja a pergunta mais difícil de todo capítulo... quem tem? **quem escreveu alguma coisa sobre isso?** Joao você fez alguma coisa? ... (REC-EF-337)

Nessas ocorrências, as interrogativas em **negrito** constituem uma solicitação do falante para que seu ouvinte preencha uma lacuna em sua informação pragmática com uma informação nova. Assim, os constituintes interrogativos dessas interrogativas consistem em Subatos Referenciais com o operador (+id, -s R). Especificamente em (70a), retirado de uma carta, a pergunta destacada expõe as lacunas de informação do remetente e seu desejo de saná-las. Há duas orações que evidenciam o desconhecimento do escrevente e a busca pelas informações ausentes: “concordei com o Mont’alegre| em mandar saber” e “Responda-me, depois| de informar-se bem, sobre estes quesitos”. A primeira oração prefacia a sequência de perguntas dispostas, e a segunda fecha essa sequência, de forma que o remetente deixa claro seu desconhecimento sobre o “Encarregado da Vacina” e seu desejo por obter informações sobre ele.

As perguntas típicas correspondem ao que Oushiro e Nasser (2010), por um lado, denominam *perguntas pragmaticamente sinceras* e ao que, por outro lado, Araújo e Freitag (2010) denominam *perguntas plenas*.

Para Oushiro e Nasser (2010), que tomam entrevistas sociolinguísticas como material para sua análise, essas perguntas são as mais próximas do protótipo do par pergunta-resposta e sua principal característica é a de criar no interlocutor a obrigação de assumir o turno quando relevante e, assim, fornecer a segunda parte do par dialógico, que deve ser coerente com a pergunta feita. Dessa forma, as *perguntas pragmaticamente sinceras* passam o turno e buscam atualizar o fundo comum entre os participantes da interlocução, já que suas respostas podem trazer informações novas e estabelecer novas crenças no inventário de conhecimento que os participantes compartilham. Essas propriedades são observadas, principalmente, nos exemplos de (70b) a (70e), em que, tratando-se de situações dialógicas, evidencia-se a iniciativa do falante em buscar uma informação junto a seu ouvinte, que deve assumir o turno e responder coerentemente a pergunta. Essa troca de turnos faz que se atualize o fundo comum entre os participantes da interação.

Todavia, Araújo e Freitag (2010) afirmam que as *perguntas plenas* são aquelas com que o falante pede ao interlocutor uma resposta ou uma confirmação do que foi dito anteriormente. Tal afirmação nos faz refletir melhor sobre a classificação de Fávero et al. (2006), que distinguem *pedidos de informação*, *pedidos de confirmação* e *pedidos de esclarecimento*.

Pela caracterização de Araújo e Freitag (2010), os pedidos de confirmação, conforme concebidos em Fávero et al. (2006), comportam-se como *perguntas plenas*, o que é compartilhado por Oushiro e Nasser (2010), que consideram os pedidos de confirmação e de esclarecimento *perguntas sinceras*. Assim, os três diferentes tipos de perguntas elencados por Fávero et al. (2006), na classificação de Oushiro e Nasser (2010) e de Araújo e Freitag (2010), estão abrigados sob o rótulo, respectivamente, de *perguntas pragmaticamente sinceras* e *perguntas plenas*. Neste trabalho, observando alguns exemplos e com base em nossos critérios de classificação, somos levados a concordar com essa classificação de Oushiro e Nasser (2010) e de Araújo e Freitag (2010) e a incluir, sob o rótulo de *perguntas típicas*, pedidos de informação, de confirmação e de esclarecimento.

Segundo Fávero et al. (2006, p.153), os pedidos de confirmação “ocorrem, comumente, dentro de uma troca em que antes houve um pedido de informação e o interlocutor solicita, de novo, que essa informação seja sustentada”. Já o pedido de esclarecimento ocorre quando o ouvinte não capta o que se proferiu anteriormente e solicita que se reproduza parcial ou totalmente o que se havia proferido. Em (71a) e (71b), a seguir, há dois exemplos de pedidos que, de certa forma, combinam as funções de pedido de confirmação e de pedido de esclarecimento. O traço de confirmação e/ou esclarecimento se evidencia por, logo após a pergunta, haver outro ato interrogativo: em (71a), trata-se de uma Interrogativa Polar e, em (71b), de uma Interrogativa Disjuntiva. Assim, observamos que a real intenção do falante é a de confirmar, esclarecer, uma informação que já pressupunha como certa em sua mente, tanto que os Atos

Interrogativos pospostos às Interrogativas de Conteúdo funcionam como Atos subsidiários de esclarecimento, trazendo a informação que o falante supõe como correta e que deseja confirmar ou esclarecer com o ouvinte.

- (71) a. eu sei que tu hontem choraste muito, a noite fui ao cinema ver o film “Roberta” pelos mesmos artista de “Picolino”, e eu sentia o coração muito inquieto, batendo muito, e a dizer-me que tú estavas chorando, não pude mais assistir a fita tive que fechar os olhos para não chorar, e sentia as tuas lagrimas cahirem no meu coração, nos dois só em estarmos longe um do outro sofremos tanto, **porque tu choras?** para almentar os nossos sofrimentos? (20CCT-17)
- b. Creio que de Mamãe tem sempre noticias, não é? ella nos mandou dizer que pensava em voltar no dia 6 deste mas não sei se será certo; pobre coração Já se prepara para nova separação. sabe que tenho o mesmo officio que você ? **onde será Nosso Senhor mais bem servido**, ahi ou aqui ? isto não se pergunta, não é? (20CFP-30)

Assim, observa-se que, em pedidos de confirmação e de esclarecimento, o falante detém conhecimento acerca da informação sob interrogação, porém assume que tal conhecimento não é pleno, o que representa uma lacuna informacional que leva o falante a buscar em seu ouvinte uma confirmação ou um esclarecimento. Na visão da GDF, pelo fato de essa lacuna relacionar-se à não especificidade do Subato interrogado (-s) para o falante e à identificabilidade (+id), na visão do falante, para o ouvinte, o que gera o operador (+id, -s R), é adequado incluir os pedidos de confirmação e de esclarecimento entre os casos de *perguntas típicas*.

As perguntas retóricas

Há um segundo uso das Interrogativas de Conteúdo em que o falante não necessariamente busca uma informação nova no co-

nhecimento de seu ouvinte, mas utiliza a estrutura interrogativa como um mecanismo argumentativamente saliente de transmitir uma informação nova ao ouvinte, conforme demonstra o exemplo (72) abaixo.

- (72) Um afetuoso abraço para os teus, um beijinho para a Hilda, e para você minha santa **que mandarei?** aceita um beijo com toda a força de meu amor (20CCT-18)

Em (72), um trecho de uma carta trocada entre namorados no início do século XX, o falante, ao elaborar a pergunta em destaque, não pede uma informação nova a seu ouvinte, mas, já detendo uma resposta, contida no Ato Declarativo posposto ao Ato Interrogativo, deseja salientar e chamar a atenção do ouvinte para essa parte do texto, que traz a informação nova e relevante. Nesse caso, o falante elabora uma pergunta sem esperar que o ouvinte a responda, pois, ao deter a informação solicitada na pergunta (+s), o falante pressupõe o desconhecimento do ouvinte acerca de tal informação (-id) e, assim, deseja adicioná-la à informação pragmática de seu interlocutor. A pergunta, portanto, age argumentativamente, de forma a focalizar a nova informação; ao Subato interrogativo será atribuído o operador {-id, +s}. Denominamos esse tipo de *pergunta retórica*, que, segundo reforça Fávero et al. (2006, p.161), “ocorrem quando o Falante elabora uma pergunta com o intuito de que o Ouvinte não responda, porque aquele já conhece a resposta e é só uma questão de procurá-la na memória”.

Em textos diversos, é natural que o falante, no caso de textos orais, ou o escrevente, no caso de textos escritos, lance mão de uma série de recursos argumentativos para atingir seus objetivos comunicativos, já que comunicar significa, *a priori*, agir sobre o outro, de forma a persuadi-lo, influenciá-lo, conforme defende Koch (1987, p.19) a respeito da argumentatividade da linguagem:

A interação social por intermédio da língua caracteriza-se, fundamentalmente, pela argumentatividade. Como ser dotado de razão e vontade, o homem, constantemente, avalia, julga, critica,

isto é, forma juízos de valor. Por outro lado, por meio do discurso – ação verbal dotada de intencionalidade – tenta influir sobre o comportamento do outro ou fazer com que compartilhe determinadas de suas opiniões.

Neste trabalho, entre os tantos recursos de argumentação disponibilizados pelo sistema linguístico, interessa somente o recurso que atribui certo grau de saliência a elementos no texto, no desenvolvimento de tópicos discursivos. Trata-se, portanto, da marcação de relevo textual, conforme definido por Travaglia (2006). Segundo o autor, o relevo pode (i) manter todos os elementos do tópico discursivo em um mesmo plano, caso em que não há marcação de relevo; (ii) colocar determinados elementos dos textos em um plano mais alto, dando destaque especial em relação aos outros, caso em que há marcação de *relevo positivo*; e, por fim, (iii) colocar determinados elementos em um plano inferior, rebaixando-os em relação aos outros elementos, caso em que há marcação de *relevo negativo*.

As *perguntas retóricas*, portanto, constituem (i) mecanismos de marcação de relevo positivo, que contribuem com o desenvolvimento da argumentação ao destacar e salientar a informação nova trazida pelo falante para a interação e direcionada ao ouvinte, e (ii) mecanismos de ênfase com que o falante procura chamar a atenção do destinatário.

Conforme se verifica nos exemplos em (73a) e (73b), a pergunta retórica, geralmente, vem seguida de um Ato Declarativo, que constitui uma de suas respostas possíveis. Esse ato declarativo está muito integrado ao ato anterior de forma que, em dados orais, o falante faz a pergunta e não abre espaço para que seu(s) ouvinte(s) responda(m) ou o interrompa(m), como no contexto de sala de aula. Nota-se, então, que a Interrogativa de Conteúdo ali disposta estrutura o discurso numa estratégia de argumentação, de marcação de relevo positivo.

- (73) a. MULLER - Está mais que evidente. **Quem mandava nas cidades?** A CGT, Comando Geral dos Trabalhadores. **Quem**

mandava no campo? As Ligas Camponesas. O Exército estava minado pelos sargentos e a Marinha pelos marinheiros. Não havia mais hierarquia, o terreno estava preparado para que os comunistas fizessem daqui uma nova Rússia. (20TDGc)

- b. vocês agora eu acredito que já tenham tido... seis aulas de introdução à ciência do direito... e também entre: cinco e oito aulas de teoria geral do estado... portanto... já devem estar... mais ou menos por dentro até do linguajar:... da técnica jurídica... então a perspectiva essa da dogmática jurídica **como é que ela funciona?** ela funciona dan:do uma interpretação... lógico-formal... da lei... e é isso que vocês vão aprender... essa técnica de interpretar... cada lei... num é? (REC-EF-337)

Em (73a), dado retirado de uma peça de teatro, para as duas perguntas trazidas pela personagem Muller, ela mesma dá a resposta, sem que permita uma intervenção de seu interlocutor, o que deixa clara a função argumentativa e focalizadora das perguntas retóricas. Já em (73b), o falante, um professor, ao orientar seus alunos sobre o domínio referencial de que tratará naquele tópico discursivo, por meio do Ato Discursivo de Orientação, *a perspectiva essa da dogmática jurídica*, não deseja somente trazer, como informação nova, o modo como ele trabalha ou atua no campo jurídico, mas, por meio do uso da pergunta retórica, enfatiza esse novo conteúdo, destaca e salienta a importância dessa informação naquele contexto de forma a chamar a atenção de seus ouvintes para ela. Com esse dado, podemos observar claramente que, ao fazer a pergunta, o falante não dá espaço para que seus ouvintes tomem o turno e respondam.

Já no exemplo (74), retirado de uma peça de teatro, as duas perguntas trazidas pela personagem Faustino não são respondidas pela própria personagem Faustino, já que a resposta, com o contexto criado anteriormente, fica evidente.

- (74) FAUSTINO, *entrando* – Estava ali defronte na loja do barbeiro, esperando que teu pai saísse para poder ver-te, falar-te, amar-te, adorar-te, e...

MARICOTA – Deveras!

FAUSTINO – Ainda duvidas? Para quem vivo eu, senão para ti?

**Quem está sempre presente na minha imaginação? Por quem
faço eu todos os sacrifícios?**

MARICOTA – Fale mais baixo, que a mana pode ouvir. (19TMPb)

Mesmo não sendo seguida por um Ato Declarativo que funciona como uma resposta possível, esse tipo de interrogativa não deixa de constituir uma pergunta retórica, uma vez que, marcada pelo operador (-id, +s R), traz uma informação nova para a interação, que fica subentendida. É esse uso que melhor caracteriza a definição de Fávero et al. (2006) a respeito das perguntas retóricas: uma forma de fazer com que o ouvinte busque, em sua informação pragmática, algo que havia já esquecido.

As perguntas retóricas correspondem, na classificação de Oushiro e Nasser (2010), às perguntas retóricas e de estruturação do discurso e, na de Araújo e Freitag (2010), às perguntas retóricas e semirretóricas. As perguntas retóricas, para as autoras, são aquelas para as quais o falante não espera uma resposta de seu ouvinte já que, segundo Oushiro e Nasser (2010), a informação já faz parte do fundo comum entre os interlocutores e sua resposta é óbvia, ou – segundo Araújo e Freitag (2010) – sua função é a de conduzir apropriadamente o ouvinte em direção à argumentação do falante. As perguntas retóricas defendidas pelas autoras citadas anteriormente correspondem, assim, às perguntas retóricas que não vêm acompanhadas de um Ato Declarativo. Todavia, as perguntas de estruturação do discurso e semirretóricas correspondem às perguntas retóricas que vêm acompanhadas de um Ato Declarativo. Segundo Oushiro e Nasser (2010), essas perguntas, assim como as retóricas, não esperam uma resposta do interlocutor, já que são óbvias e devem ser fornecidas pelo próprio falante; já Araújo e Freitag (2010) afirmam que essas perguntas não aguardam uma resposta, uma vez que já foi dada pelo próprio falante; sua função, assim como a das perguntas retóricas, é a de conduzir argumentativamente o ouvinte. Optamos, neste trabalho, por não distinguir essas

estruturas pelo fato de ambas terem o mesmo operador de identificabilidade – (-id, +s R) – e, também, como aponta Araújo e Freitag (2010), por ambas terem a mesma funcionalidade textual, destacando e salientando elementos textuais numa estratégia de marcação de relevo positivo, e interativa, chamando a atenção do ouvinte em uma estratégia de ênfase.

As perguntas meditativas

Um último contexto de ocorrência de Interrogativas de Conteúdo se dá quando o falante, desconhecedor da informação posta sob interrogação, direciona-se ao ouvinte, que, para o falante, também desconhece a informação solicitada. Ou melhor, o falante assume que a resposta para a pergunta é desconhecida tanto para ele próprio como para seu ouvinte. Esses casos de interrogativas não mostram uma busca do falante por informação nem uma estratégia de realçar um argumento ou uma informação que deseja incutir no conhecimento de mundo do ouvinte; são, na verdade, momentos de reflexão, de devaneio, de elucubração, em que o falante expõe uma dúvida, um pensamento. Assim, o Subato interrogado é marcado pelo operador (-id, -s R). A esse tipo de interrogativa, denominamos *perguntas meditativas*.

A ocorrência (75), retirada de uma carta do século XIX, é o que melhor representa o uso de uma pergunta meditativa:

(75) *Post Scriptum*

No mesmo pacote de Cartas escrevi uma ao meu amigo nosso amigo vosso Tio [*inint.*] É esquisito! Nada eu perco [] **onde estará o pacote?** (19CZC-54)

Situando-se na parte final da carta, especificamente no *Post Scriptum*, porção em que o falante destaca alguma informação que não era adequada na porção textual que compõe o desenvolvimento da carta, o falante informa o ouvinte a respeito de umas cartas que havia escrito e posto em um pacote; uma delas, entretanto, se per-

deu, e assim ele se questiona onde estaria tal carta. É óbvio, pelo contexto, que o falante não espera que seu ouvinte responda à pergunta – ele apenas exterioriza sua dúvida, deixando ao ouvinte apenas o papel de testemunha de seus pensamentos, de suas reflexões.

Esse tipo de pergunta caracteriza claramente o “expor uma pergunta” de Lyons (1977), com o não endereçamento dessa estrutura ao interlocutor, que é tomado apenas como testemunha de uma dúvida, de hipótese, de uma reflexão. Portanto, as perguntas meditativas são estruturas interrogativas para as quais o falante não espera uma resposta de seu ouvinte nem ele tem uma resposta. Trata-se, dessa forma, de expressão de pensamentos, dúvidas e atitudes subjetivas do falante.

Em peças de teatro, a rubrica ajuda a identificar casos de perguntas meditativas, como em (76), em que a rubrica *à parte* mostra que a pergunta da personagem Antônia não se dirige a ninguém e, portanto, não se espera resposta. Esse tipo de pergunta não havia sido considerado na classificação de Oushiro e Nasser (2010) e Araújo e Freitag (2010).

(76) CAPITÃO – Pior é essa! Sua casa hoje anda misteriosa. Há pouco era sua filha com o gato; agora é o senhor com a polícia... (*À parte:*)
Aqui anda tramoia!

ANTÔNIO, *à parte* – **Quem seria?**

PIMENTA, *assustado* – Isto não vai bem. (*Para Antônio:*) Não sai daqui antes de eu lhe entregar uns papéis. Espere! (*Faz semblante de querer ir buscar os bilhetes; Antônio o retém.*) (19TMPb)

Síntese

As Interrogativas de Conteúdo, no geral, independentemente da situação genérica em que são produzidas, podem ser usadas em três contextos interativos diferentes que se definem a partir da conjugação de três fatores pragmáticos envolvidos na interação verbal: (i) aquilo que o falante assume fazer parte de sua própria

informação pragmática, (ii) aquilo que o falante pressupõe estar ou não na informação pragmática de seu(s) ouvinte(s) e (iii) a intenção comunicativa do falante, em relação a seu(s) ouvinte(s), com o uso da estrutura interrogativa.

Em uma primeira situação interativa, o falante pode assumir que uma determinada informação não está disponível para ele próprio, mas sim para seu ouvinte, ou seja, há um Subato Referencial identificável (+id) e não específico (-s), o que implica o operador (+id, -s R). A interrogativa constitui, assim, um pedido de informação do falante para o ouvinte, o que se denomina, neste trabalho, de *perguntas típicas*.

Já em um segundo contexto de uso, o falante assume que a informação sob interrogação faz parte de sua informação pragmática, ou seja, é específica (+s) para si mesmo, porém não está disponível para seu ouvinte, ou seja, não é identificável (-id) para o ouvinte, o que implica o operador (-id, +s R). Esse tipo de pergunta constitui uma maneira de ativar ou acrescentar um determinado conhecimento na informação pragmática do ouvinte, permitindo ao falante uma forma de argumentação, o que aqui se denomina *perguntas retóricas*.

Finalmente, a informação sob interrogação pode estar ausente para ambos, falante e ouvinte, ou seja, é não específica e não identificável, o que implica o operador (-id, -s R). Esse tipo de pergunta constitui uma tentativa do falante de expor suas dúvidas e/ou inquietações, colocando o ouvinte no papel de testemunha, o que se denomina aqui de *perguntas meditativas*.

O Quadro 2.2 resume as propriedades de cada um desses tipos de interrogativa. O que há por trás desses três contextos de uso da interrogação é que, para pelo menos um dos participantes, a informação lexical requerida não faz parte de sua informação pragmática. É assim que se define, neste trabalho, Interrogativas: a ausência de uma informação no estado mental de pelo menos um dos participantes da interação verbal que provoca a expressão verbal indiciária dessa ausência.

Quadro 2.2: Tipologia tripartida das Interrogativas de Conteúdo

	Identificabilidade do referente interrogado	Função comunicativa e interacional
PERGUNTAS TÍPICAS	(+id, -s R) → o falante assume seu desconhecimento e pressupõe o conhecimento do ouvinte em relação a uma determinada informação.	Pedido de informação: tentativa do falante em sanar, junto a seu ouvinte, uma lacuna presente em sua informação pragmática.
PERGUNTAS RETÓRICAS	(-id, +s R) → o falante assume seu conhecimento e pressupõe o desconhecimento do ouvinte sobre alguma informação.	Chamada de atenção: estratégia argumentativa do falante para adicionar uma nova informação à consciência de seu ouvinte, dando destaque e saliência a essa informação.
PERGUNTAS MEDITATIVAS	(-id, -s R) → o falante assume seu próprio desconhecimento e de seu ouvinte a respeito de alguma informação.	Exposição de dúvidas e pensamentos: o falante coloca o ouvinte como testemunha de seus pensamentos e devaneios.

3

PADRÕES DE ORDENAÇÃO E CLIVAGEM NAS INTERROGATIVAS DE CONTEÚDO NA HISTÓRIA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Introdução

Em termos estruturais, as Interrogativas de Conteúdo se organizam, no PB, de dois modos: (i) com o constituinte interrogativo posicionado na margem esquerda da oração, ocupando a posição inicial (cf. (77a)), e (ii) com o constituinte interrogativo posicionado na margem direita da oração, ocupando a posição final (cf. (77b)).

- (77) a. **o que** significa isso? (REC-EF-337)
b. ele também pode fazer **o quê?** (SA-DID-231)

No entanto, o sujeito, nas Interrogativas de Conteúdo, pode (i) anteceder o verbo, ocupando o campo inicial da oração junto com o constituinte interrogativo (cf. (78a)), ou (ii) pospor-se ao verbo, ocupando o campo final da oração (cf. (78b)).

- (78) a. o que **a senhora** gostaria de fazer? (SP-D2-360)
b. o que significa **isso?** (REC-EF-337)

É comum na estruturação das Interrogativas de Conteúdo, além da ordenação de constituintes, a ocorrência de clivagem do constituinte interrogativo em posição inicial por meio dos expletivos “é que” (cf. (79a)) e “que” (cf. (79b)).

- (78) a. o **que é que** acontece? (REC-EF-337)
 b. o **que que** a senhora faz? (SP-DID-234)

A proposta deste capítulo é a de caracterizar essas formas de expressão morfossintática que estruturam as Interrogativas de Conteúdo, isto é, procura-se descrever os condicionamentos discursivo-pragmáticos envolvidos na ordenação do constituinte interrogativo e do sujeito e na ocorrência da clivagem. Ao adotar uma perspectiva diacrônica, verifica-se como se processam as Interrogativas de Conteúdo na história do PB e, assim, recuperam-se as mudanças que atingiram tal fenômeno, como (i) a possibilidade de se posicionar o constituinte interrogativo no campo final da oração, (ii) a ocorrência da clivagem do constituinte interrogativo em posição inicial e (iii) a implementação da ordem anteposta do sujeito em relação ao verbo (SV).

Funções pragmáticas na GDF

Na interação, cada participante tem um objetivo em mente, o que determina as estratégias adotadas pelo falante na obtenção de um propósito comunicativo em relação ao ouvinte. O alcance dos objetivos comunicativos do falante envolve o dispêndio de energia resultante de ações governadas por uma estratégia global que não deixa de levar em conta os propósitos e as intenções do ouvinte. As propriedades interacionais convergentes das estratégias propositais do falante são estudadas pelas disciplinas da retórica e da pragmática.

As distinções originadas na Formulação durante o processo de interação e captadas pelo Nível Interpessoal recorrem, nas camadas superiores desse nível, a recursos de natureza retórica de estruturação do discurso à medida que eles tragam reflexos para a expressão linguística e, nas camadas inferiores, utilizam-se distinções pragmáticas com as quais o falante modela suas mensagens levando em

conta as pressuposições a respeito dos conhecimentos e sentimentos do ouvinte. Portanto, a retórica, por um lado, preocupa-se com (i) o modo como os componentes de um discurso são estruturados pelo falante para atingir sua estratégia comunicativa e com (ii) as propriedades formais de enunciados que influenciam o ouvinte a aceitar os propósitos do falante. É assim que alguns aspectos das unidades linguísticas que refletem a estruturação global do discurso são considerados, dentro da GDF, *funções retóricas*. Por outro lado, a pragmática lida com o modo pelo qual o falante molda sua mensagem de forma a sinalizar suas expectativas em relação ao estado mental do ouvinte, o que se reflete, na GDF, nas *funções pragmáticas*.

Para Dik (1997a), as funções pragmáticas especificam o estatuto informacional de um constituinte em relação ao contexto comunicativo maior em que ele é usado. Contexto comunicativo, segundo o autor, corresponde à estimativa do falante a respeito da informação pragmática do ouvinte no momento de interação. Todavia, Hengeveld e Mackenzie (2008) assumem que as funções pragmáticas expressam as expectativas que o falante tem do estado mental do ouvinte e são aplicadas a partes de uma unidade linguística, especificamente a Subatos do Conteúdo Comunicado, os quais são apresentados como salientes ou como o ponto de partida do falante, ou são considerados compartilhados pelo falante e pelo ouvinte. A GDF, dessa forma, considera três tipos de funções pragmáticas:

- (i) *Tópico*: atribuída a um Subato não focal, cuja função é assinalar como o Conteúdo Comunicado se relaciona ao registro construído gradualmente no Componente Contextual. Essa definição pressupõe a atribuição de Tópico à *informação dada*, havendo assim uma correlação *default* entre Tópico e informação dada (cf. (79)).
- (79) na frente tem:: um um uma arvore que dá uma castanha que eu chamo de castanheira...que dá um um negocio marrom assim depois estoura dá uma castanha essa área eu plantei de semente (AC-114; DE: L. 317)

- (ii) *Foco*: assinala a estratégia do falante em selecionar uma informação nova para preencher uma lacuna na informação pragmática do ouvinte ou para corrigir uma informação do ouvinte. A função Foco é assinalada somente nos casos em que é relevante linguisticamente, isto é, quando as línguas utilizam meios linguísticos para indicar que alguma parte da Expressão Linguística constitui *uma informação nova relevante* (cf. (80)).
- (80) eu quando comecei trabalhar meus primeiros dois trabalhos eu trabalhava e dava meu pagamento em casa cem por cento...então eh:: as roupas que eu vestia eu não escolhia...era minha mãe que escolhia (AC-114; RO: L. 576-577)
- (iii) *Contraste*: assinala o desejo do falante em contrastar as diferenças entre Conteúdos Comunicados ou entre um Conteúdo Comunicado e informações disponíveis contextualmente (cf. (81)).
- (81) eu aceito ele na dele ele quer sair ele sai ele tem suas coisas ele faz não sou contra agora assim... vir morar na minha casa com o namorado isso eu já não aceito... (AC-052; RO: L. 274-277)

Em português, a ordem é um dos mecanismos linguísticos mais produtivos na marcação de funções pragmáticas. O posicionamento de constituintes nas margens da oração indica que esses constituintes apresentam alguma saliência pragmática. Nos exemplos anteriores (cf. (79) a (81)), os elementos em destaque, sendo argumentos Inativos da propriedade configuracional, não ocupam sua posição não marcada, a posição pós-verbal, mas se encontram no início da oração, já que a eles foram atribuídas as funções pragmáticas de Tópico (cf. (79)), Foco (cf. (80)) e Contraste (cf. (81)).

Na ocorrência (79), a posição inicial é preenchida por um constituinte que exerce a função pragmática de Tópico, já que, sendo uma informação dada, cria uma relação entre o Conteúdo Comunicado e a mensagem que gradualmente vem sendo construída no Contexto durante a interação entre falante e destinatário. Já em (80), ao lembrar seu primeiro emprego, a informante deseja tra-

zer para o discurso uma nova informação e, assim, posiciona essa informação no campo inicial da oração, atribuindo-lhe a função pragmática de Foco. Por fim, em (81), observa-se a atribuição da função pragmática Contraste ao constituinte posicionado no início da oração.

Na GF de Dik (1997a; 1997b), Contraste é interpretado como um dos tipos de Foco; já na GDF, figura como uma função pragmática singular e diferente. Tal mescla entre Foco e Contraste, na visão de Hengeveld e Mackenzie (2008), se explica pelo fato de as duas funções terem praticamente os mesmos mecanismos de expressão linguística. No contexto maior de (81), a informante discorre sobre a história de um primo que é homossexual e avalia a atitude da tia, mãe desse primo. Em algumas partes, a informante concorda com o posicionamento da tia; em outras, não. Em (81), com o Ato declarativo “vir morar na minha casa com o namorado”, a informante especifica o referente do pronome anafórico “isso”, que contrasta, pelo contexto, com o que ela aceita.

Ênfase na GDF

Basicamente, a Ênfase consiste em colocar em destaque ou em proeminência uma determinada informação. Na linha da abordagem textual-interativa, Travaglia (2006) considera a ênfase uma das possíveis funções do relevo positivo que deriva de sua função básica: a de dar proeminência a um elemento do texto. Para o autor, a ênfase pode ter razões ideacionais ou interacionais, como a de sinalizar que é uma entidade que deve ser levada em conta e não outra, o que, na GDF, é entendido como Contraste.

Na GDF, tal discussão é resolvida, uma vez que se distinguem as três funções pragmáticas (Foco, Tópico e Contraste) da propriedade pragmática Ênfase. A Ênfase pode ser expressa, nas diversas camadas que compõem o Nível Interpessoal, por meios lexicais (como modificador) ou por meios gramaticais (como operador).

O Ato Discursivo pode ser enfatizado por meio de modificadores, que escopam o Ato como um todo (cf. (82)), ou por meios de operadores, que representam o resultado de uma estratégia de intensificação do Ato Discursivo pelo falante (cf. (83)).

- (82) a. Answer me *dammit*.
 b. I want to go home *dammit*.
 c. Did you do it or not *dammit*?
 d. Let's go *dammit*.

(cf. Hengeveld; Mackenzie, 2008, p.64-5)

- (83) a. ¡Que no me gusta nada esa película!
 b. ¿!Que si vienes mañana!?
 c. ¡Que no te marches mañana!

(cf. Hengeveld; Mackenzie, 2008, p.67)

Em (82), o item lexical *dammit* pode aplicar-se a diferentes ilocuções – Imperativa (cf. (82a)), Declarativa (cf. (82b)), Interrogativa (cf. (82c)) e Exortativa (cf. (82d)) – e, além disso, integra-se ao Ato Discursivo de forma a enfatizá-lo. Já em (83), a ênfase é expressa pela partícula gramatical *que*, que se aplica a qualquer tipo de Ilocução – Declarativa (cf. (83a)), Interrogativa (cf. (83b)) e Imperativa (cf. (83c)) –, e funciona como uma estratégia de intensificação. A possibilidade de ocorrência com qualquer Ilocução demonstra que operadores e modificadores atuam em uma camada maior que a da Ilocução; portanto, atuam na camada do Ato Discursivo.

Na camada da Ilocução, no entanto, Hengeveld e Mackenzie (2008) preveem o operador enfático, que afeta diretamente a força ilocucionária e, assim, não se combina com qualquer Ilocução, mas se especializa em apenas um tipo de Ilocução. Vismans (1994, p.62 apud Hengeveld; Mackenzie, 2008, p.83) afirma que a partícula *dan* no holandês enfatiza somente Atos Imperativos, especificamente a Ilocução Imperativa (cf. (84)).

- (84) Doe je werk dan!
 Fazer seu trabalho ENF
 Vamos, faça seu trabalho!

Já na camada do Conteúdo Comunicado, itens lexicais podem intensificar o conteúdo comunicado do Ato Discursivo, sem expressar sentimentos como irritação, raiva e afins, o que os diferencia dos modificadores enfáticos do Ato Discursivo. Além disso, os modificadores do Conteúdo Comunicado restringem-se a algumas Ilocuções – são mais internos na oração, não ocupando sua periferia, e podem se combinar com outros tipos de modificadores enfáticos (cf. (85)).

- (85) I *really* don't like you *dammit*.
(cf. Hengeveld; Mackenzie, 2008, p.103)

Em (85), o modificador *really* enfatiza o Conteúdo Comunicado do Ato Declarativo, já que a Ênfase sobre o próprio Ato é exercida pelo modificador *dammit*. A contrapartida do modificador de Ênfase na camada do Conteúdo Comunicado é o operador de Ênfase que, segundo Hengeveld e Mackenzie (2008), tem origem na gramaticalização de construções clivadas. No exemplo em (86), do Gallego escocês, há uma construção usada para clivar tanto Sintagmas Nominiais como não nominiais.

- (86) 'S ann a dh'fheumas tu rud beag de dh'eòlas ciùil
CLEFT must/need 2.SG thing little of knowledge music. GEN
It's just that you must have some knowledge of music.

Na camada dos Subatos, devem ser distinguidos (i) os modificadores (cf. (87)) e operadores enfáticos (cf. (88)) do Subato Atributivo e (ii) os operadores enfáticos (cf. (89)) do Subato Referencial, que servem como uma estratégia para chamar a atenção do Ouvinte.

- (87) a. an *allegedly* defamatory article
b. a *fortunately* slim publication
c. a *really* nice example
(cf. Hengeveld; Mackenzie, 2008, p.111)

Em (87), os itens lexicais destacados enfatizam o Subato Atributivo: em (87c), o item *really* indica um comprometimento enfático por parte do falante, ao passo que, em (87a-b), o escopo dos itens destacados incide sobre o Subato Atributivo.

- (88) Ma-che:-də **zə** ge-li-ke
 Neg-medo-NF EMPH 1.PL-COP-PFV
 We remained (totally) unafraid.
 (cf. Hengeveld & Mackenzie, 2008, p.113)
- (89) ηa-mi:-ye **zə** ηa-ri:h-ke
 1.SG-eye-INS EMPH 1.SG-see-PFV
 I saw it with my own eyes
 (cf. Hengeveld & Mackenzie, 2008, p.124)

Na língua Kham, a partícula **zə** pode enfatizar tanto um Subato Atributivo (cf. (88)) como um Subato Referencial (cf. (89)). No caso dos operadores enfáticos do Subato Referencial, a ordem pode também funcionar como uma estratégia de ênfase do Subato Referencial, como ocorre em (90) abaixo.

- (90) Did you get a day off?
 A day off? A whole week the boss gave me.
 (emph R₁)

Em suma, para a GDF, a expressão da ênfase pode ocorrer por meios lexicais (modificadores enfáticos) ou por meios gramaticais (operadores enfáticos). Além disso, a depender da camada que modifica ou em que opera, eles podem ter diferentes matizes pragmáticos: reforço, comprometimento, realce, chamada de atenção etc.

A ordenação de constituintes segundo a GDF

Hengeveld e Mackenzie (2008) consideram a ordem linear dos elementos dentro da oração sob duas diferentes perspectivas: a organização hierárquica (ordenação de constituintes não configuracionais, ou seja, opcionais) e a organização não hierárquica (ordenação de constituintes configuracionais, ou seja, argumentais) de elementos. Além disso, dada a sistemática organização descendente da gramática, a ordenação de elementos começa com a expressão morfossintática das partes hierarquicamente organizadas nos níveis

Interpessoal e Representacional, iniciando pelas camadas mais altas e passando pelas mais baixas até chegar ao conteúdo e esquemas de predicação. O Nível Morfossintático contém os padrões de esquemas hierárquicos e não hierárquicos. Posições obrigatórias nos padrões para as quais não há material disponível serão preenchidas com elementos vazios (*dummies*).

Ao iniciar o processo de ordenação de constituintes em suas posições adequadas, quatro posições absolutas estão disponíveis dentro da oração: a posição inicial (P^I), uma segunda posição inicial (P^2),¹ a posição medial (P^M) e a posição final (P^F), sendo as posições periféricas (P^I e P^F) psicologicamente salientes. Outras posições podem ser definidas relativamente a essas quatro posições absolutas, ou seja, as línguas podem fazer uso da posição inicial (P^I) e suas expansões para a direita (P^{I+1} , P^{I+n}), da posição P^2 e suas expansões para a direita (P^{2+1} , P^{2+n}), da posição final (P^F) e suas expansões para a esquerda (P^{F-1} , P^{F-n}) e da posição medial (P^M) e suas expansões para a direita (P^{M+1} , P^{M+n}), para a esquerda (P^{M-1} , P^{M-n}) ou para ambas as direções (P^{M-N} ; P^{M-1} ; P^M ; P^{M+1} ; P^{M+N}).

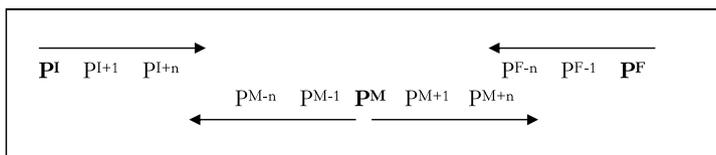


Figura 3.1: Posições absolutas e relativas da oração

Na ordenação hierárquica, os constituintes, no caso, modificadores, operadores e funções devem ser posicionados centripetamente, isto é, começando pelas margens da oração e dirigindo-

1 Ainda não é muito clara a aplicabilidade da posição P^2 em português. Parece-nos que tal posição pode ser ocupada por pronomes clíticos em casos de próclise, mas isso ainda necessita de comprovação. Portanto, neste trabalho, não consideramos a posição P^2 , o que não interfere na análise desenvolvida, uma vez que lidamos, essencialmente, com as posições marginais da oração, isto é, P^I e P^F .

-se para o centro. Modificadores do Nível Interpessoal preferem, quando já não estiverem preenchidas, as posições extraoracionais. Já os modificadores do Nível Representacional preferem se posicionar junto à Oração, começando pelas margens esquerda e direita e preenchendo, primeiramente, as posições absolutas para, então, criar as posições relativas.

No domínio da ordenação configuracional (ou não hierárquica), os constituintes oracionais são posicionados centrifugamente, iniciando pelo predicado e dirigindo-se para as margens. Na Figura 3.2, podemos observar essa nítida separação entre *ordenação hierárquica* e *ordenação configuracional* que atuam no processo de ordenação de constituintes em português (cf. Pezatti, 2010):

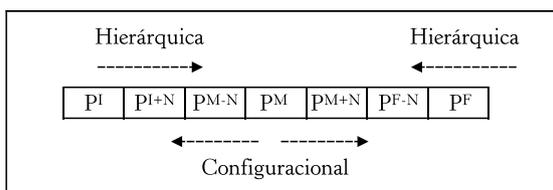


Figura 3.2: Ordenação de constituintes em português

Vários fatores podem interferir na determinação da ordenação de constituintes: fatores relativos às funções pragmáticas e à referenciação associam-se ao Nível Interpessoal; os relacionados às funções semânticas e à designação, ao Representacional; e os relacionados às funções sintáticas e à complexidade estrutural do item linguístico, ao Morfossintático. Se, em uma língua, a ordenação de constituintes é direcionada por funções pragmáticas, a colocação desses constituintes deve preceder a de outros constituintes, e tem preferência pelas posições marginais da oração, como em (91).

- (91) hoje ESSE BICHO dita as regras na sua casa... (AC-114; RO: L. 594)

(91a)	P^I	P^{I+1}	P^M	P^{M+1}	P^F
	hoje	esse bicho	dita	as regras	na sua casa

Em (91), o advérbio *hoje*, por carregar a função pragmática de Contraste (o falante contrasta uma informação nova com outra dada contextualmente), ocupa a posição P^I , reservada para elementos pragmaticamente marcados. Já o constituinte *esse bicho*, sujeito da oração, veicula a função pragmática de Tópico, por isso também se coloca no campo inicial da oração (P^{I+1}). Conforme já observado, a ordenação hierárquica precede a ordenação configuracional e, assim, a posição absoluta P^I deve ser preenchida por constituinte hierárquico, no caso de (91), pelo Modificador do Nível Representacional; o constituinte configuracional, por sua vez, informacionalmente saliente, deve preencher uma das posições relativas a P^I , posicionando-se, então, em P^{I+1} .

Padrões de ordenação nas Interrogativas de Conteúdo do Português Brasileiro

A ordem do constituinte interrogativo nas Interrogativas de Conteúdo

Natureza semântica e expressão morfossintática do constituinte interrogativo

Dik (1997b, p.258) caracteriza as interrogativas como expressões com as quais o falante sinaliza seu desejo de receber uma resposta verbal relevante do ouvinte, ou seja, são tipos de sentença que apresentam como força ilocucionária básica uma Ilocução Interrogativa, cuja representação formal está em (92):

(92) Int E: X: [Predicação estendida]

O operador Interrogativo (Int) é interpretado pragmaticamente como uma sinalização do falante para o ouvinte, de forma que este lhe forneça uma proposição verdadeira (X), cujo conteúdo está especificado na predicação. Dik (1997b) concebe diferentes tipos de construções interrogativas, conforme se apresenta no esquema da Figura 3.3 a seguir:

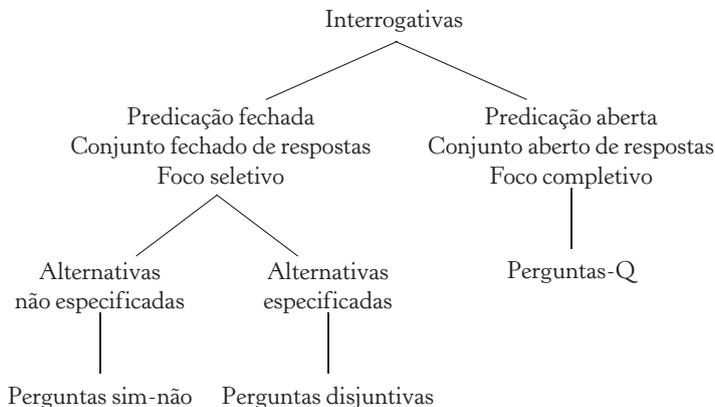


Figura 3.3: Tipos de construções interrogativas (Dik, 1997b, p.260)

A distinção é baseada principalmente no número de respostas possíveis que uma estrutura interrogativa pode ter: (i) interrogativas formadas a partir de uma predicação fechada (*closed predication*) apresentam um conjunto fechado de respostas (*closed answer set*), (ii) ao passo que interrogativas formadas a partir de uma predicação aberta (*open predication*) apresentam um conjunto aberto de respostas (*open answer set*).

Por um lado, as interrogativas de predicação fechada podem requerer como respostas alternativas especificadas, o que forma as perguntas disjuntivas (cf. (93a)), ou não, o que forma as perguntas polares (cf. (93b)):

- (93) a. O Pedro está indo para Londres ou para Paris?
 b. O Pedro está indo para Londres?

Por outro lado, segundo Dik (1997b), as Interrogativas de Conteúdo são formadas na base de uma “predicação aberta”, isto é, uma predicação em que pelo menos um elemento é deixado não especificado. Ainda segundo o autor, as Interrogativas de Conteúdo podem ser distinguidas pela (i) posição do constituinte interrogativo, que pode estar em posição canônica, denominada pergunta padrão (cf. (94a)), ou em posição especial P1, denominada pergunta focal (cf. (94b)), e pela (ii) ocorrência de clivagem (cf. (94c)):

- (94) a. O João foi à festa com quê?
 b. Quem você beijou na festa?
 c. O que é que Pedro encontrou na garagem?

A classificação estrutural das interrogativas, proposta por Dik (1997b), prevê a existência de cinco tipos de estruturas interrogativas:



Figura 3.4: Tipos de construções interrogativas II (cf. Liong, 1999, p.3)

A atenção deste trabalho está voltada para as interrogativas formadas a partir de predicações em que pelo menos um elemento é deixado não especificado (as predicações abertas). Esse constituinte não especificado é codificado por um elemento-*Qu*, ou por um constituinte interrogativo – um pronome ou advérbio interrogativo.

Na GDF, esse elemento não especificado caracteriza, no Nível Interpessoal, um Subato Referencial que, no Nível Representacional, corresponderá a um valor semântico (estatuto, categoria ou função semântica) e, no Nível Morfossintático, será codificado por meio de um pronome ou advérbio interrogativo.

Em outras palavras, segundo Mackenzie (2008), as Interrogativas de Conteúdo codificam categorias semânticas distintas, que se enquadram em uma escala que vai do mais concreto ao mais abstrato: indivíduo (x) > locação (l) > tempo (t) > modo (m) > quantidade

(q) > razão (r). Dessa forma, ao ser selecionada uma determinada categoria semântica no Nível Representacional, será selecionada, no Nível Morfosintático, uma palavra gramatical (pronomes ou pró-advérbio interrogativo) que corresponda a tal categoria.

Com base nos dados analisados, algumas correspondências entre a representação semântica do Subato Referencial interrogativo no Nível Representacional e sua codificação no Nível Morfosintático podem ser estabelecidas. Primeiramente, os constituintes interrogativos podem corresponder a argumentos da propriedade configuracional com diferentes macrofunções semânticas – Ativo (cf. (95a)) e Inativo (cf. (95b)):

- (95) a. **quem** escreveu alguma coisa sobre isso? (REC-EF-337)
 b. **o que** é que vocês diriam sobre isso? (REC-EF-337)

Em (95a), o constituinte interrogativo *quem* corresponde ao Argumento Ativo da Propriedade de dois lugares (*alguém escrever algo*), ao passo que em (95b) o constituinte interrogativo *o que* corresponde ao Argumento Inativo da Propriedade de dois lugares (*alguém dizer algo*).

Quando argumentais, os constituintes interrogativos, além de exercerem uma das macrofunções semânticas previstas pela GDF, podem designar categorias como Conteúdo Comunicado (cf. (96a)), Conteúdo Proposicional (cf. (96b)), Estado de Coisas (cf. (96c)), Indivíduo (cf. (96d)), Localização (cf. (96e)) e Quantidade (cf. (96f)):

- (96) a. **o que** é que vocês diriam sobre isso? (REC-EF-337)
 b. **o que** pensa o amigo a respeito? (19CZC-23)
 c. **o que** é que acontece? (REC-EF-337)
 d. nós vamos ter **o quê?** (SSA-EF-049)
 e. **onde** a hei de | metter? (19CZC-13)
 f. **quantos** o senhor deseja? (REC-EF-337)

A correlação que se pode estabelecer é a seguinte: (i) os constituintes interrogativos argumentais com função semântica Ativo designam, sempre, Indivíduos (x) e são codificados pelo pronomes

interrogativo *quem* posicionado sempre no campo inicial da oração, especificamente em P¹; (ii) já os com função semântica Inativo podem designar uma gama mais variada de categorias, que ultrapassa as apontadas por Mackenzie (2008): Conteúdos Comunicados (C), Conteúdos Proposicionais (p), Estados de Coisas (e), Indivíduos e Quantidade, codificados pelo pronomes *que*, *o que*, *quem*, no caso de Indivíduos, ou pelo pró-advérbio *quanto*, no caso de Quantidade.

Em propriedades de um lugar (cf. (97)) e relacionais (cf. (98a), (98b) e (98c)), o constituinte interrogativo pode ser o predicado da propriedade configuracional, como ocorre nos exemplos dispostos abaixo:

- (97) **como** é macaco? (PA-D2-291)
- (98) a. **onde** é que estão os economistas? (POA-EF-278)
 b. **quantos** são? (SP-D2-360)
 c. **com quem** foi 'Casa de Bonecas'?... (SP-DID-234)

Quando funcionam como predicados da propriedade configuracional, os constituintes interrogativos não desempenham nenhuma função semântica, já que somente se aplicam a constituintes argumentais. Em (97), o constituinte interrogativo é o predicado da propriedade de um lugar (*o macaco ser de algum modo*) e designa a categoria de Modo, codificado pelo pró-advérbio *como*. Já em (98a) e (98b), a propriedade relacional (*os economistas estarem em algum lugar e eles serem uma determinada quantidade*) apresenta como predicado o constituinte interrogativo que designa Locação, codificado pelo pró-advérbio *onde*, no caso de (98a), ou Quantidade, codificado pelo pró-advérbio *quanto*, no caso de (98b). Por fim, em (98c), a propriedade relacional apresenta como predicado o constituinte interrogativo que designa um indivíduo humano, codificado pelo pronome *quem* (a preposição *com* assinala a função de companhia atribuída a este indivíduo). Os constituintes que funcionam como predicados de propriedade configuracional, em sua maioria, designam Locação ou Modo, sendo codificados pelos pró-advérbios *onde* e *como*.

Os constituintes interrogativos podem ainda corresponder a modificadores, que designam apenas as seguintes categorias semânticas, conforme demonstram os dados analisados: *Locação* (cf. (99a)), *Tempo* (cf. (99b)), *Modo* (cf. (99c)) e *Razão* (cf. (99d)).

- (99) a. vocês encontraram **onde** isso?... (REC-EF-337)
 b. **quando** é que o aluno evidencia conhecimento?... (POA-EF-278)
 c. **como** ela desenha?... (SP-EF-405)
 d. **por que** tu disseste que acha(s) que ali entra a compreensão? (POA-EF-278)

Além das categorias semânticas acima listadas, os modificadores designam também a função semântica de *Propósito* (f), como exemplificado em (100). Nesse caso, é a preposição *para* que indica a função semântica *Propósito*, ao passo que o constituinte interrogativo *que* sinaliza a informação desconhecida pelo falante.

- (100) **Pra que** esperar? (20TDGa)

Podemos fazer uma correlação entre categorias semânticas designadas pelos constituintes interrogativos e seu estatuto dentro da propriedade configuracional:

Quadro 3.1: Correlação entre categoria e estatuto semânticos dos constituintes interrogativos

Argumentos					Modificadores				
C	p	e	x	q	l	m	t	r	f
					Predicados				

O Quadro 3.1 revela uma distinção entre as categorias designadas pelos argumentos e pelos modificadores, ao passo que ficam intermediárias aquelas que podem ser designadas por predicados. Sua expressão morfosintática ocorre por meio de elementos-*Qu* da língua, especificamente por pronomes ou pró-advérbios interrogativos. Aqui, também podemos traçar uma correlação:

Quadro 3.2: Correlação entre categoria semântica e expressão dos constituintes interrogativos

C	p	e	x	q	l	m	t	r	f
O que Que	O que Que	O que Que	O que Que Quem Qual	Quanto	Onde	Como	Quando	Por que	Para que

Natureza focal e posições oracionais do constituinte interrogativo

No Nível Interpessoal, o constituinte interrogativo representa um Subato Referencial a que se podem aplicar três diferentes combinações do operador de identificabilidade: (i) (+id, -s) para as perguntas típicas, (ii) (-id, +s) para as perguntas retóricas e (iii) (-id, -s) para as perguntas meditativas.

Essas diferentes configurações do operador de identificabilidade revelam que o constituinte interrogativo constitui, essencialmente, *informação nova*. Para Chafe (1976), a chave para a distinção entre informação nova e dada está na noção de consciência: uma informação assumida pelo falante como presente na consciência do ouvinte é dada, ao passo que a informação que o falante acredita estar introduzindo na consciência do ouvinte é nova. Isto é, na interação, os dois participantes compartilham uma série de informações e, ao mesmo tempo, algumas porções de informação estão disponíveis somente a um deles: a informação avaliada pelo falante como não presente na consciência do ouvinte é a informação nova, e sua contraparte representa a informação dada.

Para analisar a natureza do constituinte interrogativo, entretanto, deve-se revisar e expandir essa noção de Chafe (1976) a respeito do estatuto informacional dos itens linguísticos, uma vez que tal abordagem leva em conta apenas a avaliação que o falante faz da informação pragmática do ouvinte, não considerando o que o falante assume em relação a sua própria informação pragmática. É a interação entre esses dois aspectos que define a natureza das interrogativas e, assim, consideramos nova a porção informacional que representa a diferença entre o estado mental do falante e do

ouvinte, ao passo que o ponto comum entre o estado mental dos dois participantes representa a informação dada. Partindo dessa caracterização geral a respeito de informação dada e nova, levamos em conta, na caracterização da natureza pragmática do constituinte interrogativo, os diferentes tipos de Interrogativas de Conteúdo definidos neste trabalho.

Nas perguntas típicas, o constituinte interrogativo sinaliza a informação buscada pelo falante junto a seu ouvinte ou, segundo Hannay (1983), além de indicar o desejo de conhecimento por parte de quem pergunta e o apelo de que o informante o satisfaça, ele sinaliza a diferença entre a informação pragmática do falante e do ouvinte, o que indicia seu estatuto de novo. Quando o falante se vale de uma pergunta típica, há uma diferença parcial entre a informação pragmática do falante e do ouvinte: ambos compartilham alguma informação, porém o falante desconhece parte dessa informação que pressupõe ser conhecida pelo ouvinte (cf. (101)).

(101) Doc. **o que** a senhora gostaria de fazer? (SP-D2-360)

Na ocorrência (101), a única diferença entre a informação pragmática do falante e do ouvinte é a identidade do evento a ser efetivado, codificada pelo constituinte interrogativo, e dá a ele o estatuto de novo.

Já nas perguntas retóricas, o constituinte interrogativo não apresenta a informação desconhecida pelo falante, mas sim a informação que o falante deseja acrescentar à informação pragmática do ouvinte. Dessa forma, o constituinte interrogativo é uma informação nova e comunicativamente saliente, já que assinala a diferença entre as informações pragmáticas do falante e do ouvinte.

(102) a. Inf2 **entao** a UPC, **quer** dizer, **entao** eu comprei por um determinado número de UPCs **a UPC era o quê?** quarenta cruzeiros ou até menos, a UPC este trimestre que nós estamos está por cento e noventa e quatro (RJ-D2-355)

b. L2 **nada** e **quem não é apaixonado por Olinda?** pra ser apaixonado por Olinda não precisa ser olindense (REC-D2-005)

Tanto em (102a) como em (102b), o constituinte interrogativo é uma informação específica para o falante, mas, em sua pressuposição, não identificável para o ouvinte, configuração que caracteriza uma informação nova. Em (102a), a resposta possível para a interrogativa é dada pelo próprio falante na sequência do texto. Trata-se, portanto, de uma estratégia de chamar a atenção do ouvinte para uma determinada informação e de realçar tal informação, de forma a focalizá-la. Já em (102b), a resposta fica subentendida, porém isso não descaracteriza a não identidade de tal informação para o ouvinte conforme avaliada pelo falante e, muito menos, tira a propriedade de realce informacional da estrutura interrogativa.

Nas perguntas meditativas, já que funcionam apenas como uma exposição de dúvida, o constituinte interrogativo carrega uma informação nova, que, na pressuposição do falante, não faz parte de sua informação pragmática nem da de seu ouvinte.

- (103) Campos Salles déve ter toma | do posse – **quem serão os lagrados?**
 | - brêve se saberá, e Deus queria | que afinal não sejam todos, gregos | e troianos como me quer parecêr. | (19CZC-32)

A ocorrência em (103) mostra um momento em que o falante elucida uma dúvida ao ouvinte ou o incita a uma reflexão. O constituinte interrogativo é, portanto, uma informação nova buscada pelo falante, mesmo que, para ele, o ouvinte não seja capaz de respondê-la.

É certo, portanto, que o constituinte interrogativo corresponde a uma informação nova e, além disso, como afirma Hannay (1983), consiste na informação mais importante em um dado contexto comunicativo, o que nos leva a assumir que tal constituinte veicula a *função pragmática de Foco* conforme definida por Hengeveld e Mackenzie (2008).

Para Dik (1997b), o constituinte interrogativo apresenta Foco intrínseco, isto é, esse constituinte contém a função Foco intrinsecamente, o que explica o fato de a expressão formal dessas construções em muitas línguas coincidir com a de outras construções focais, como as orações cindidas ou as que assinalam uma posição

especial, tipicamente a posição inicial da oração, reservada para constituintes pragmaticamente proeminentes.

A atribuição da função pragmática Foco ao Subato interrogativo requer, no Nível Morfossintático, a mobilização de mecanismos especiais de expressão; no caso do constituinte interrogativo, o mecanismo mobilizado é a ordenação. Dik (1997b) assume que o constituinte interrogativo pode ocupar a posição inicial (cf. (104a)), ou a posição canônica, isto é, a posição que o termo não interrogativo correspondente assumiria em uma oração declarativa, estrutura comumente denominada *Qu-in-situ* (cf. (104b)):

- (104) a. **por que** o direito é um fenómeno social?... (REC-EF-337)
 b. essa gente (es)tá quieta **por quê?** (REC-EF-337)

De acordo com Dik (1997b), em (104a), um exemplo de pergunta focal, o constituinte interrogativo ocupa uma posição especial que abriga elementos marcados pragmaticamente, ou seja, a margem esquerda da oração, especificamente o campo inicial. Já em (104b), um exemplo de pergunta padrão, o constituinte interrogativo, de acordo com Dik (1997b), ocupa sua posição padrão ou canônica. Para o autor (cf. DIK, 1997b, p.282-3), há vantagens e desvantagens no uso de cada tipo de Interrogativo de Conteúdo:

• PERGUNTA FOCAL

(a) vantagens:

- (i) por ocupar a posição especial focal, o constituinte interrogativo ganha especial proeminência;
- (ii) como a posição focal é geralmente a posição inicial, o caráter interrogativo da sentença é marcado em um ponto inicial da estrutura linear;

(b) desvantagens:

- (i) o constituinte interrogativo ocupa uma posição diferente da que ocuparia na corresponde oração declarativa o que pode deixar mais difícil a reconstrução da estrutura subjacente da oração;

- (ii) pode haver uma longa distância entre a posição assumida pelo constituinte interrogativo e a posição canônica que o termo que está sob interrogação assumiria;
- (iii) Q-Foco permite a interrogação de uma menor variedade de constituintes;

• PERGUNTA PADRÃO

(a) vantagens:

- (i) a estrutura da pergunta não se diferencia da declarativa correspondente;
- (ii) dada a estrutura das declarativas, nenhuma regra especial é necessária para formar a pergunta;
- (iii) uma vez que a estrutura relacional da pergunta é facilmente recuperável, uma variedade maior de constituintes pode ser questionada;

(b) desvantagens:

- (i) o constituinte interrogativo não ganha muita proeminência e, assim, o estatuto interrogativo da oração não é muito claro;
- (ii) quando o constituinte interrogativo ocupa a posição final na oração, só se torna aparente que é uma pergunta quando a sentença está bem encaminhada.

Considerando o padrão de ordenação oferecido pela GDF, os constituintes interrogativos, em razão de sua natureza focal, podem ocupar ou o campo inicial da oração, especificamente a posição P^I (cf. (105)), ou o campo final da oração, especificamente a posição P^F (cf. (106)), duas posições psicologicamente salientes na oração responsáveis por abrigar constituintes com estatuto pragmático especial.

(105) e o **que** a senhora considera uma boa peça teatral? (SP-DID-234)

	$P^{pré}$	P^I	P^{I+1}	P^M	P^{M+1}
(105a)	e	o que	a senhora	considera	uma boa peça teatral

(106) ele também pode fazer **o quê?** (SA-DID-231)

	P ^I	P ^{M-1}	P ^M	P ^F
(106a)	ele	também	pode fazer	o quê

Ou seja, no PB, há duas posições pragmaticamente salientes para abrigar constituintes como os pronomes ou pró-advérbios interrogativos, marcados pragmaticamente por sua natureza focal, o que nos conduz a algumas implicações que levam a caminhos de análise diferentes dos propostos por Dik (1997b).

Primeiramente, não consideramos as *Qu-in-situ* estruturas cujo constituinte interrogativo ocupa sua posição canônica, ou melhor, situa-se na posição que seu correspondente não interrogativo se situaria; ao contrário, nas *Qu-in-situ*, o constituinte interrogativo ocupa os domínios de P^F, a posição pragmaticamente saliente, conforme demonstra o exemplo (107) abaixo:

(107) vocês encontraram **onde** isso?... (REC-EF-337)

	P ^I	P ^M	P ^{F-1}	P ^F
(107a)	vocês	encontraram	onde	isso

Na Interrogativa de Conteúdo, disposta em (107), o campo final da oração está ocupado por dois constituintes marcados pragmaticamente: o pronome dêitico *isso*, argumento Inativo do verbo, que, por carregar a função pragmática de Tópico, posiciona-se em P^F, e o constituinte interrogativo, que se posiciona em P^{F-1}. Argumentos inativos do verbo, geralmente, ocupam as expansões à direita do verbo, ou seja, P^{M+1}, P^{M+n}; em (107), a atribuição de Tópico ao Subato Referencial faz com que o falante o posicione em P^F. O constituinte interrogativo funciona como um modificador de locação, e, como os modificadores de locação atuam na camada do Estado de Coisas, devem se posicionar no campo medial da oração, especificamente após o verbo ou o argumento inativo, quando expresso. Em (107), o constituinte interrogativo, anteposto ao argumento inativo, ocupa o campo final da oração em razão de sua natureza focal, o que sobrepuja determinações de ordem semântica. Dessa forma, é

difícil que assumamos que as *Qu-in-situ* representam casos em que o constituinte interrogativo ocupa a ordem canônica ou a ordem padrão de sua contraparte declarativa, fato que nos leva a não adotar a denominação “*Qu-in-situ*” neste trabalho.

Em segundo lugar, não se admite que, quando ocupam o campo inicial, os constituintes interrogativos apresentam maior proeminência do que quando ocupam o campo final da oração. Na verdade, acreditamos que as duas posições – P^I e P^F – estão disponíveis ao falante, no momento da codificação morfossintática, para abrigar os constituintes pragmaticamente marcados, e as diferentes ordenações refletirão diferentes estratégias pragmático-discursivas do Falante.

No inglês, segundo Dik (1997b), a ocorrência de uma estrutura interrogativa com o constituinte interrogativo em posição final é restrita ao contexto de perguntas eco: uma pergunta dirigida por alguém que não escutou ou entendeu precisamente o que o outro disse ou não pode acreditar no que ele acabou de ouvir. Os dados diacrônicos e sincrônicos aqui analisados revelam que, no PB, esse condicionamento discursivo-pragmático não se aplica: perguntas prototípicas (cf. (108) e (109)), retóricas (cf. (110) e (111)) ou meditativas (cf. (112) e (113)) podem ter o constituinte interrogativo em posição inicial ou final.

- (108) *Doc. E dos instrumentos musicais qual você **prefere**?* (PA-DID-45)

	P^I	P^{I+1}	P^M
(108a)	qual	você	prefere

- (109) *Doc o interior do cinema que se compoe o cinema? na hora que a senhora en::tra antes de entrar::o que que aconte::ce eu gostaria que a senhora me dissesse como se a senhora fosse entrar no cinema tá?... entao a senhora o que que a senhora faz primeiro? a senhora chega no cinema a **senhora vai para onde**? faz o quê?* (SP-DID-234)

	P^I	P^M	P^F
(109a)	a senhora	vai	para onde

- (110) CHIQUINHA – Tens habilidade! Mas dize-me, Maricota, **que esperas tu com todas essas loucuras e namoros?** Que planos são os teus? (*Levanta-se.*) Não vês que te podes desacreditar? (19TMPb)

	P ^I	P ^M	P ^{F-1}	P ^F
(110a)	que	esperas	tu	com todas essas loucuras e namoros

- (111) ELZA: Um novo sequestro. E depois mais prisões, mais tortura, mais assassinatos. E até quando? **E tudo isso leva a quê?** A nada! Ou quem sabe até não estamos fazendo o jogo do inimigo, dando uma justificativa para a escalada da violência? Será que não estamos fazendo justamente o que eles querem? (20TDGc)

	P ^{pré}	P ^I	P ^M	P ^F
(111a)	e	tudo isso	leva	a quê

- (112) CONCEIÇÃO – Obrigada. (*Soa a cigarra*) Vá vêr quem é. (*Natália sai – Conceição retira da arca uma sunginha de lã, dessas que vestem o bebê dos pés à cabeça – Contempla-a, estendida no ar, e pergunta a si mesma*) – **Quem será?!** (20TJCb)

	P ^I	P ^M
(112a)	quem	será

- (113) ELZA - **Crescendo como, Mário**, se a cada dia cai um companheiro? Depois do sequestro do Embaixador, quantos já caíram, quantos já foram mortos? Perdemos vários grupos de ação. E não só nós, o PC do B, o MR-8, a Val-Palmares, todos estão perdendo quadros todos os dias. Só estamos crescendo nas prisões e nas salas de tortura. (20TDGc)

	P ^M	P ^F	P ^{pós}
(113a)	crescendo	como	Mário

A posição P^I abriga qualquer constituinte interrogativo, independentemente de sua categoria semântica ou de seu estatuto (núcleo, modificador ou operador). Sua natureza nova e focal, ou seja,

o peso da função pragmática Foco sobrepuja o das categorias do Nível Representacional na linearização desse constituinte (cf. (114) a (121)).

- (114) Senti saber que Mãe não tem passado bem; **que tem ella?**; o Moreira já a examinou? ; o que disse?. É exacto que ha mais de 15 dias não lhes escrevo, mas para que hei de eu escrever-lhes para lhes dar aborrecimentos dos que ando cheio a mais não poder?? (20CLA-11)

	P^I	P ^M	P ^F
(114a)	que	tem	ella

- (115) Também leva a innocencia do baptismo, base necessária para o exercicio da Virtude Estou só com Deus. **O que queres ?** O Padre Jeronymo com 28 annos devia me estar substituindo. (20CFP-29)

	P^I	P ^M
(115a)	o que	queres

- (116) De mais se os Velhos teem-nos á nós hoje que na medida do possível lhes auxiliamos, **quem terei eu para auxiliar-me no dia que precisar?** (20CLA-10)

	P^I	P ^M	P ^{F-1}	P ^F
(116a)	quem	terei	eu	para auxiliar-me no dia que precisar

- (117) No mesmo pacote de Cartas escrevi uma ao meu amigo nosso amigo vosso Tio [*inint.*] É esquisito ! Nada eu perco [□] **onde estará o pacote ?** (19CZC-54)

	P^I	P ^M	P ^F
(117a)	onde	estará	o pacote

- (118) Não sei se Maria Lyra teria recebido a vida de Mãe, sentirei muito se ella o tiver recebido e Vou ho-je escrever-lhe perguntando; mas

<quando> **chegará lá essa carta?** Si lhe mandasses um outro ou lhe escrevesses, não seria bom? (20CFP-45)

	P ^I	P ^M	P ^{M+1}	P ^F
(118a)	quando	chegará	lá	essa carta

- (119) O Ceo derrame sobre toda a tua | pequena familia todas as graças que pode apetercer-te a minha sincera estima, a nossa antiga e boa | amizade: e **como te peza o fardo dos trabalhos publicos?** Tem assas de bom senso os teus os nossos | patricios para fazerem justiça às tuas boas qualidades e merecimento. (19CZC-08)

	P ^{pré}	P ^I	P ^{M-1}	P ^M	P ^F
(119a)	e	como	te	peza	o fardo dos trabalhos publicos

- (120) Pelo que Papae me escreve da claramente a entender que elles se dispoem a mandar o Guga em condicções de ordenado iguaes as que elle tem agora. Ora isto è um absurdo porquanto todos nós sabemos que si elle està ganhando este ordenado deve unicamente as *suas* relações com o Weinschenck e a prova esta o Guimba que nada tem conseguido por estar ahi sosinho. Como pois pretender a mesma couza aqui? O Bebeto **quanto ganhou nos primeiros mezes?** Depois não se pode confundir um emprego no commercio em caza de um irmao e em uma praça de futuro comoa de São Paulo com um emprego de Companhia onde o sujeito sae sabendo unicamente o serviço daquella companhia e em caso de estar um dia despedido tem de começar de novo, o que nao acontece com o empregado do commercio que accumula, hora a hora, dia a dia, mez a mez e anno a anno um CAPI-TAL precioso que è a practica de um ramo de negocio. (20CLA-02)

	P ^{pré}	P ^I	P ^{M+1}	P ^F
(120a)	o Bebeto	quanto	ganhou	nos primeiros mezes

- (121) Então já soube que andei bambo, e bem bambo, com doença de fígado? Uma retenção de bilis que me deixou num desânimo de morte. Perdi 4 quilos e fiquei amarelo feito chim. A coisa durou mais de mês. Entrei na dieta e agora estou melhor. No mais feito da crise não

me lembrei que contava entre os amigos um hepático de fama como você. Foi aquele vizinho fronteiro médico que me encontrando um dia disse: **Por que você não toma aquele remédio que eu dei uma vez a seu amigo que morava com você?** (20CMB-53)

	P ^I	P ^{I+1}	P ^{M-1}	P ^M	P ^{M+1}
(121a)	por que	você	não	toma	aquêle remédio que eu dei uma vez a seu amigo que morava com você

A posição P^F, por sua vez, também pode abrigar constituintes interrogativos de diferentes categorias semânticas e estatutos. Mais uma vez, a natureza pragmática, especificamente a atribuição da função pragmática de Foco, governa tal ordenação no campo final da oração (cf. (122) a (126)).

(122) Escrivão - Vossa Senhoria não se envergonha, sendo um juiz de paz?

Juiz – **Envergonhar-me de quê?** O senhor ainda está muito de cor. Aqui para nós, que ninguém nos ouve, quantos juizes de direito há por estas comarcas que não sabem aonde têm sua mão direita, quanto mais juizes de paz. E além disso, cada um faz o que sabe. (*Batem.*) Quem é? (19TMPa)

	P ^M	P ^{M+1}	P ^F
(122 ^a)	envergonhar	me	de quê

(123) O LÍRICO – Naturalmente porque deixei de ter companhias líricas.

APOLO – **Deixou por quê?**

O LÍRICO – Porque o público não quer. (19TAAb)

	P ^M	P ^F
(123a)	deixou	por quê

(124) GORILA: Tá em dia no aluguel. Mas ta devendo.

JUSTINO: **Devendo o que?!** (20TDGa)

	P ^M	P ^F
(124a)	devendo	o que

- (125) ELZA: Um novo sequestro. E depois mais prisões, mais tortura, mais assassinatos. E até quando? **E tudo isso leva a que**? A nada! Ou quem sabe até não estamos fazendo o jogo do inimigo, dando uma justificativa para a escalada da violência? Será que não estamos fazendo justamente o que eles querem? (20TDGc)

	P ^{Pré}	P ^I	P ^M	P ^F
(125a)	e	tudo isso	leva	a que

- (126) Inf2 então a UPC, quer dizer, então eu comprei por um determinado número de UPCs **a UPC era o quê**? quarenta cruzeiros ou até menos, a UPC este trimestre que nós estamos está por cento e noventa e quatro (RJ-D2-355)

	P ^I	P ^M	P ^F
(126a)	a UPC	era	o quê

Em relação a esses dois padrões de ordenação, Dik (1997b) assume que, em muitas línguas, eles podem estar em oposição, quando o posicionamento no campo inicial ou no campo final do constituinte interrogativo resulta em construções com diferentes propriedades pragmáticas (como o inglês, que diferencia as perguntas eco das não eco). Contudo, em outras línguas, essas duas estratégias podem estar em variação livre, quando a aplicação de uma ou outra estratégia é opcional.

Integrando esse segundo grupo, isto é, partindo da ideia de que essas duas estratégias de estruturação das Interrogativas de Conteúdo estão em variação, Oushiro (2011) defende que o posicionamento do constituinte interrogativo em posição final está condicionado a fatores pragmáticos e morfossintáticos: por um lado, quanto aos aspectos discursivo-pragmáticos, tal emprego depende fundamentalmente do fluxo de informação no aqui e agora da conversação, já que há uma maior tendência em se posicionar no campo final da oração o constituinte interrogativo quanto maior for a previsibilidade da pergunta; por outro lado, quanto aos aspectos

morfossintáticos, a variação se correlaciona (i) à distância do movimento do constituinte interrogativo – quanto maior o movimento, maior a tendência de o constituinte estar ao final da oração – e (ii) a sua obrigatoriedade ou não na sentença – quanto menor a obrigatoriedade, tende-se a posicionar o constituinte interrogativo em posição final. Por fim, Oushiro (2011) comenta que as *Qu-in-situ* são favorecidas em sentenças curtas, embora a própria autora entenda tal correlação de outra forma: a *Qu-in-situ* é que favorece a concisão da sentença interrogativa.

Por sua natureza focal e pragmaticamente saliente, o constituinte interrogativo pode ocupar tanto a posição inicial como a final da oração interrogativa, ou seja, há, essencialmente, um único princípio, a atribuição da função pragmática de Foco, governando o posicionamento do constituinte interrogativo. Não acreditamos, contudo, que o PB seja uma língua que se enquadre totalmente no segundo grupo previsto por Dik (1997b), e muito menos que se enquadre perfeitamente no primeiro grupo. O ponto-chave é que não consideramos essas duas estratégias de ordenação como variantes livres e opcionais, mas, ao contrário, mesmo visualizando um princípio comum que governa as duas ordenações, acreditamos que uma estrutura interrogativa com o constituinte interrogativo em posição final apresenta alguma propriedade pragmática diferente de uma estrutura interrogativa com o constituinte interrogativo em posição inicial. Outra questão é que partimos da hipótese de que a possibilidade de posicionar o constituinte interrogativo em posição final é fruto de um processo histórico de mudanças no sistema linguístico, ou melhor, são estruturas que se originam, historicamente, a partir das interrogativas com o constituinte interrogativo em posição inicial, por meio de mudanças linguísticas que atingem a estrutura das interrogativas e que se correlacionam a outras duas mudanças que se implementam ao longo da história do PB e, assim, afetam o sistema de estruturação das Interrogativas de Conteúdo: (i) a mudança da ordem VS para a SV, que também atinge as sentenças declarativas (cf. Berlinck, 1989; Pezatti; Camacho, 1997), e (ii) o surgimento

do expletivo “é que”, que, como afirma Longhin (1999), faz parte do sistema da língua portuguesa já no século XVII e XVIII.

O posicionamento do constituinte interrogativo na margem direita, especificamente em P^F ou em suas expansões à esquerda da oração (P^{F-1}, P^{F-n}), está relacionado à atribuição de duas propriedades pragmáticas no Nível Interpessoal: a função pragmática de Foco, o que licencia sua posição em P^F, e o operador de Ênfase no Subato Referencial interrogativo, codificado por um acento tônico no Nível Fonológico.

- (127) Ernestina. – Oh! foi um sonho que passou! Hoje só vivo de ti, por ti e para ti! A propósito: vamos à Rua do Ouvidor?
Eusébio. – **Fazê o quê?** (19TAAa)

	P ^M	P ^F
(127a)	fazer	o quê

A Ênfase aplicada ao Subato Referencial é uma estratégia de que se vale o falante para direcionar a atenção de seu ouvinte à informação que deseja destacar naquele dado momento da interação. Dessa forma, a atribuição de Ênfase depende do aqui e agora da interação. Oushiro (2011) vê esse condicionamento do aqui e agora da conversação a partir, essencialmente, da previsibilidade da pergunta; para nós, o aqui e agora da conversação, ou melhor, da interação depende das respostas e dos estímulos que o ouvinte fornece ao falante, já que o desejo de ele reforçar uma informação nova, de modo a chamar a atenção do outro, advém de suas pressuposições em relação à maneira como esse outro processa, ou está processando, a troca informacional dentro da interação.

Um exemplo interessante desse condicionamento encontra-se nos dados de Elocuções Formais do NURC – ou melhor, no gênero aula. Nesse contexto, conforme nos mostram os dados, as interrogativas com constituinte em posição final restringem-se aos contextos das perguntas retóricas, especificamente naqueles contextos em que a pergunta retórica é acompanhada de uma res-

posta, ou, como denomina Oushiro e Nasser (2011), perguntas de estruturação do discurso. Tal condicionamento já era previsto por Oushiro (2011): segundo a autora, as perguntas de estruturação do discurso favorecem o emprego do constituinte interrogativo em *posição final*, uma vez que colaboram com a manutenção do turno e funcionam como uma estratégia cognitiva para o processamento da informação, postergando a introdução de novas informações para a última parte da sentença.

Esse aspecto caracteriza o Tópico Novo de Dik (1997b), ou seja, a introdução de um referente no discurso. Nos casos das Interrogativas de Conteúdo, dispor o constituinte interrogativo em posição final parece contrariar a regra de colocação de elementos focais em posição inicial, o que dá um efeito de estranhamento para a estrutura. Dik (1997b) já afirmava que as Interrogativas de Conteúdo com constituinte em posição final são mais difíceis de processar e, dessa forma, no aqui e agora da interação, chamam mais a atenção do ouvinte, o que caracteriza seu grande número de ocorrência em contextos de pergunta retórica nas Elocuções Formais: proferidas pelo professor, que busca chamar a atenção de seus alunos naquele momento da interação, as perguntas retóricas introduzem uma nova informação e, principalmente, marcam um relevo positivo no processamento textual, de modo a focalizar e enfatizar partes do texto. As interrogativas com constituinte interrogativo em posição final são, portanto, acima de tudo construções enfáticas, efeito de sentido que as diferencia das interrogativas com o constituinte interrogativo em posição inicial.

A tonicidade que representa formalmente, no Nível Fonológico, o operador de Ênfase atribuído ao constituinte interrogativo em posição final é evidenciada por dois fatos levantados nos dados do *corpus* de análise e por um fato levantado por Castilho (2010).

Primeiramente, se focalizarmos os dados de interrogativas com constituintes interrogativos argumentais, na função de sujeito ou objeto direto, posicionados no campo inicial da oração, especificamente em P¹, nota-se que esse constituinte pode ser codificado

pelos pronomes *que* ou *o que*, conforme demonstram (128) e (129) a seguir.

- (128) Ora, eu sei perfeitamente que tens muito trabalho, este, porem, não chegará ao ponto de inibir que escrevas umas 2 linhas como solução d'um assumpto que sem nenhum motivo levaste aos Velhos só para abor-recel-os e iquietal-os, uma vez que nada mais mandaste dizer. **O que tem finalmente o Edgard?** Está de cama? Está na loja? Tem algum defeito na perna? Sente dores? Tem alguma ferida? Enfim escreva uma carta com um pouco de bom senso, de modo que de uma vez eu possa socegar os velhos. É urgente tua resposta. (20CLA-05)

	P ^I	P ^M	P ^{F-1}	P ^F
(128a)	o que	tem	finalmente	o Edgard

- (129) Senti saber que Mãme não tem passado bem; **que tem ella?**; o Moreira já a examinou? ; o que disse?. É exacto que ha mais de 15 dias não lhes escrevo, mas para que hei de eu escrever-lhes para lhes dar aborrecimentos dos que ando cheio a mais não poder?? (20CLA-11)

	P ^I	P ^M	P ^F
(129a)	que	tem	ella

Em (128) e (129), os dois constituintes interrogativos designam a mesma categoria semântica, a de Indivíduo (x), ambos são argumentos Inativos da propriedade configuracional, especificamente de uma propriedade de dois lugares, e aos dois se atribui a função pragmática de Foco. Podemos perceber, entretanto, que, na posição inicial, tal constituinte pode ser codificado pelo pronome *o que* ou *que*, o que mostra a possibilidade de redução fonética do pronome ou pró-advérbio interrogativo. Em (128), além da função pragmática de Foco, que posiciona o constituinte em P^I, é atribuído ao constituinte interrogativo o operador de Ênfase, codificado, no Nível Fonológico, por meio de um acento tônico. Já em (129), ao

constituente interrogativo é aplicado somente a função de Foco, que o posiciona em P^I e, no Nível Fonológico, não recebe acento tônico.

Um segundo fato é que, em todas as estruturas interrogativas com o constituinte interrogativo, argumento do verbo, em posição final, como (130) e (131) a seguir, o pronome interrogativo utilizado é *o quê*. A presença do artigo antes do pronome interrogativo mostra que a ele é aplicada uma tonicidade não existente em *que*, por exemplo. Nas Interrogativas de Conteúdo, o pronome *o quê* pode ocupar tanto a posição inicial como a final e, em ambas as posições, ele apresenta uma leitura focal, o que se manifesta por seu posicionamento ou em P^I ou em P^F, e enfática, caracterizada pela tonicidade do pronome interrogativo. Nesse ponto, acreditamos que o PB se caracteriza como uma língua cujas estratégias de ordenação do constituinte interrogativo estão em variação livre.

(130) Ernestina. – Oh! foi um sonho que passou! Hoje só vivo de ti, por ti e para ti! A propósito: vamos à Rua do Ouvidor?

Eusébio. – **Fazê o quê?**

Ernestina. – Quero mostrar-te na vitrine do Luís de Resende o tal colar de que te falei. (19TAAa)

	P ^M	P ^F
(130a)	fazê	o quê

(131) Dentre os elementos encontrados no mediastino anterior...entao... para adiante...aquele plano por dian/ ...passado por diante da traquéia...e sua bifurcação...para trás...**nós vamos encontrar o quê?**...nós vamos encontrar a coluna dorsal...para os lados... (SSA-EF-049)

	P ^I	P ^M	P ^F
(131a)	nós	vamos encontrar	o quê

Esse fato evidencia que, na posição final, os constituintes interrogativos não podem sofrer redução fonológica. Sentenças como (130) e (131) acima não seriam boas para o PB com o pronome *que*.

Suas versões com o constituinte interrogativo reduzido fonologicamente não parecem ser naturais para o PB.

(130b) *Fazê quê?

(131b) *nós vamos encontrar quê?

Castilho (2010), ao discorrer sobre a focalização dos constituintes interrogativos em posição inicial por meio de *é que* ou *que*, afirma que, na língua falada, a gramaticalização dessas estruturas de focalização dá origem às seguintes expressões:

(132) a. **Quique** você disse?

b. **Cumeque** você vai se sair dessa?

(cf. Castilho, 2010, p.326)

É clara, nesses exemplos, a possibilidade de redução fonológica do constituinte interrogativo em posição inicial e, além disso, de elisão com os constituintes que o seguem, especialmente com os expletivos *é que* e *que*, o que não seria natural ocorrer com o constituinte interrogativo em posição final.

Defendemos, portanto, que há um condicionamento discursivo-pragmático por trás da ordenação do constituinte interrogativo: a atribuição da função pragmática Foco faz com que, na estrutura oracional, esse constituinte ocupe ou o campo inicial, especificamente P^I, ou o campo final, especificamente P^F ou suas expansões à esquerda (P^{F-1}, P^{F-n}).

Além disso, uma segunda estratégia pragmática está envolvida na linearização desse constituinte na oração interrogativa: a aplicação do operador de Ênfase codificada pelo acento tônico no Nível Fonológico. Com base na possibilidade de redução e elisão fonológica do constituinte, o que se evidencia intuitivamente ou nos próprios dados coletados, podemos perceber que a posição final abriga os constituintes ao qual o falante aplica o operador de Ênfase. Dessa forma, acreditamos que as interrogativas com o constituinte interrogativo em posição final são, além de focais, construções enfáticas.

Dessa forma, acerca da ordenação do constituinte interrogativo, podemos chegar a três padrões que caracterizam o PB:

Quadro 3.3: Padrões de ordenação do constituinte interrogativo

	Posição	Tipo de pronome/pró-advérbio	Função pragmática
(i)	P ^I	que, quem, qual, onde, quando, como, quanto, por que	Foco
(ii)	P ^I	o que	Foco + Ênfase
(iii)	P ^F	o que, quem, onde, quando, como, quanto, por que	Foco + Ênfase

Uma análise similar a esta que propomos pode ser vista nos trabalhos de Stanchev (1987; 1997) para as Interrogativas de Conteúdo do Búlgaro, ainda dentro da linha da GF de Dik (1997a; 1997b).

Stanchev (1987, 1997) admite haver uma ordenação padrão para os constituintes de Interrogativas de Conteúdo em búlgaro: P1 V S O/X, sendo P1 preenchida pelo constituinte interrogativo, como em (133) abaixo.

- (133) a. Kakvo kupi Ivan vőera? P1 V S X
 o quê comprou Ivan ontem
 O quê o Ivan comprou ontem?
 b. Koga kupi Ivan kniga? P1 V S O
 quando comprou Ivan o livro
 Quando o Ivan comprou o livro?

Stanchev (1997) admite, entretanto, que o constituinte interrogativo pode se alocar em outras posições que não a inicial, conforme observamos em (134) abaixo.

- (134) a. Ivan vchera kupi kakvo? S X V Q
 Ivan ontem comprou o quê
 O Ivan comprou o quê ontem?
 b. Ivan (vchera) kupi kniga kude? S (X) V O Q
 Ivan (ontem) comprou o livro onde?
 O Ivan comprou o livro (ontem) onde?

Segundo a autora, o constituinte interrogativo normalmente precede o verbo, podendo, também, ocupar a posição pós-verbal, sem nunca se posicionar entre o verbo e o objeto. Além disso, Stanchev (1997, p.125) admite que os constituintes interrogativos em

búlgaro, ao serem posicionados no campo final da oração, estão sob a influência de um acento tônico, carregando Foco enfático.²

Observamos, portanto, que, assim como no PB, o búlgaro admite duas ordenações possíveis para o constituinte interrogativo: inicial e final. Ambas as posições são governadas pela atribuição da função pragmática Foco ao constituinte interrogativo; quando no campo final da oração, o constituinte interrogativo carrega uma segunda propriedade pragmática, a Ênfase, codificada fonologicamente por um acento tônico.

Natureza tópica e posições oracionais do Sujeito em Interrogativas de Conteúdo

Nas Interrogativas de Conteúdo, quando presentes, os Sujeitos constituem expressões referenciais, ou seja, aludem a alguma entidade presente na situação comunicativa (dêixis) ou no próprio texto (foricidade). Dessa forma, os Sujeitos, nas sentenças interrogativas, manifestam-se como expressões dêíticas (cf. (135), (136) e (137)) ou fóricas, geralmente anafóricas (cf. (138)).

- (135) Então já soube que andei bambo, e bem bambo, com doença de fígado? Uma retenção de bilis que me deixou num desânimo de morte. Perdi 4 quilos e fiquei amarelo feito chim. A coisa durou mais de mês. Entrei na dieta e agora estou melhor. No mais feio da crise não me lembrei que contava entre os amigos um hepático de fama como você. Foi aquele vizinho fronteiro médico que me encontrando um dia disse: **Por que você não toma aquele remédio que eu dei uma vez a seu amigo que morava com você?** (20CMB-53)

	P ^I	P ^{I+1}	P ^{M-1}	P ^M	P ^{M+1}
(135a)	por que	você	não	toma	aquele remédio que eu dei uma vez a seu amigo que morava com você

2 No original: “Q-words in Bulgarian may be placed in clause-final position under heavy stress, i.e. bear strong Focus” (Stanchev, 1997, p.125).

- (136) **Carolina** – Temos o mérito da franqueza. **Que importa que esses senhores que passam por sisudos e graves nos condenem e nos chamem perdidas?...** O que são eles?... Uns profanam a sua inteligência, vendem a sua probidade, e fazem um mercado mais vil e mais infame do que o nosso, porque não tem nem o amor nem a necessidade por desculpa; porque calculam friamente. Outros são nossos cúmplices, e vão, com os lábios ainda úmidos dos nossos beijos, manchar a fronte casta de sua filha, e as carícias de sua esposa. (19TJA)

	P ^I	P ^M	P ^F
(136a)	que	importa	que esses senhores que passam por sisudos e graves nos condenem e nos chamem perdidas

- (137) **Maria Rosa** – Estou moída! Já mexi dous alqueires de farinha.
Aninha – Minha mãe, aqui está o café.
Maria Rosa – Bota aí. **Aonde estará aquele maldito negro?** (19TMPa)

	P ^I	P ^M	P ^F
(137a)	aonde	estará	aquele maldito negro

- (138) Falas-me em uma carta de D. Elsa Bastos sobre Leonor, mas não a recebi, provavelmente te esqueceste de m'a man-[*inint.*]. **Que diz ella?** fiquei bastante receiosa. Mas entrego essa pobre e infeliz irmã-sinha nas mãos de Deus. (20CFP-42)

	P ^I	P ^M	P ^F
(138a)	que	diz	ella

Observando esses exemplos, o Sujeito, um Subato Referencial, em Interrogativas de Conteúdo, é o responsável por assinalar como o Conteúdo Comunicado da interrogativa se relaciona com o registro gradualmente construído no Componente Contextual, ou melhor, é ele que relaciona a totalidade do que o falante deseja evocar na interação ao contexto linguístico (ou cotexto), assinalando sua

funcionalidade fórica, e extralinguístico, assinalando sua funcionalidade dêitica. Além disso, esse Sujeito é sempre determinado e definido, o que implica sua referência a uma entidade já disponível tanto na informação pragmática do falante, como na do ouvinte, ou seja, corresponde ao ponto comum entre a informação pragmática do falante e do Ouvinte, o que se marca pelo operador (+id, +s) aplicada ao Subato Sujeito. Portanto, por se tratar de uma informação dada, o Sujeito carrega a função pragmática de Tópico.

Dessa forma, devido a sua natureza pragmática saliente, ou melhor, a sua natureza tópica, o Sujeito posiciona-se ou no campo final da oração, especificamente em P^F ou em suas expansões à esquerda (P^{F-1} , P^{F-n}), ou no campo inicial da oração, especificamente nas expansões à direita de P^I , como P^{I+1} , já que, como carrega a função de Foco, o constituinte interrogativo já se posiciona em P^I .

- (139) há três perspectivas que vocês leram de novo... isso aí para vocês duas mais do que para eles... eles apenas como reforço didático porque inclusive... já... le:ram e tive:ram um pouco... **o que significa isso?** há três perspectivas... em olhar num é? o direito... o fenômeno jurídico... você olha... o fenômeno jurídico... através de uma perspectiva... chamada/ querem me ajudar ((intervenção de locutor acidental)) alguém? de uma perspectiva/ Fernando você que... (REC-EF-337)

	P^I	P^M	P^F
(139a)	o que	significa	isso

- (140) ah:: entao é muito pequenininho Valdério seu irmão... irmao ou irma?... ((vozes))...desenha uma mesa?... ((risos))... **como ela desenha?...** (SP-EF-405)

	P^I	P^{I+1}	P^M
(140a)	como	ela	desenha

É interessante notar que, em Interrogativas de Conteúdo com o constituinte interrogativo em posição final, o Sujeito, quando ex-

presso, sempre se posiciona no campo inicial da oração (cf. (141)), o que é favorável a nossa proposta de mudança linguística do PB.

- (141) Doc. o interior do cinema que que se compoe o cinema? na hora que a senhora en::tra antes de entrar::o que que aconte::ce eu gostaria que a senhora me dissesse como se a senhora fosse entrar no cinema tá?...entao a senhora o que que a senhora faz primeiro? a senhora chega no cinema **a senhora vai para onde?** faz o quê? (SP-DID-234)

	P^I	P^M	P^F
(141a)	a senhora	vai	para onde

Partindo dos exemplos acima, e cruzando com o padrão de ordenação de constituintes interrogativos, obtemos três padrões de estruturação das Interrogativas:

Quadro 3.4: Padrões de ordenação de constituintes em Interrogativas de Conteúdo

(i)	Constituinte interrogativo	Verbo	Sujeito
	Foco		Tópico
	P ^I	P ^M	P ^F
(ii)	Constituinte interrogativo	Verbo	Sujeito
	Foco		Tópico
	P ^I	P ^M	P ^{I+1}
(iii)	Sujeito	Verbo	Constituinte interrogativo
	Tópico		Foco
	P ^I	P ^M	P ^F

A clivagem nas Interrogativas de Conteúdo do Português Brasileiro: natureza enfática e estrutura morfossintática

Adotando um ponto de vista mais formal, Braga et al. (2009) afirmam que podemos entender a clivagem como uma operação que se aplica a uma sentença qualquer, como (142a) e (142c), e a

cinde em duas, como (142b) e (142d). Segundo os autores, essa cisão resulta em um nível de encaixe ausente na sentença origem, que sofre o processo.

- (142) a. O menino comeu a torta. b. **Foi** [o menino] **que** comeu a torta.
 c. O menino comeu a torta. d. **Quem** comeu a torta **foi** [o menino].

(cf. Braga, 2009, p.253)

Os autores ainda afirmam que a operação de clivagem destaca sintaticamente um sintagma como foco, no caso dos exemplos, os constituintes entre colchetes. Esse “destacar sintaticamente” baseia-se na concepção dos autores acerca de Foco: “o elemento prosodicamente saliente na sentença” (p.253).

Visando integrar aspectos formais a aspectos semânticos e pragmáticos e, dessa forma, a partir de um ponto de vista funcional, Longhin (1999) define clivagem como a segmentação da oração em duas partes, uma não focal e focal, por meio do verbo *ser* e do complementizador *que(m)*. Segundo a autora, a clivagem separa explicitamente os elementos oracionais de diferentes níveis de informação, o que indica que nem todos os elementos de um enunciado têm as mesmas funções comunicativas, isto é, as sentenças clivadas servem aos usuários da língua como estratégias de realce ou de focalização de partes de informação avaliadas por eles como mais importantes ou significativas no momento da interação.

Em uma perspectiva mais textual, Travaglia (2006), ao analisar as estratégias de marcação de relevo positivo, coloca, entre essas estratégias, o uso de expletivos como “ser ... que” ou “ser que”, isto é, duas formas variantes de construções clivadas. Com relação ao exemplo (143), o autor defende que o expletivo *era ... que* dá relevo ao pronome *ela*, que faz referência à avó do informante, centro da narrativa – isto é, coloca-o em proeminência.

- (143) ela então veio com a notícia que aquele Ketchup que estava sendo servido **era** [ela] **que** tinha feito (RJ-DID-328)

(cf. TRAVAGLIA, 2006, p.206)

No PB, conforme aponta Braga (2009), identificam-se duas “famílias” de construções clivadas: as Clivadas (cf. (144a)) e as Pseudoclivadas (cf. (144d)). Na primeira família, encontram-se as Construções *é que* (cf. (144b)) e as Construções *que* (cf. (144c)); já na segunda família estão as Pseudoclivadas invertidas (cf. (144e)), as Pseudoclivadas extrapostas (cf. (144f)) e as Construções Foco Ser (cf. (144g)).

(144) a. Clivada:

É [isso] **que** vai ter que ver primeiro.

b. Construção *é que*: [Lanternagem] **é que** tem muita.

c. Construção *que*: [Os Paraíba brabo lá do fundo] **que** fala mal.

d. Pseudoclivada: **Quem** estava com a chave **era** [o jardineiro].

e. Pseudoclivada invertida: [Bife] **é o que** mais sai hoje em dia na cozinha.

f. Pseudoclivada extraposta: Olha, não **fui** [eu] **quem** tirou a medida.

g. Construção Foco Ser: Só tinha mesmo **era** [hospitais do governo].

(cf. BRAGA, 2009, p.180)

Longhin e Ilari (2000), ao oferecerem uma leitura das construções clivadas à luz das propostas hallidayianas, elencam sete peculiaridades desse fenômeno no português e, dentre essas peculiaridades apontadas, uma nos é bastante interessante e importante ponto de análise:

há a necessidade de estabelecer distinções entre CLIV, **É QUE** e **QUE** e uma dessas distinções diz respeito à clivagem de interrogativas não polares. Somente com **É QUE** e **QUE** a clivagem é admissível (Longhin; Ilari, 2000, p.207)

Há um número muito grande de ocorrências, como (145) e (146), em que o falante procura enfatizar um constituinte já foca-

lizado. Ou seja, além de se atribuir a função pragmática de Foco ao constituinte interrogativo, o que licencia seu posicionamento no campo inicial da oração, especificamente em P^I , atribui-se Ênfase a esse Subato, já que o desejo do falante está em conseguir especial atenção do ouvinte para esse constituinte Focal, o que, no Nível Morfossintático, manifesta-se por meio do uso de duas estratégias de clivagem bastante similares: *Construções É que* (cf. (203)) e *Construções Que* (cf. (204)).

- (145) a. **o que é que** vocês diriam sobre isso? (REC-EF-337)
 b. **o que é que** nós queremos mais? (REC-EF-337)
 c. **o que é que que** a gente fazia? (PA-DID-45)
 d. **o que é que** eles estudam? (RJ-EF-379)
 e. **onde é que** elas estão?... (SP-D2-360)
 f. **quando é que** o aluno evidencia conhecimento? (PA-EF-278)
 g. **como é que** eles chama? (SP-DID-234)
 h. **por que é que** não tem que se considerar ciência? (RE-EF-337)

		P^I	P^{I+1}	P^{I+2}	P^M	P^{M+1}
(145)	a.	o que	é que	vocês	diriam	sobre isso
	b.	o que	é que	nós	queremos	mais
	c.	o que	é que	a gente	fazia	
	d.	o que	é que	eles	estudam	
	e.	onde	é que	elas	estão	
	f.	quando	é que	o aluno	evidencia	conhecimento
	g.	como	é que	eles	chamam	

		P^I	P^{I+1}	P^{M-1}	P^M	P^{M+1}
(145)	h.	por que	é que	não	tem	que se considerar ciência

- (146) a. **que que** eu vou dizer sobre o cumprimento? (PA-DID-45)
 b. **que que** a senhora acha das Olimpíadas? (PA-DID-45)
 c. então **que que** a gente fazia? (PA-DID-45)
 d. **o que que** você tem visto? (RJ-DID-328)
 e. **como que** nós chegamos a ela?... (SP-EF-405)
 f. **por que que** a senhora gostou dessa peça? (SP-DID-234)

		P ^I	P ^{I+1}	P ^{I+2}	P ^M	P ^{M+1}
(146)	a.	que	que	eu	vou dizer	sobre o cumprimento
	b.	que	que	a senhora	acha	das Olimpíadas
	c.	que	que	a gente	fazia	
	d.	o que	que	cê	tem	
	e.	como	que	nós	chegamos	a ela
	f.	por que	que	a senhora	gostou	da peça

Essas duas variantes da clivagem são bastante produtivas na estruturação das Interrogativas de Conteúdo e, nesse tipo de Ato Discursivo, vem se implementando ao longo dos séculos XIX e XX do PB. Para Travaglia (2006), o uso de expletivos em interrogativas parciais dá destaque ao elemento da pergunta que representa a informação nova, o que se confirma em Longhin e Ilari (2000, p.203) na seguinte afirmação, que sumariza a real funcionalidade comunicativo-interacional da clivagem: “a clivagem é uma operação sintática por meio da qual se enfatiza o tema da sentença”.

Nesse sentido, para a GDF, o expletivo, ao colocar em destaque um Subato Referencial e, assim, chamar a atenção do ouvinte para esse Subato, atua como um operador enfático da camada do Subato. Nos dados aqui analisados, a clivagem pode ocorrer em perguntas prototípicas (cf. (147)), retóricas (cf. (148)) e meditativas (cf. (149)).

(147) inclusive eu coloquei ciência normativa... entre aspas... para mostrar: que... não é propriamente uma ciência que se chama ciência normativa... **o que é que vocês diriam sobre isso?** quem encontrou: uma resposta... (REC-EF-337)

(148) a hora que ele é capaz... de desenhar este animal... ele é capaz... de desenhar este animal... ele vai ter poder sobre a vida dele... entao isto vai garantir... que ele traga este animal de volta para casa (sem ser comido... COmo... que nós chegamos a es::ta?... teoria... nao deixa de ser uma teoria... **como que nós chegamos a ela?...** por alguns fatos... primeiro... alguns desses animais eram representados com:: uma flecha... cravada eles... o QUE:: enquanto representação enquanto imagem nao tem sentido eu matar uma imagem... que a

imagem nao tem vida nem sentido... ela existe:: mas ela nao é vivente... certo? ((vozes))... outras vezes nao dá para comer (SP-EF-405)

- (149) quer dizer o Japao precisa de quem compre as suas coisas e **quem é que vai comprar?** a Alemanha também produz, tá?, Estados Unidos também produz, economia soviética nao tá...desenvolvendo...a indústria de consumo agora, aí é que tá a luta pela...sabe? (RJ-EF-379)

Dessa forma, o uso da clivagem em Interrogativas de Conteúdo não apresenta nenhuma restrição contextual. Pragmaticamente, ela pode ocorrer com qualquer tipo de pergunta e, semanticamente, como se observa em (145) e (146), elas ocorrem independentemente do estatuto e da categoria do constituinte interrogativo.

A história das Interrogativas de Conteúdo do Português Brasileiro: variação e mudança na diacronia

Uma análise diacrônica acerca das Interrogativas de Conteúdo no português já foi proposta por Lopes-Rossi (1996) com base na abordagem formalista chomskiana, especificamente apoiada no modelo de Princípios e Parâmetros e no programa Minimalista. Tomando um *corpus* diacrônico do PE e do PB composto por peças de teatro, a autora revela os seguintes padrões diacrônicos de estruturação das Interrogativas de Conteúdo:

Quadro 3.5: Diacronia das Interrogativas de Conteúdo no PE e PB (cf. Lopes-Rossi, 1996, p.6)

Português Europeu Clássico (PEC) (séculos XVI-XVIII)	QVS	Que é o que			
Português Europeu Moderno (PEM) (séculos XIX-XX)	QVS	/	Qu é que		
Português Brasileiro Moderno (PBM) (séculos XIX-XX)	/	/	Qu é que	QSV	Qu- <i>in-situ</i>

Segundo a autora, no português europeu clássico (PEC) predominam Interrogativas de Conteúdo com Sujeito vazio (cf. (150)); naquelas em que o Sujeito vem expresso, este permanece em posição pós-verbal (cf. (151)). A ocorrência em (152), em que uma estrutura de focalização (*é o que*) é usada junto ao constituinte interrogativo, é, apesar de sua baixa frequência, um terceiro tipo observado nesse período do PE pela autora.

(150) QV: **Onde deixais a boiada e as vacas**, Mofina mendez? (Gil Vicente, século XVI)

(151) QVS: **Que dizeis vós**, Humildade? (Gil Vicente, século XVI)

(152) Qu é o que: Sobrinho desalmado, **que é o que fizeste?** (Judeu, século XVIII)

(cf. Lopes-Rossi, 1996, p.40-2)

A partir da análise dos dados do português europeu moderno (PEM), Lopes-Rossi (1996) afirma que as interrogativas QV (cf. (153)) e QVS (cf. (154)) se mantiveram exatamente com as mesmas características sintáticas observadas no período do PEC e, além disso, aponta as seguintes mudanças nos padrões de estruturação das Interrogativas de Conteúdo: (i) desaparecimento das interrogativas “Qu é o que” e (ii) surgimento das interrogativas com o expletivo “é que” (cf. (155)). Para a autora, a partir da segunda metade do século XIX, passou a existir uma competição entre as interrogativas com *é que* e as sem *é que*, de forma que o crescente uso de interrogativas com *é que* coincide com a baixa considerável de uso das interrogativas QVS, que se restringiram, ao ver da autora, a construções com verbo *ser*. Outro ponto que destaca a autora é a possibilidade de, no PEM, o constituinte interrogativo vir em posição final ou, na perspectiva da autora, *in-situ* (cf. (156)); no entanto, a autora não traz muitas considerações a respeito dessa estrutura, apenas afirmando que não são muito comuns no PE e que alguns de seus casos permitem a interpretação de perguntas-eco.

- (153) QV: Que dizes? (Garret, I metade século XIX)
- (154) QVS: Que te disse elle? (Garret, I metade século XIX)
- (155) Qu é que: Quando é que falas comigo? (Régio, II metade século XIX)
- (156) Q-*in-situ*: a. pro V Q: E viram o quê? (Jesus, II metade século XX)
 b. V[-fin] Q: Buscar o quê? (Braga, I metade século XX)
 c. SVQ: O santo é padroeiro de quê? (Português Fundamental)

(cf. Lopes-Rossi, 1996, p.49-55)

Quanto às interrogativas do PB, a autora afirma que seus padrões de estruturação se distanciam dos padrões das interrogativas do PE, uma vez que o tipo QVS passou por uma mudança paramétrica resultando em duas construções diferentes: (i) as com Sujeito expresso em posição pré-verbal – QSV (cf. (157)) – e (ii) as com o constituinte interrogativo em posição *final* (cf. (158)). Segundo a autora, estruturas interrogativas como QSV são absolutamente impossíveis no PEM e as interrogativas com o constituinte interrogativo em posição final são pouco frequentes.

- (157) QSV: Onde ele foi? (Garret, II metade do século XX)

- (158) Sair para onde? (Garret, II metade do século XX)

(cf. Lopes-Rossi, 1996, p.5)

Lopes-Rossi (1996) lança análises e considerações muito interessantes acerca do comportamento diacrônico das Interrogativas de Conteúdo no português, que podem contribuir em boa medida com as propostas desta pesquisa. No que tange ao PB, entretanto, os dados aqui analisados apontam para mais um fato não abordado totalmente por Lopes-Rossi (1996): embora o padrão QSV domine o cenário linguístico do PB, o padrão QVS não deixa de existir; ao contrário, ele se preserva no sistema linguístico, restringindo-se a alguns contextos morfossintáticos, determinados pelo tipo de verbo. Podemos, portanto, com base em nossos dados do PB, reelaborar o quadro proposto por Lopes-Rossi (1996):

Quadro 3.5: Diacronia das Interrogativas de Conteúdo no PE e PB revista

Português Europeu Clássico (PEC) (séculos XVI-XVIII)	QVS	Que é o que			
Português Europeu Moderno (PEM) (séculos XIX-XX)	QVS	/	Qu é que	Qu- <i>final</i>	
Português Brasileiro Moderno (PBM) (séculos XIX-XX)	QVS	/	Qu é que	Qu- <i>final</i>	QSV

Para a caracterização da história das Interrogativas de Conteúdo no PB, consideramos três fenômenos inovadores que atingem seu sistema: (i) a possibilidade de posicionar o constituinte interrogativo no campo final da oração (cf. (159)), (ii) a possibilidade de clivar o constituinte interrogativo posicionado no campo inicial da oração por meio do expletivo *é que* (cf. (160)), e (iii) a mudança na ordem do Sujeito em relação ao Verbo, isto é, o Sujeito, gradativamente, deixa de pospor-se ao Verbo e de ocupar a posição final da oração interrogativa (cf. (161)) para antepor-se a ele e, assim, ocupar o campo inicial da oração (cf. (162)).

(159) ELZA – Um novo sequestro. E depois mais prisões, mais tortura, mais assassinatos. E até quando? **E tudo isso leva a quê?** A nada! (20TDGc)

	P ^{pré}	P ^I	P ^M	P ^F
(159a)	e	tudo isso	leva	a <u>quê</u>

(160) O proprietário. – **Por que é que a agência há de cobrar e eu não?** (19TAAa)

	P ^I	P ^{I+1}	P ^{I+2}	P ^M	P ^{pós}
(160a)	por que	é que	a agência	há de cobrar	e eu não

(161) OUTRO – Quanto lhe deve a sociedade? (20TJCa)

	P ^I	P ^{M-1}	P ^M	P ^F
(161a)	quanto	lhe	deve	a sociedade

(162) Onde a desgraça nos tem? (19TAAa)

	P ^I	P ^{I+1}	P ^{M-1}	P ^M
(162a)	onde	a desgraça	nos	há de cobrar

Ordenação de constituintes em Interrogativas de Conteúdo na história do PB

Na primeira metade do século XIX, os dados de peça de teatro evidenciam que a ordem do constituinte interrogativo era preferencialmente inicial (cf. (163)) e que o Sujeito, quando expresso, ocupava, preferencialmente, a posição pós-verbal (cf. (164)).

(163) Aninha – Nem vintém! **Então o que** fez do dinheiro? É assim que me ama? (19TMPa)

	P ^{pré}	P ^I	P ^M	P ^{M+1}
(163a)	então	o que	fez	do dinheiro

(164) Manuel João – Amanhã de madrugada. Este amigo dormirá trancado naquele quarto. **Donde está a chave**? (19TMPa)

	P ^I	P ^M	P ^F
(164a)	donde	está	a chave

A tendência no PB da primeira metade do século XIX é, portanto, a de posicionar o constituinte interrogativo focal em P^I e, quando expresso, o Sujeito tópico em P^F (cf. (164)). O posicionamento do Sujeito em P^F, quando o constituinte interrogativo já está em P^I, manifesta uma estratégia de equilibrar a oração em relação aos constituintes marcados pragmaticamente, ou melhor, com um estatuto pragmático saliente: em vez de concentrá-los em uma única

margem da oração (esquerda ou direita), pesando, dessa forma, uma das periferias oracionais, tende-se a balanceá-los de forma a manter um equilíbrio em termos informacionais: Foco em P^I, Tópico em P^F.

Nesse mesmo período, entretanto, algumas alterações nesses padrões já são evidenciadas pela ocorrência de um caso de interrogativa com constituinte interrogativo em posição final (cf. (165)) e um caso de interrogativa com o sujeito em posição pré-verbal (QSV; cf. (166)).

- (165) Juiz – **Envergonhar-me de quê?** O senhor ainda está muito de cor. Aqui para nós, que ninguém nos ouve, quantos juízes de direito há por estas comarcas que não sabem aonde têm sua mão direita, quanto mais juízes de paz... E além disso, cada um faz o que sabe. (*Batem.*) Quem é? (19TMPa)

	P ^M	P ^{M+1}	P ^F
(165a)	envergonhar	me	de quê

- (166) MARICOTA, *retirando-se da janela* – **O que tu estás a dizer**, Chiquinha?
CHIQUINHA – Eu? Nada. (19TMPb)

	P ^I	P ^{I+1}	P ^M
(166a)	o que	tu	estás a dizer

A possibilidade de antepor o sujeito nas Interrogativas de Conteúdo, fenômeno que atinge também as declarativas do PB na passagem do século XIX para o XX, faz a margem esquerda da oração ficar ocupada por dois constituintes marcados pragmaticamente: o constituinte interrogativo focal, posicionado em P^I, e o Sujeito tópico, posicionado em P^{I+1}, o que descaracteriza a tendência em se equilibrar e balancear, na disposição linear na oração, os constituintes marcados pragmaticamente.

Sobre a mudança na disposição linear do sujeito em sentenças declarativas na história do PB, autores como Berlinck (1989) e Pezatti e Camacho (1997) trazem contribuições muito valiosas para

nosso estudo. Segundo Berlinck (1989), na passagem do século XVIII para o XX há a diminuição de ocorrência de V SN, ou seja, da posposição do sujeito – e, por oposição, o aumento de SN V, ou seja, da anteposição do sujeito. Para a autora, há um enrijecimento da ordem SV que passa a dominar aos poucos os contextos antes divididos com VS. Por trás da mudança nas sentenças declarativas, Berlinck (1989, p.98) acredita que “a linha central desse processo se caracteriza pela passagem de uma orientação funcional para uma formal”, isto é, enquanto, primeiramente, a posição do SN era determinada por uma função discursiva, especificamente pelo estatuto informacional, em um segundo momento um fator de ordem formal se fortalece e assume tal papel: a natureza do verbo.

Já Camacho e Pezatti (1997) defendem que o PB é uma língua de ordem Sujeito-Verbo-Objeto (SVO), derivada diacronicamente do padrão P1 VSO, com colocação de sujeito em P1, de acordo com os princípios de ordenação PE4 e PE5, apresentados em Dik (1997a). PE4 prevê uma posição inicial P1 universalmente relevante, usada para propósitos especiais, incluindo a colocação de constituintes com função de Tópico ou Foco. De acordo com PE5, o Sujeito frequentemente ocupa a posição P1, uma vez que é o candidato primário a Tópico. Isso leva à reinterpretação de P1 como posição não marcada para o sujeito. Esse processo de reinterpretação produz um novo padrão SVO e desencadeia a criação de uma nova posição P1, já que essa posição é universalmente relevante, resultando então o padrão P1 SV(O), conforme demonstra (167).

(167) hoje isso não existe (cf. Pezatti; Camacho, 1997, p.203)

P1 S V

Em estruturas interrogativas, essa possibilidade de se posicionar o Sujeito tópico no campo inicial da oração faz com que ele se posponha ao constituinte interrogativo, preenchendo assim o campo inicial da oração (cf. (168)). No século XIX, portanto, o PB, tanto em sentenças declarativas como em interrogativas, passa a permitir que o campo inicial, isto é, a periferia direita da oração abrigue mais de um constituinte marcado pragmaticamente com as funções de

Tópico ou Foco. As interrogativas com constituinte interrogativo em posição final, dessa forma, além de uma estratégia de ênfase, surgem como uma maneira de restabelecer o equilíbrio entre as margens da oração: sujeito tópico em P^I; constituinte interrogativo foco em P^F (cf. (169)).

(168) **O que os senhores** pretendem? (20TDGc)

	P^I	P^{I+1}	P^M
(168a)	o que	os senhores	pretendem
	Foco	Tópico	
	Q	S	V
	P^I		P^M

(169) E tudo isso leva **a quê?** (20TDGc)

	P^{pré}	P^I	P^M	P^F
(169a)	e	tudo isso	leva	a quê
		Tópico		Foco
		S	V	Q
		P^I	P^M	P^F

O uso de interrogativas com o constituinte interrogativo em posição final, ao longo dos séculos XIX e XX, expande seus contextos morfossintáticos de uso. No século XIX, tais interrogativas ocorriam com verbos não finitos, especificamente no infinitivo (cf. (170)), ou com verbos finitos com sujeito nulo (cf. (171)).

(170) Eusébio – Fazê **o quê?** (19TAAa)

	P^M	P^F
(170a)	fazê	o quê

(171) Tribofê – Brigou **por quê?**... Isso em família é feio... (19TAAa)

	P^M	P^F
(171a)	brigou	por quê

No século XX, elas mantêm sua ocorrência com verbos não finitos no infinitivo (cf. (172)) e verbos finitos com Sujeito nulo (cf. (173)), porém passam a ocorrer com outros dois contextos morfosintáticos: verbos não finitos no gerúndio (cf. (174)) e verbos finitos com Sujeito expresso e posicionado no campo inicial da oração, especificamente em P^I (cf. (175)).

(172) Agir como? (20TDGa)

	P ^M	P ^F
(172a)	agir	como

(173) Devendo o quê?! (20TDGa)

	P ^M	P ^F
(173a)	devendo	o quê

(174) Tava onde? (20TDGc)

	P ^M	P ^F
(174a)	tava	o quê

(175) Você vai pra onde? (20TDGa)

	P ^I	P ^M	P ^F
(175a)	você	vai	pra onde

É esse último contexto que evidencia como a possibilidade de se posicionar o constituinte interrogativo em posição final resgata o equilíbrio entre as margens da oração ao posicionar o Sujeito, com função pragmática de Tópico, no campo inicial ou margem esquerda da oração. Exemplos como (175), nos dados analisados, só são encontrados na segunda metade do século XX, momento em que, conforme aponta Berlinck (1989), a ordem SV se enrijece no PB.

Portanto, pode-se visualizar o seguinte caminho de mudança envolvendo a ordenação de constituintes em sentenças interrogativas do PB:

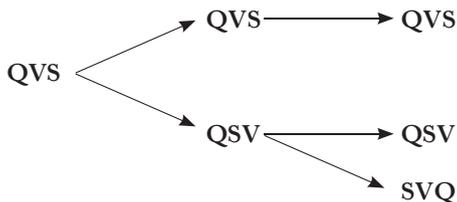


Figura 3.5: Mudanças nos padrões de ordenação das Interrogativas de Conteúdo no PB

Além do português (cf. Dik, 1981; Lopes-Rossi, 1996; Camacho; Brentan, 2002), no búlgaro (cf. Stanchev, 1997) e no espanhol (Contreras, 1999; Vidal, 1999; Zubizarreta, 1999) parece ser bastante recorrente essa tendência em se equilibrar ou balancear, na disposição entre as margens da oração, os constituintes de natureza pragmática marcada.

Dik (1981), seguindo os princípios da GF, propõe o seguinte padrão de ordenação para o português: P2, P1 S_a V S_b O, P3. P2 e P3 são posições reservadas a constituintes extraoracionais, especificamente para constituintes com função de Tema e Antitema, respectivamente. P1 é reservada aos constituintes com função de Foco ou Tópico. Segundo o autor, esse padrão funciona bem para o padrão de ordenação em Interrogativas de Conteúdo, uma vez que, quando um constituinte não sujeito é questionado e posicionado em P1, o sujeito não pode aparecer em posição pré-verbal (cf. (176)).

(176) Que comprou Alberto? (QVS)

*Que Alberto comprou? (QSV)

(cf. Dik, 1981, p.175)

Certamente, Dik (1981) lida com dados do PE, já que o padrão QSV, conforme se demonstra ao longo deste trabalho, é bastante comum e produtivo no PB. Tal análise do autor vai de encontro às considerações de Lopes-Rossi (1996) a respeito do PEM.

Lopes-Rossi (1996), ao lidar com dados do PEM, não observa ocorrências de QSV, ou seja, casos de Interrogativas de Conteúdo com o sujeito anteposto ao verbo e seguindo o constituinte interrogativo. Além disso, nas peças de teatro, dados de interrogativas com o constituinte em posição final são nulos e, nos dados de língua falada, elas aparecem com um percentual muito baixo. Segundo a autora, esses dois tipos de construção (QSV e SVQ) surgem no PBM a partir de uma mudança paramétrica.

É partindo dessas considerações de Dik (1981) e Lopes-Rossi (1996) que acreditamos que a ordem final do constituinte interrogativo se origina a partir da mudança na disposição oracional do sujeito, o que afeta os padrões de ordenação de construções interrogativas com constituinte interrogativo em posição inicial. Essa alteração de padrões, conforme destacamos acima, está calcada na tendência em se equilibrar, na disposição quanto às margens da oração, os constituintes marcados pragmaticamente. Uma primeira pista para a relevância dessa tendência nos é evidenciada pelas considerações dos dois autores a respeito dos padrões de ordenação do sujeito em Interrogativas de Conteúdo do PE.

Para Dik (1981), conforme já foi explicitado, uma sentença interrogativa, em que o constituinte interrogativo e o sujeito ocupam a margem esquerda da oração, é agramatical para o português (europeu).

No PB, essa tendência é constatada por Camacho e Brentan (2002) ao analisarem sentenças interrogativas, como (177) a seguir, e verificarem que a ocorrência do constituinte interrogativo em posição final é motivada pelo fato de, no campo inicial da oração, já haver um constituinte com função pragmática de Tópico (*a passagem*); dessa forma, não é possível que o campo inicial abrigue o constituinte interrogativo focal, que vai para o final da oração.

(177) L2 por exemplo... a passagem você comprava **como**?
(cf. Camacho; Brentan, 2002, p.104)

	P ^{pré}	P ^I	P ^{I+1}	P ^M	P ^F
(177a)	por exemplo	a passagem	você	comprava	como

Ao analisar a ordenação de constituintes em sentenças declarativas e interrogativas do búlgaro de acordo com os postulados da GF, Stanchev (1997) acredita ser razoável postular, além da P1, mais duas posições intraoracionais pragmaticamente salientes, P4 e P0 (cf. (178)).

(178) P2{Tema}P2, P1{Tópico/Foco}P1 P4{Foco}P4 V P0{Foco/Tópico}P0, P3{Atitema}P3

Com base nesse padrão apresentado em (178), Stanchev (1997) prevê as seguintes regras e tendências de ordenação para o búlgaro:

- (i) P1 é a posição não marcada para constituintes tópicos e a marcada para constituintes focais;
- (ii) P4 é uma posição especial usada para assinalar Foco a constituintes pré-verbais quando P1 já está ocupada por algum constituinte tópico;
- (iii) P0 é geralmente empregada para constituintes com função de Foco ou Tópico Novo.
- (iv) Tópico e Foco podem ser balanceados nos dois polos opostos da expressão cujo pivô é o predicado verbal, sendo que Tópico tende a se posicionar no início e Foco no final: Tópico – V – Foco. É possível, também, haver a ordem reversa (Foco – V – Tópico) ou, até mesmo, a realização de ambos em posição pré-verbal: Tópico – Foco – V;

Em (iv), observamos que Stanchev (1997) defende haver, no búlgaro, uma tendência em se equilibrar, na disposição entre as margens oracionais, os constituintes aos quais se atribuem funções pragmáticas, o que também defendemos para o PB. Além do PB, do PE e do búlgaro, essa tendência pode ser percebida em dados do espanhol.

Vidal (1999, p.3951) defende que o traço mais típico das Interrogativas de Conteúdo no espanhol é o aparecimento do constituinte interrogativo em posição inicial e a subsequente inversão da ordem sujeito/verbo (cf. (179)). Segundo a autora, tais fenômenos

derivam da necessidade de delimitar o âmbito do constituinte interrogativo e de caracterizá-lo como Foco.

- (179) a. ¿**Quién** escribió ese libro?
 b. ¿**Qué** compró **Pedro**?
 c. ¿**A quien** le dio **Pedro** ese dinero?
 d. ¿**Dónde** vive **María**?
 e. ¿**Cuándo** visitó **Juan** a sus padres?
 f. ¿**Cómo** solucionó **Pedro** el problema?

(cf. Contreras, 1999, p.1939)

Segundo Contreras (1999), no espanhol o complexo verbal deve seguir diretamente o constituinte interrogativo, assim como em búlgaro, em que há uma tendência de máxima contiguidade entre constituinte interrogativo e verbo (cf. Stanchev, 1987; 1997). Conforme afirma o autor, nenhum elemento, como sujeito e complementos variados, pode intervir entre o constituinte interrogativo e o verbo, com o risco de a sentença interrogativa tornar-se agramatical (cf. (180)).

- (180) a. *¿Qué libros *Juan* compró ayer?
 b. *¿Qué libros *a su amigo* le ofreció Pedro?
 c. *¿A quién *esos libros* se los dio Juan?
 d. *¿Cuándo *tu padre* te visitó?
 e. *¿Cuándo *en ese país* viviste?
 f. *¿Dónde *tus amigos* viven?
 g. *¿Dónde *los libros* (los) compraste?
 h. *¿Cómo *María* llegó a la fiesta?

(cf. Contreras, 1999, p.1940)

Os dados dispostos em (179) e (180) mostram que no espanhol, quanto à disposição do constituinte interrogativo e do sujeito em Interrogativas de Conteúdo, há, também, uma tendência em se equilibrar, na disposição nas margens oracionais, esses constituintes marcados pragmaticamente com a função de Foco e Tópico, respectivamente.

Uma exceção, conforme demonstra Contreras (1999), é encontrada no espanhol do Caribe: o sujeito, quando pronominal, em Interrogativas de Conteúdo, deve preferencialmente anteceder o verbo (cf. (181)), o que pode ser explicado pela complexidade estrutural do item.

- (181) a. ¿Qué tú quieres?
 b. ¿Cuándo él fue a la fiesta?

Ao citar exemplos e análises do PE, do espanhol e do búlgaro, buscamos, portanto, demonstrar que essa tendência em se equilibrar as margens da oração em relação aos constituintes marcados pragmaticamente, principal motivação que acreditamos estar por trás do surgimento das interrogativas com constituinte interrogativo em posição final, também já foi atestada em trabalhos anteriores em outras línguas.

A clivagem do constituinte interrogativo numa abordagem diacrônica

Longhin (1999), ao analisar diacronicamente as sentenças clivadas do português, desde o século XIII até o século XX, parte da hipótese de que as clivadas teriam surgido a partir da gramaticalização de construções já existentes na língua, especialmente de construções relativas. Para a autora, alguns exemplos diacrônicos permitem ora uma leitura de clivagem, ora a leitura de relativa comum (cf. (182)) e, algumas vezes, estruturas como *ser + constituinte + que* desempenham um sentido que não o de realçar, enfatizar ou focalizar um determinado constituinte (cf. (183)). Em (182), conforme propõe Longhin (1999), caso se elimine a consecutiva *tam triste que se fazesse alguma infinta*, a leitura de clivagem fica evidente. Já em (183), a estrutura *cópula + nome + que*, como aponta a autora, não apresenta as propriedades de uma construção clivada, pode ser uma estrutura que tenha dado origem a elas.

- (182) E esto a confortava que era elle cavalleiro mancebo e, por aquesto o cuidaria acabar mais toste seu desejo. Mas **era em seu cora[ç]om tam triste que se fazesse alguma infinta, que queria amar, que**

lhe seria a mal teudo, se lho soubessem (século XIII; *A Demanda do Santo Graal*).

- (183) Ca certas esta aventura nom e senam por vos ‘Non sei’, disse el, ‘mas esto bem querria que meu Deos outorgasse, que **é cousa que de mui grado querria saber**’ (século XIII; *A Demanda do Santo Graal*).
(cf. Longhin, 1999, p.88-9)

Segundo Longhin (1999), relativas como em (182) e estruturas como as apontadas em (183), por meio de um processo de gramaticalização, alteram suas fronteiras e propriedades sintáticas e tornam-se adequadas a funções de natureza mais comunicativa ou interacional, como a de realçar constituintes, o que dá origem às sentenças clivadas.

Conforme demonstram os dados coletados pela autora, as Pseudoclivadas (cf. (184)) e as Pseudoclivadas invertidas (cf. (185)) foram as primeiras alternantes clivadas a aparecer, sendo que a primeira surgiu no século XIV, e a segunda, no século XV.

- (184) E elle hya em hua carreta que tiravam duas mullas muy nobres e a carreta era tam nobremente feita que muito de maravilhar, ca em ella nom avya fuste ne ferro **e a mais refece cousa que ella era assy eram ossos de madffym** (século XIV; *Crônica Geral de Espanha de 1344*)

- (184’) (...) e a carreta era tão nobremente feita que era de se maravilhar, nela não havia fuste nem ferro e a coisa mais miserável que havia nela eram ossos de marfim.

- (185) Mas **o erro que fazeys**

he o que me da payxam

oulhay quanto me deueis

nefta foo fatiffaçam. (século XV; *Cancioneiro Geral de Garcia de Resende*)

- (185’) Mas o erro que fazeis é o que me dá paixão: olhe quanto me debes nesta só satisfação.

(cf. Longhin, 1999, p.95-9)

Com base em Givón (1979), para quem as construções clivadas do inglês teriam sua origem a partir da sintaticização de estruturas discursivo/paratáticas/pragmáticas, condensados sob o mesmo contorno entoacional e com a eliminação progressiva dos traços morfológicos da oração e da cópula *ser*, Longhin (1999) defende que as Construções Clivadas (cf. (186)) e as Construções *é que* (cf. (187)) teriam emergido a partir das Construções Pseudoclivadas invertidas. Tal processo é demonstrado pela autora por meio dos esquemas em (188). Segundo a autora, é no século XVII que as formas Clivadas, Pseudoclivadas e Construções *é que* se implementam na língua portuguesa de forma a constituir seu sistema linguístico.

(186) Porque os creados dos talentos ao longe do rey **he que** melhor fe experimentaõ (século XVII; *Serman da Dominga*)

(186') Porque os criados de talentos ao longe do rei é que melhor se exprimem.

(187) É Sacatrapo em pessoa, **que** te vem trazer um recado de Jason. (século XVIII; *Os encantos de Medeia*)

(cf. Longhin, 1999, p.107-9)

- | | |
|--|---|
| <p>(188) a. o erro que fazeys [he o que] me da payxam
 o erro que fazeys [he Ø que] me da payxam
 ↑ o erro que fazeys <u>he que</u> me da payxam</p> | ↓
PC-INV
perda de
morfologia
Construção
É-QUE |
| <p>b. o erro que fazeys [he o que] me da payxam
 o erro que fazeys [he Ø que] me da payxam
 <u>he</u> o erro que fazeys <u>que</u> me da payxam</p> | ↓
PC-INV
perda de
morfologia &
movimento
sintático
CLIV |

(cf. Longhin, 1999, p.99-100)

Acreditamos que o desenvolvimento diacrônico das clivadas, conforme demonstra Longhin (1999) para as sentenças declarati-

vas, esteja muito ligado à implementação desse tipo de estrutura em sentenças interrogativas. Lopes-Rossi (1996), no século XVII e XVIII do PE, encontra exemplos de interrogativa cujo constituinte interrogativo, em posição inicial, vem acompanhado de uma estrutura semelhante às Pseudoclivadas invertidas (cf. (189)).

- (189) a. que é o que fez durar tão pouco em seu principado senão a taca-
nheza?
b. Sobrinho desalmado, que é o que fizeste?
c. Que é o que quer?

(cf. Lopes-Rossi, 1996, p.42)

Embora Lopes-Rossi (1996) procure demonstrar, em sua tese, que tais construções constituem outro tipo de estratégia de focalização diferente da clivagem, neste trabalho optamos por, seguindo Longhin (1999) e Braga (2009) – trabalhos mais recentes de orientação funcionalista –, considerar tais construções uma das formas variantes da clivagem: a Pseudoclivada invertida. Dessa forma, é possível que as Interrogativas de Conteúdo clivadas por meio de *é que* tenham seguido o mesmo percurso diacrônico das Construções *é que* demonstrado por Longhin (1999): por meio de um processo de sintaticização, com a perda de traços morfológicos, a Pseudoclivada invertida passa a clivar o constituinte interrogativo por meio de uma Construção *é que*, conforme se esquematiza em (190) abaixo.

- | | | |
|--|---|---------------------------------|
| (190) Sobrinho desalmado, que [é o que] fizeste? | ↓ | Interrogativa +
PC-INV |
| Sobrinho desalmado, que [é Ø que] fizeste? | | Perda de traços
morfológicos |
| Sobrinho desalmado, que <u>é que</u> fizeste? | | Interrogativa +
Const. É QUE |

Segundo Lopes-Rossi (1998), a clivagem em estruturas interrogativas pode ter outra origem. Para tanto, a autora se utiliza das conclusões de Martins (1994 apud Lopes-Rossi, 1998) que apontam, no PE, uma mudança na colocação dos clíticos, decorrência de uma mudança nas estruturas de focalização. Por exemplo, na frase

“El Rey o mandou”, a colocação do sujeito focalizado no início da oração e a próclise do clítico eram observadas até o século XVII. Se o sujeito não era focalizado, ocupava a posição pós-verbal. No século XVIII, Martins (1994 apud Lopes-Rossi, 1998) afirma que o decréscimo de próclises está relacionado à pouca produtividade das construções de focalização, o que, no PEM, está praticamente ausente. Isso leva a duas hipóteses: (i) a topicalização em português nasceu de uma reanálise das construções de focalização e (ii) a clivagem surgiu como uma estratégia adicional de marcação de foco no momento em que se processou a reanálise nas estruturas de focalização. Martins (1994), então, argumenta que é nesse contexto que se justifica uma construção marcada como “(foi) El Rey (que) o mandou”. A proposta de Lopes-Rossi (1996) acerca do surgimento da clivagem em português se mostra bastante interessante; para investigar essa hipótese, entretanto, é necessário lidar com dados que remontam aos primórdios da língua portuguesa e, dessa forma, expandir a atenção para o PE, o que não é o foco nesse momento.

Voltando ao PB, com os dados aqui analisados, encontramos somente casos de Interrogativas de Conteúdo com constituinte clivado por meio do expletivo *é que*. A clivagem do constituinte interrogativo por meio de *é o que* (Pseudoclivagem invertida) não foi constatada no *corpus*, e a por meio de *que* (Construção QUE) só foi constatado no *corpus* de língua falada.

Ao analisar a evolução da ordem VS para SV em Interrogativas de Conteúdo, Duarte (1992, p.49) conclui que “tal mudança se inicia timidamente juntamente com o aparecimento do expletivo *é que* a partir da segunda metade do século XIX”. Em nossos dados, é a partir da primeira metade do século XIX que encontramos ocorrências de clivagem do constituinte interrogativo em posição inicial por meio o expletivo *é que* (cf. (191) a (194)).

(191) Aninha – **Mas então o que é que há lá tão bonito?** (19TMPa)

	P ^{pré}	P ^I	P ^{I+1}	P ^M	P ^{M+1}	P ^{M+2}
(191a)	mas então	o que	é que	há	Lá	tão bonito

- (192) Aninha – **Quando é que você pretende casar-se comigo?**
(19TMPa)

	P ^I	P ^{I+1}	P ^{I+2}	P ^M	P ^{M+1}
(192a)	quando	é que	você	pretende	casar-se comigo

- (193) Aninha – Minha mãe, **pra que é que mandam a gente presa para a cidade?** (19TMPa)

	P ^{pré}	P ^I	P ^{I+1}	P ^M	P ^{M+1}	P ^{M+2}	P ^{M+3}
(193a)	minha mãe	pra que	é que	mandam	a gente	presa	para a cidade

- (194) Maria Rosa – **E quando é que eu não hei-de perdoar-te?** Não sou tua mãe? (*Abraçamse.*) (19TMPa)

	P ^{pré}	P ^I	P ^{I+1}	P ^{I+2}	P ^M	P ^{M+1}
(194a)	e	quando	é que	eu	hei-de perdoar	Te

Defendemos, anteriormente, que a presença do expletivo *é que* funciona como uma estratégia de ênfase, ou melhor, corresponde, no Nível Interpessoal, a um operador enfático do Subato Referencial de que se deseja salientar o constituinte interrogativo de forma a chamar a atenção do ouvinte. Essa análise também se aplica às interrogativas com constituinte interrogativo em posição final, à medida que a manutenção do constituinte interrogativo em posição final permite a construção de uma estrutura diferente, que chama a atenção do ouvinte, e, além disso, licencia a aplicação de uma tonicidade ao constituinte interrogativo, reflexo da atribuição de ênfase ao Subato interrogado no Nível Interpessoal. Portanto, as duas formas que começam a apontar na primeira metade do século XIX na estrutura das Interrogativas de Conteúdo são estratégias de atribuição de Ênfase.

A perda de traços morfossintáticos da estrutura *copula ser + que* ao longo dos séculos analisados para o PB mostra bem a implementação da clivagem nas Interrogativas de Conteúdo. No século XIX, os dados revelam a presença de material interveniente entre a

cópula e o complementizador *que*, como o item *então* no exemplo (195) – e, além disso, a cópula normalmente varia em tempo de acordo com o verbo principal. Na verdade, no século XIX, pode-se perceber a seguinte correlação: se o verbo da interrogativa está no passado, a cópula vai para o pretérito perfeito do indicativo (cf. (196)); se, porém, o verbo está no presente ou no futuro, a cópula está conjugada no presente do indicativo (cf. (197) e (198)).

- (195) Gouveia. – **Quem foi então que o senhor encontrou aos beijos?** (19TAAa)
- (196) João Caetano: **Que foi que aconteceu**, minha senhora? (19TAAa)
- (197) O proprietário. – Ora essa! **Por que é que a agência há de cobrar e eu não?** (19TAAa)
- (198) [...] “Cor”... Branca. “Defeitos físicos”... “Cego”... Não sou. “Surdo-mudo”... Deus me livre! “Surdo”... Credo! “Idiota”... (*Encara Albino.*) **Por que é que olhas para mim?** Então eu sou idiota? (19TAAb)

Dessa forma, podemos perceber que, nas Interrogativas de Conteúdo do século XIX, o expletivo *é que* não está totalmente gramaticalizado, uma vez que pode sofrer variação modo-temporal e apresentar material interveniente entre a cópula *ser* e a partícula *que*. Um traço morfossintático, entretanto, evidencia já um início de gramaticalização desse tipo de estrutura: ela não varia em número nem em pessoa, permanecendo, sempre, na terceira pessoa do singular. Segundo Braga (2009, p.181):

A restrição à variação sugere que a expressão **É QUE** está constituindo um todo amalgamado, imune à correlação modo-temporal, à concordância número-temporal e à interferência de material linguístico entre os dois itens que a integram. Segure, portanto, que a expressão **É QUE** está se gramaticalizando como uma locução sinalizadora de foco e que os segmentos vinculados por ela não constituem uma estrutura biorracional.

A gramaticalização da expressão *é que* em Interrogativas de Conteúdo do PB é percebida nos dados do século XX. Já não se encontra mais, nesse período, material interveniente na expressão, porém alguns casos de correlação modo-temporal ainda são encontrados. Há casos em que a cópula *ser* se conjuga no pretérito imperfeito do indicativo (cf. (199)), o que não havia sido constatado no século XIX. Mas os casos que mais mostram essa integração da estrutura *é que* são aqueles em que a correlação modo-temporal com o verbo da interrogativa não mais ocorre, como em (200) abaixo.

- (199) JUSTINO – Também, **que era que eles tinham de sair tão cedo?**
(20TDGa)
- (200) a. Onde **é que** você esteve? (20TDGa)
b. Onde **é que** você foi? (20TDGa)
c. TÂNIA - Bobagem. **Quem é que não mudou?** Tudo mudou.
(20TDGc)
d. GERENTE – **Que é que você queria?** Ser o dono da agência?
(20TDGc)

Com os dados de língua falada, percebemos melhor como esta estratégia de Ênfase por meio da clivagem está se gramaticalizando no PB: é somente na modalidade oral que ocorre a clivagem do constituinte interrogativo por meio do expletivo *que* (cf. (201)). Segundo Braga (2009), o item *que* abandona suas propriedades conectoras e passa a funcionar como um marcador gramatical de foco ou, no caso das Interrogativas de Conteúdo, um marcador gramatical de ênfase. Além disso, há a perda da cópula *e*, portanto, de traços morfológicos, caminhando, dessa forma, em um processo de sintaticização, conforme demonstra (202) a seguir.

- (201) a. **que que eu vou dizer sobre o cumprimento?...né?** (PA-DID-45)
b. e você **por que que você fez?** (SP-D2-360)
c. **o que que a senhora faz primeiro?** (SP-DID-234)
d. **qual que seria o material?...que levaria ahn?** (SA-DID-231)

(202) Sobrinho desalmado, que [é o que] fizeste?	Interrogativa + PC-INV
Sobrinho desalmado, que [é Ø que] fizeste?	Perda de traços morfológicos
Sobrinho desalmado, que <u>é que</u> fizeste?	Interrogativa + Const. É QUE
Sobrinho desalmado, que [Ø que] fizeste?	Perda de traços morfológicos
Sobrinho desalmado, que <u>que</u> fizeste?	Interrogativa + Const. QUE

Síntese

Objetivamos analisar, nas Interrogativas de Conteúdo, (i) a disposição do constituinte interrogativo e do Sujeito e (ii) a ocorrência de clivagem, por meio dos expletivos *é que* ou *que*, nesse tipo de estrutura interrogativa. Para tanto, traçamos um estudo diacrônico desse fenômeno linguístico para acompanhar, de certa forma, as mudanças linguísticas que atingiram seu sistema de estruturação. Em um estudo com dados de língua falada, observamos melhor as mudanças que defendemos ocorrer ao longo da história das Interrogativas de Conteúdo do PB.

Primeiro, determinamos a natureza semântica do constituinte interrogativo e suas implicações para a codificação morfossintática e fonológica desse constituinte. Em seguida, caracterizamos a natureza pragmática do constituinte interrogativo, que, no Nível Interpessoal, corresponde a um Subato Referencial com a função pragmática de Foco, o que o leva para a posição inicial ou final da oração. Ao Subato interrogativo em posição final, aplica-se o operador enfático, codificado fonologicamente por meio de um acento tônico.

Por sua vez, o Sujeito, quando expresso em interrogativas parciais, corresponde a expressões de uso dêitico ou fórico, o que mostra sua natureza tópica, ou melhor, no Nível Interpessoal, corresponde a um Subato Referencial com a função pragmática de Tópico. A clivagem nessas estruturas constitui um operador enfá-

tico aplicado ao Subato Referencial interrogativo pelo falante para chamar a atenção do ouvinte.

Esses diferentes fenômenos que se manifestam ao longo da história do PB nas Interrogativas de Conteúdo estão, de certa forma, interligados: a ocorrência da clivagem por meio do expletivo *é que* e a anteposição do Sujeito implementam-se, nas estruturas interrogativas, assim como acontece nas sentenças declarativas; já a posição final do constituinte interrogativo é um reflexo da implementação desses outros dois fenômenos que atingem as estruturas interrogativas, principalmente da mudança da ordem VS para SV.

A possibilidade de se posicionar o constituinte interrogativo no campo final da oração decorre da mudança quanto à ordenação do Sujeito, que deixa de se pospor ao Verbo e, assim, ocupar o campo final da oração, para antepor-se a ele e ocupar o campo inicial da oração. Essa necessidade de o constituinte interrogativo ir para o campo final da oração configura uma estratégia de se equilibrar as margens da oração quanto aos constituintes marcados pragmaticamente, ou seja, há uma tendência, no PB, para distribuir os constituintes marcados pragmaticamente entre as duas margens da oração, de forma que uma não abrigue dois ou mais constituintes salientes.

Por fim, a clivagem, outra estratégia de Ênfase do constituinte interrogativo, em posição inicial, apresenta um desenvolvimento similar às sentenças clivadas em orações declarativas, conforme mostra Longhin (1999). Seu percurso diacrônico, além de contar com uma perda gradual de traços morfossintáticos e uma gramaticalização crescente, aponta uma tendência de ocorrência com modificadores adverbiais, ao passo que as interrogativas com constituinte interrogativo em posição final, expandindo seus contextos morfossintáticos de uso, especializam-se com constituintes em função de argumentos inativos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Interrogativas de Conteúdo do PB, sua estrutura e sua história, no âmbito da linguística descritiva, têm despertado, principalmente, a atenção de formalistas de orientação chomskiniana (cf. Duarte, 1992; Miotto, 1989, 1994; Sikanski, 1994; Miotto; Figueiredo Silva, 1995; Lopes-Rossi, 1996; Kato et al., 2002; Kato. Miotto, 2005). A linguística funcional, contudo, pouco tem voltado sua atenção para essa estrutura linguística e para sua história, restando apenas algumas considerações encontradas em gramáticas descritivas como Neves (2000) e Castilho (2010). Recentemente, trabalhos como os de Pezatti e Fontes (2010), Oushiro e Nasser (2010), Araújo e Freitag (2010) e Oushiro (2011) mostram o interesse, dentro de um quadro teórico sociofuncionalista, em descrever e sistematizar usos, funções e forma das Interrogativas de Conteúdo no PB.

Na pesquisa aqui apresentada, analisamos, com base no funcionalismo de linha holandesa (cf. Dik, 1997a, 1997b; Hengeveld; Mackenzie, 2008), a estrutura das Interrogativas de Conteúdo na história do PB com base em peças de teatro e cartas pessoais de duas sincronias diferentes: séculos XIX e XX. A investigação foi orientada pelo objetivo principal de se averiguar e demonstrar os condicionamentos discursivo-pragmáticos envolvidos na estruturação morfossintática das Interrogativas de Conteúdo, especificamente

(i) na ordenação do constituinte interrogativo e do sujeito, já que ambos os constituintes podem ocupar ora a posição inicial, ora a posição final da oração, e (ii) na clivagem do constituinte interrogativo em posição inicial por meio dos expletivos *é que* e *que*.

Além disso, com base nas considerações trazidas por Lopes-Rossi (1996), a respeito da sintaxe diacrônica das Interrogativas de Conteúdo, e por Oushiro (2011), que oferece uma análise variacionista para tal estrutura interrogativa, propomos a hipótese de que algumas formas de estruturação das Interrogativas de Conteúdo consistem em fenômenos inovadores no PB. Na verdade, a ideia central da pesquisa diacrônica aqui desenvolvida é a de que o posicionamento do constituinte interrogativo em posição final e a clivagem do constituinte interrogativo em posição inicial por meio de Construções *É QUE* e *QUE* são fenômenos inovadores no PB.

Ao analisar os contextos de uso das estruturas interrogativas e, assim, atentar para a configuração do operador de identificabilidade atribuído ao constituinte interrogativo, que reflete a intenção do falante ao usar a estrutura interrogativa e a função discursiva da Interrogativa de Conteúdo no dado contexto comunicativo, verificamos que as Interrogativas de Conteúdo podem ser usadas em três contextos diferentes, que se definem a partir da conjugação de três fatores pragmáticos envolvidos na interação verbal: (i) aquilo que o falante assume fazer parte de sua própria informação pragmática, (ii) aquilo que o falante pressupõe estar ou não na informação pragmática do Ouvinte, e (iii) a intenção comunicativa do falante, em relação ao ouvinte, com o uso da estrutura interrogativa. Isso possibilitou definir uma tipologia tripartida para as Interrogativas de Conteúdo: perguntas típicas, perguntas retóricas e perguntas meditativas.

As *perguntas típicas* consistem em pedidos de informação do falante para o ouvinte, isto é, o falante, assumindo que uma determinada informação não faz parte de sua informação pragmática (-s), mas sim da de seu ouvinte (+id), busca sanar essa lacuna informacional. Já com as perguntas retóricas, o falante assume que a informação sob interrogação faz parte de sua informação pragmática,

ou seja, é específica (+s) para ele mesmo, porém não está disponível para o ouvinte, ou seja, não é identificável (-id) para o ouvinte. Esse tipo de pergunta funciona como uma maneira de ativar ou acrescentar um determinado conhecimento na informação pragmática do ouvinte, destacando uma informação que contribui para a argumentação do falante. Por fim, a informação sob interrogação pode ser desconhecida para ambos, falante e ouvinte, e a pergunta funciona como uma tentativa do falante de expor suas dúvidas e/ou inquietações, colocando o ouvinte no papel de testemunha, o que se denomina *perguntas meditativas*.

A tradicional e comum associação entre *interrogação* e *solicitação de informação* não é suficiente para explicar a real funcionalidade das estruturas interrogativas, que podem servir a diversos propósitos comunicativos (cf. Lyons, 1997; Vidal, 1999) e, assim, são marcadas por uma multifuncionalidade de usos (cf. Oushito; Nasser, 2010; Araújo; Freitag, 2010; Fontes, no prelo). A natureza da interrogação, neste trabalho, é definida com base em uma propriedade comum a esses três tipos de Interrogativas de Conteúdo: a ausência de uma informação no estado mental de pelo menos um dos participantes da interação verbal que provoca a expressão verbal indiciária dessa ausência.

Com base no modelo gramatical em níveis e camadas da GDF proposto em Hengeveld e Mackenzie (2008), são mostrados os diferentes mecanismos de estruturação das Interrogativas de Conteúdo. Esses mecanismos estão relacionados a propriedades do Nível Interpessoal, ou seja, propriedades de ordem pragmática, o que confirma a hipótese central. As propriedades semânticas do constituinte interrogativo, isto é, a categoria semântica, o estatuto de modificador, argumento ou predicado são determinantes na expressão e na codificação, no Nível Morfossintático, desse constituinte, especificamente na seleção do pronome ou pró-advérbio correspondente. Além disso, esse constituinte interrogativo veicula uma informação nova e comunicativamente saliente, o que lhe atribui, no Nível Interpessoal; a função pragmática Foco, determinante em sua ordenação no campo inicial ou final da oração, no Nível Morfossintático.

A diferença entre uma interrogativa com constituinte em posição inicial e uma com constituinte em posição final está na atribuição de Ênfase no Nível Interpessoal: o constituinte em posição inicial é somente focal, ao passo que o constituinte em posição final é focal e enfático. As Interrogativas de Conteúdo com constituinte em posição final são, portanto, construções enfáticas.

Essa mesma análise se aplica às Interrogativas de Conteúdo cujo constituinte interrogativo em posição inicial vem clivado por meio dos expletivos “é que” ou “que”: são construções também enfáticas. No entanto, nas interrogativas com constituinte interrogativo em posição final a ênfase é codificada no Nível Fonológico por meio da tonicidade, ao passo que, nas interrogativas clivadas, ela é codificada, no Nível Morfossintático, por meio dos operadores de Ênfase.

Quanto ao sujeito das Interrogativas de Conteúdo, quando expreso, veicula informação dada e apresenta uma natureza dêitica ou fórica de forma a estabelecer uma relação entre o conteúdo que se evoca no ato interrogativo e o registro que gradualmente se constrói no Componente Contextual, ou seja, tem a função pragmática de Tópico, que lhe determina a posição inicial, pré-verbal, ou final, pós-verbal, na oração.

Diacronicamente, há três fenômenos inovadores que influenciam a construção e a codificação das Interrogativas de Conteúdo: (i) a possibilidade de se antepor ao verbo o Sujeito, que ocupará a posição inicial da oração, (ii) a possibilidade de posicionar o constituinte interrogativo em posição final e (iii) a possibilidade de se clivar o constituinte interrogativo em posição inicial.

Parece razoável admitir, com base nos dados aqui analisados e nas considerações de Lopes-Rossi (1996), que a possibilidade de posicionar o constituinte interrogativo no campo final da oração se implementou no PB ao mesmo tempo a mudança que, gradativamente, atingiu o padrão de ordenação do sujeito em relação ao verbo (cf. Berlinck, 1989; Pezatti; Camacho, 1997). De certa forma, isso se reflete na alta produtividade das interrogativas com constituinte interrogativo em posição final no PB, ao passo que, no PE, tal pro-

atividade não se sustenta, já que interrogativas com constituinte interrogativo em posição final se restringem a contextos marcados (cf. Lopes-Rossi 1996; Kato; Miotto, 2005). Esse conjunto de mudanças (com relação à disposição linear do sujeito e do constituinte interrogativo) sustenta a mudança paramétrica, que diferencia a gramática do PB da gramática do PE, defendida por diversos gerativistas (cf. Tarallo, 1996).

Tomando o padrão de ordenação oferecido por Hengeveld e Mackenzie (2008), e considerando a saliência comunicativa que as posições marginais, especificamente P^I e P^F, apresentam, as Interrogativas de Conteúdo com constituinte interrogativo em posição final derivam, diacronicamente, das Interrogativas de Conteúdo com constituinte interrogativo em posição inicial. O condicionamento para essa mudança encontra-se na tentativa de manter um equilíbrio na disposição oracional de constituintes marcados pragmática e informacionalmente já que, com a possibilidade de se antepor o sujeito ao verbo, a margem esquerda, ou o campo inicial, da oração interrogativa passa a ser ocupada por dois constituintes marcados pragmaticamente: o constituinte interrogativo, um constituinte focal, e o sujeito, um constituinte tópico, tornando, assim, a margem esquerda muito “pesada”. O constituinte interrogativo, então, passa a ocupar a posição final, de forma a buscar um equilíbrio entre as duas margens da oração ocupadas por constituintes salientes em termos pragmáticos e informacionais. Um estudo com base em dados do PE e com base em dados do português arcaico (séculos XIII a XV) e moderno (séculos XVI e XVII) nos ajudaria a mostrar melhor essa proposta de análise diacrônica para a estrutura das Interrogativas de Conteúdo do PB.

Todavia, os processos de sintaticização e morfologização (Givón, 1979) permitem descrever o desenvolvimento diacrônico da clivagem do constituinte interrogativo em posição inicial, que parece apresentar um desenvolvimento similar à clivagem em sentenças declarativas. Com base em Longhin (1999) e Lopes-Rossi (1996), propomos que a clivagem do constituinte interrogativo por meio da Construção *é que* tem sua origem na sintaticização e na

perda de traços morfológicos das interrogativas clivadas por meio de Construções Pseudoclivadas Invertidas. Tal processo, que, de acordo com Givón (1979), é cíclico e contínuo, teria dado origem à clivagem do constituinte interrogativo por meio da Construção *que*, fenômeno típico da língua falada no PB. Novamente, um estudo que abrigasse outros períodos históricos do português permitiria confirmar essas hipóteses.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, A. S.; FREITAG, R. M. K. 'Quem pergunta quer resposta' – Perguntas como estratégia de interação na escrita. *Via Litterae*, v. 2, 2010.
- BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: _____. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BARBOSA, J. B. Questões discursivas na construção de *corpora* para estudos diacrônicos: análise de cartas. *Letra Magna*, ano 6, n. 12, 2010. Disponível em: <www.letramagna.com>.
- BECHARA, E. *Moderna gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Nacional, 1977.
- BERLINCK, R. A. A construção V+SN no português do Brasil: uma visão diacrônica do fenômeno da ordem. In: TARALLO, F. (Org.). *Fotografias sociolinguísticas*. Campinas: Pontes, 1989.
- _____; AUGUSTO, M. R.; SCHER, A. P. Sintaxe. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2001.
- _____; BARBOSA, J. B.; MARINE, T. C. Reflexões teórico-metodológicas sobre fontes para o estudo histórico da língua. *Revista da Abralín*, v. 7, n. 2, p.169-95, jul./dez. 2008.
- BRAGA, M. L. Construções clivadas no português do Brasil sob uma abordagem funcionalista. *Matraga*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 24, p.173-196, 2009.
- BUTLER, C. S. Functionalist approaches to language. In: _____. *Structure and Function: a Guide to Three Major Structural-functional Theories*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2003.

- CAMACHO, R. G. Gramática, formalização e discurso. *Estudos Linguísticos*, n. 35, São Paulo, p.3-26, 2006. Disponível em: <www.gel.org.br>.
- _____.; BRENTAN, P. F. C. Atribuição de foco: uma comparação entre o inglês e o português falado. *Alfa*, São Paulo, v. 46, p.95-110, 2002.
- CARNEIRO, Z. O. N. Cartas brasileiras (1809-1904): um estudo linguístico-filológico. *Tese* (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp/Campinas, 2005.
- CASTILHO, A. T. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.
- CHAFE, W. Givenness, Contrastiveness, Definiteness, Subjects and Topics. In: LI, C. *Subject and Topic*. New York: Academic Press, 1976.
- _____. A natureza das perguntas. In: _____. *Significado e estrutura linguística*. Trad. de Maria Helena de Moura Neves, Odette E. L. A. de Souza Campos, Sonia V. Rodrigues. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1979.
- CONTRERAS, H. Relaciones entre las construcciones interrogativas, exclamativas y relativas. In: BOSQUE, I.; DEMONTE, V. *Gramática descriptiva de la lengua española*. v. 1. Madrid: Espasa Calpe, S. A., 1999.
- DIK, S. C. The Interaction of Subject and Topic in Portuguese. In: BOLKSTEIN, A. M. *Predication and Expression in Functional Grammar*. New York: Academic Press, 1981.
- _____. *The Theory of Functional Grammar*. Part I: The Structure of the Clause. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 1997a.
- _____. *The Theory of Functional Grammar*. Part II: Complex and Derived Constructions. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 1997b.
- DUARTE, M. E. L. A perda da ordem V(erbo) S(ujeito) em interrogativas-Qu no português do Brasil. *Delta*, v. 8, n. Especial, p.37-52, 1992.
- FARACO, C. A. *Linguística histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas*. São Paulo: Parábola, 2005.
- FÁVERO, L. L.; ANDRADE, M. L. C. V. O.; AQUINO, Z. D. O. O par dialógico pergunta-resposta. In: JUBRAN, C. C. S.; KOCH, I. G. V. (Orgs.). *Gramática do português culto falado no Brasil: construção do texto falado*. v. 1. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.
- FONTES, M. G. As interjeições como Atos expressivos: uma análise das variedades lusófonas à luz da Gramática Discursivo-Funcional. *Domínios da Linguagem*. n. 7, 2010, p.97-114 (Disponível em: <<http://dominiosdelinguagem.org.br/dominios/>>).
- _____. As interrogativas de conteúdo em elocuições formais do português brasileiro. *Guavira Letras*, no prelo.

- _____; PEZATTI, E. G. Ordenação de constituintes em sentenças declarativas do português brasileiro. *Veredas* (UFJF. Online), v. 15, n. 1, p.206-21, 2011a.
- _____. Atos discursivos interativos nas variedades do português falado. *Estudos Linguísticos* (São Paulo, 1978), v. 40, p.153-67, 2011b.
- GIVÓN, T. *On Understanding Grammar*. New York: Academic Press, 1979.
- _____. *Syntax: an Introduction*. v. 2. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing, 2001.
- HALLIDAY, M. A. K. *An Introduction to Functional Grammar*. 2. ed. Londres: Edward Arnold, 1994.
- HANNAY, M. The Focus Function in Functional Grammar: Questions of Contrast and Context. In: DIK, S. C. (Org.). *Advances in Functional Grammar*. Dordrecht: Foris, 1983.
- _____. Pragmatic Function Assignment and Word Order Variation in a Functional Grammar of English. *Working Papers in Functional Grammar*, n. 38, 1990.
- HENGEVELD, K. Cohesion in Functional Grammar. In: CONOLLY, J. H.; VISMANS, R. M.; BUTLER, C. S.; GATWARD, R. A. *Discourse and Pragmatics in Functional Grammar*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 1997.
- _____. The Architecture of a Functional Discourse Grammar. In: MACKENZIE, J. L.; GÓMEZ-GONZÁLEZ, N. de los A. (Eds.). *A New Architecture for Functional Grammar*. Berlin/ New Cork: Mouton de Gruyter, 2004.
- HENGEVELD, K.; MACKENZIE, J. L. *Functional Discourse Grammar: a Typologically-based Theory of Language Structure*. Oxford: Oxford University Press, 2008.
- _____. *Gramática Discursivo-Funcional*. Trad. de Marize Mattos Dall'Aglio Hattnher, no prelo.
- JUBRAN, C. C. S. Especificidades da referenciação metadiscursiva. In: KOCH, I. G. V.; MORATO, E. M.; BENTES, A. C. (Orgs.). *Referenciação e discurso*. São Paulo: Contexto, 2005.
- _____; KOCH, I. G. V. (Orgs.). *Gramática do português culto falado no Brasil: construção do texto falado*. v. 1. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.
- KABATEK, J. Tradições discursivas e mudança linguística. In: LOBO, T.; RIBEIRO, I.; CARNEIRO, Z.; ALMEIDA, N. (Orgs.). *Para a história do português brasileiro*. Salvador, EDUFBA, tomo II, 2006.

- KATO, M.; MIOTO, C. As interrogativas Q do português europeu e do português brasileiro atuais. *Revista da Abralín*, v. 4, Belo Horizonte, n. 1 e 2, p.171-196, 2005.
- KATO, M. A. *et al.* As construções-Q no português brasileiro falado: perguntas, clivadas e relativas. In: KOCH, I. G. V. (Org.). *Gramática do português falado: desenvolvimento*. v. VI. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.
- KOCH, I. G. V. Argumentação e Linguagem. São Paulo: Cortez, 1987.
- _____; MARCUSCHI, L. A. Referenciação. In: JUBRAN, C. C. S.; KOCH, I. G. V. (Orgs.). *Gramática do português culto falado no Brasil: construção do texto falado*. v. 1. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.
- KROON, C. Discourse Markers, Discourse Structure and Functional Grammar. In: CONOLLY, J. H.; VISMANS, R. M.; BUTLER, C. S.; GATWARD, R. A. *Discourse and Pragmatics in Functional Grammar*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 1997.
- LAURA, F. I. *A expressão do tema em português: do século XVII ao século XX*. São José do Rio Preto, 2003. Dissertação (mestrado em Análise Linguística) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Instituto de Biociências Letras e Ciências Exatas.
- LIONG, K. T. Questions in the Quasi-productive Mode of the Functional Grammar Model. *Working Papers in Functional Grammar*, Amsterdam, n.68, 1999.
- LYONS, J. *Semantics*. v. 2. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.
- LONGHIN, S. R. *As construções clivadas: uma abordagem diacrônica*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Campinas: Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, 1999.
- LONGHIN-THOMAZI, S. R.; ILARI, R. Uma leitura hallidayiana das sentenças clivadas do português. *Alfa*, Araraquara, v. 44, p.193-213, 2000.
- LOPES-ROSSI, M. A. G. *A sintaxe diacrônica das interrogativas-Q do português*. Tese (Doutorado em Linguística) – Campinas: Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, 1996.
- _____. O surgimento das interrogativas com “é que” e das construções clivadas no Português. *Estudos Linguísticos*, São José do Rio Preto, v. 27, 1998, p.705-9.
- MACKENZIE, J. L. The Basis of Syntax in Holophrase. In: HANNAY, M.; BOLKESTEIN, A. M. *Functional Grammar and Verbal Interaction*. Amsterdam/Philadelphia: Johns Benjamins Publishing Company, 1998. p.267-5.

- _____. Content Interrogatives in a Simple of 50 Languages. *Lingua*, in press, corrected proof, available online 10 July 2008.
- MACKENZIE, J. L.; KEIZER, M. E. On Assigning Pragmatic Function in English. *Working Papers in Functional Grammar*, n. 38, 1990, p.1-33.
- MARTÍNEZ CARO, E. Parallel Focus in English and Spanish: Evidence from Conversation. In: HANNAY, M.; BOLKESTEIN, A. M. *Functional Grammar and Verbal Interaction*. Amsterdam/Philadelphia: Johns Benjamins Publishing Company, 1998.
- MARTINS, N. S. *História da língua portuguesa: século XIX*. vol. V. São Paulo: Ática, 1988.
- MATTOS E SILVA, R. S. *Ensaio para uma socio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2004.
- _____. *Caminhos da linguística histórica: ouvir o inaudível*. São Paulo: Parábola, 2008.
- MIOTO, C. Construções interrogativas: elementos para uma análise do português do Brasil. *Caderno de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 17, p.39-64, 1989.
- _____. As interrogativas no português brasileiro e o critério WH. *Letras de hoje*, Porto Alegre, v. 29, n. 2, p.19-33, 1994.
- _____; FIGUEIREDO SILVA, M. C. Wh que = Wh é quê? *Delta*, São Paulo, v. 2, n. 11, p.301-11, 1995.
- MONDADA, L.; DUBOIS, D. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In: CAVALCANTE, M. M. RODRIGUES, B. B.; CIULLA, A. (Orgs.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003.
- NESPOR, M.; VOGEL, I. *Prosodic Phonology*. Dordrecht-Holland: Foris Publications, 1986.
- NEVES, M. H. M. Uma visão geral da gramática funcional. *Alfa – Revista de Linguística*. São Paulo, n. 38, p.109-27, 1994.
- _____. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora da Unesp, 2000.
- _____. A referência e sua expressão. In: CASTILHO, A. T.; MORAIS, M. A, T.; LOPES, R. E. V.; CYRINO, S. M. L. *Descrição, história e aquisição do português brasileiro*. São Paulo: Pontes/Fapesp, 2007.
- OUSHIRO, L. Condicionamento discursivo-pragmático no uso variável de Interrogativas-Q. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, v. 39, p.628-39, 2010.
- _____. *Uma análise variacionista para as Interrogativas-Q*. Dissertação (Mestrado em Linguística). São Paulo, SP: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2011.

- OUSHIRO, L; NASSER, J. A. O par pergunta-resposta em entrevistas socio-linguísticas. In: Congresso Internacional Linguagem e Interação II, 2010, São Leopoldo/RS. *Anais...* São Leopoldo: Casa Leiria, 2010.
- PEZATTI, E. G. *A ordem de palavras em português: aspectos tipológicos e funcionais*. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Araraquara: Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 1992.
- _____. O funcionalismo em linguística. In: MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. (Orgs.). *Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos*. São Paulo: Cortez, 2004, v. 3.
- _____. *A ordenação de constituintes oracionais na lusofonia*. Projeto de Pesquisa. Bolsa CAPES – Estágio Sênior no Exterior (Proc. N. 5784/10-7), 2010.
- _____. A Gramática Discursivo-Funcional e o contexto. No prelo.
- _____; CAMACHO, R. G. Aspectos funcionais da ordem de constituintes. *Delta*, v. 13, n. 2, p.191-214, 1997.
- _____; FONTES, M. G. As interrogativas de conteúdo nas variedades do português falado. *Revista do GEL (Araraquara)*, v. 7, p.171-97, 2010.
- PINTO, R. M. *História da língua portuguesa: século XVIII*. v. IV. São Paulo: Ática, 1988.
- PRINCE, E. F. Toward a Taxonomy of Given-new Information. In: COLE, P. *Radical Pragmatics*. New York: Academic Press, 1981.
- RIBEIRO, I. Sobre a perda da inversão do sujeito no português brasileiro. In: MATTOS E SILVA, R. V. (Org.). *Para a história do português brasileiro: primeiros estudos*. v. 2. São Paulo: Humanitas, 2001.
- SAUSSURE, F. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 1960.
- SANDMANN, A. *Morfologia geral*. São Paulo: Contexto, 1993.
- SEARLE, J. R. *Os actos de fala: um ensaio de filosofia da linguagem*. Coimbra: Livraria Almedina, 1981.
- SIKANSI, N. S. A estrutura das sentenças com pronome interrogativo no português brasileiro atual. *Dissertação* (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.
- SIMÕES, J.; KEWITZ, V. Traços linguístico-discursivos em *corpora* do Português Brasileiro. *Estudos Linguísticos*, n. 35, p.1018-27, 2006.
- _____. Recortes temáticos e mapeamentos de Tradições Discursivas no corpus do PHPB. In: DA HORA, D.; SILVA, R. C. (Orgs.). *Para a história do português brasileiro: abordagens e perspectivas*. v. VIII. João Pessoa: Ideia, 2010.

- SOTO, U. *Cartas através do tempo: o lugar do outro na correspondência brasileira*. Niterói: Ed. da UFF, 2007.
- SOUZA, E. R. F. Gramaticalização dos itens linguísticos *assim, já e aí* no português brasileiro: um estudo sob a perspectiva da Gramática Discursivo-Funcional. *Tese* (Doutorado em Linguística) – IEL/Unicamp, Campinas, 2009.
- STANCHEV, S. Some Observations on the Order of Constituents in Bulgarian. In.: NUYSYS, J.; SCHUTER, G. (Orgs.). *Getting One's Words into Line: on Word Order and Functional Grammar*. Dordrecht: Foris Publication, 1987.
- _____. Pragmatic Functions and Special Sentence Positions in Bulgarian. In: CONOLLY, J. H.; VISMANS, R. M.; BUTLER, C. S.; GATWARD, R. A. (Eds.). *Discourse and Pragmatics in Functional Grammar*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 1997.
- TARALLO, F. Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d'aquém e d'além-mar ao final do século XIX. In: ROBERTS, I.; KATO, M. A. (Orgs.). *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.
- TEYSSIER, P. *História da língua portuguesa*. Trad. Celso Cunha. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- TRAVAGLIA, L. C. O relevo no processamento da informação. In: JUBRAN, C. C. S.; KOCH, I. G. V. (Orgs.). *Gramática do português culto falado no Brasil: construção do texto falado*. v. 1. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.
- VIDAL, M. V. E. Los enunciados interrogativos: aspectos semánticos y pragmáticos. In: BOSQUE, I.; DEMONTE, V. *Gramática descriptiva de la lengua española: entre la oración y el discurso – morfología*. v. 3. España/Madrid: Espasa Calpe, 1999.
- ZUBIZARRETA, M. L. Las funciones informativas: tema y foco. BOSQUE, I.; DEMONTE, V. *Gramática descriptiva de la lengua española: entre la oración y el discurso – morfología*. v. 3. Madrid: Espasa Calpe, S. A., 1999.

SOBRE O LIVRO

Formato: 14 x 21 cm

Mancha: 23,7 x 42,5 paicas

Tipologia: Horley Old Style 10,5/14

EQUIPE DE REALIZAÇÃO

Coordenação Geral

Arlete Zebber

